



ACADEMIA MAÇÔNICA VIRTUAL
BRASILEIRA DE LETRAS – AMVBL

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS)
DE ESTUDOS E PESQUISAS

— IVAN A. PINHEIRO —

Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

CMSB
Brasília, 2025

© 2025 por Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras Todos os direitos reservados.

Autor: *Ivan A. Pinheiro*¹

Ilustração de capa: *Vanderlei Coelho*

Diagramação: *Jonas de Medeiros*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinheiro, Ivan A.
Sobre as lojas (maçônicas) [livro eletrônico] :
de estudos e pesquisas / Ivan A. Pinheiro. --
Brasília, DF : Ed. do Autor, 2025.
PDF

ISBN 978-65-01-66713-3

1. Maçonaria - Lojas 2. Pesquisa I. Título.

25-298149.0

CDD-366.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Maçonaria : Sociedades secretas 366.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a permissão do detentor dos direitos. Nenhuma parte desta obra pode ser disponibilizada eletronicamente, em qualquer formato ou meio, sem a permissão do mesmo.

¹ MM, Pesquisador Independente, e-mail: ivan.pinheiro@ufrgs.br. Porto Alegre-RS, 06.04.25. O autor não só agradece a leitura e as considerações do Irmão Lucas V. Dutra, Mestre Maçom do Quadro da ARLS Presidente Roosevelt, 75, Or. de São João da Boa Vista, jurisdicionada à GLESP - Psicólogo, Professor Doutor em Psicologia, Especializado em Maçonologia (UNINTER), e-mail: dutralucas@aol.com, como também reafirma a sua responsabilidade pelo conteúdo, erros e omissões remanescentes.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
PREFÁCIO.....	4
ESCLARECIMENTOS E AGRADECIMENTOS	7
LOJAS MAÇÔNICAS DE ESTUDOS E PESQUISAS - breve histórico (LEP – I).....	9
COMPREENDENDO OS TERMOS (LEP – II).....	22
A INSEPARABILIDADE DO ESTUDO E DA PESQUISA (LEP – III).....	34
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS TÉCNICAS – a razão de ser (LEP – IV)	52
FERRAMENTA DE ANÁLISE & AVALIAÇÃO DAS CITAÇÕES vs. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: modelo e aplicação (LEP – V)	63
A FAA&CRB e a CIENTIFICIDADE DOS TRABALHOS: um estudo comparado (LEP – VI).....	85
A MENTALIDADE DO PESQUISADOR E A INFLUÊNCIA DOS AMBIENTES DE INTERAÇÃO (LEP – VII)	99
CRIAÇÃO E FINANCIAMENTO DAS LOJAS DE ESTUDOS E PESQUISAS (LEP – VIII).....	122
EM BUSCA DA EXCELÊNCIA EM ESTUDOS & PESQUISAS (LEP – IX) ...	139
ENTRAVES, POSSIBILIDADES E ALCANCES DA PESQUISA MAÇÔNICA NO BRASIL (LEP – X).....	155

PREFÁCIO

A expressão “Academia” deriva da escola de filosofia criada pelo filósofo Platão na Antiga Grécia, em um local próximo a Atenas, que teria pertencido a Academo, personagem mitológico da época.

Desde então tem designado instituições dedicadas ao estudo, guarda e difusão da cultura em áreas como arte, ciência, filosofia e literatura, entre outras.

Este foi o propósito da nossa Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, ao ser criada no dia 21 de abril de 2001 pelos corajosos e eruditos estudiosos da Arte Real, liderados pelo irmão Paulo Benevenuto Tupan, Sereníssimo Grão Mestre da Grande Loja Maçônica de Rondônia.

Embora sediada naquele próspero Estado, no limite geográfico ao norte do Brasil, desde o seu início contou com intelectuais de todo o país dedicados ao estudo e pesquisa da maçonaria e a guarda de seus conhecimentos e tradições. É a primeira Academia Virtual do país, que deu origem a diversas outras, incorporando a tecnologia que permite que irmãos de todos os quadrantes possam participar de seus trabalhos por meios eletrônicos.

Nesta gestão tivemos a oportunidade de editar diversos livros, tanto em caráter virtual, como em volumes impressos, destacando as obras “Os desafios da Maçonaria na contemporaneidade- tecnologia, impactos e olhares na sociedade”, a melhor obra sobre o tema já publicada em nosso país, e os dois volumes do livro “Honra a quem Honra – expoentes da maçonaria brasileira” que contêm os panegíricos dos personagens que dão nome as nossas cadeiras e que honram a

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

maçonaria brasileira com as suas notáveis contribuições.

Agora temos a oportunidade de apresentar esta erudita obra do irmão e confrade Ivan A. Pinheiro, Mestre Maçom e pesquisador independente do Oriente de Porto Alegre, com o título “Sobre as Lojas Maçônicas de Estudos e Pesquisas”. O livro conta com acréscimos e considerações do irmão Lucas V. Dutra, Mestre Maçom do Oriente de São João da Boa Vista, SP.

Infelizmente, ao longo destes três séculos de existência da maçonaria especulativa, autores dotados de fértil imaginação foram incorporando aos nossos rituais invenções e fantasias que desvirtuam o legado que nos foi deixado por nossos fundadores. Cabe então aos pesquisadores sérios repor a história e as tradições da Ordem nos trilhos, com estudos e pesquisas baseados em fontes fidedignas e dotados do maior cuidado.

Este é o papel das Lojas Maçônicas de Estudos e Pesquisas, no exemplo que foi apresentado pela primeira Loja deste tipo no mundo, a “Quatuor Coronati Lodge n. 2076 ” de Londres, e que foi replicado em todas as Potências e locais. Essa Loja pioneira foi criada, segundo seus fundadores, para colocar a história da maçonaria baseada em evidências, substituindo os escritos imaginativos dos antigos autores sobre a história da Ordem.

Em seu extenso e bem fundamentado trabalho o autor detalha o papel destas Lojas na pesquisa, aprimoramento, preservação e difusão de nosso patrimônio cultural.

Para quem se dedica a estudar e praticar a verdadeira maçonaria, sem os penduricalhos que lhe foram sendo incorporados pela criatividade de tantos pretensos estudiosos, esta obra é fundamental. Representa um caminho a ser trilhado e uma contribuição notável para o aprimoramento dos estudos e pesquisas sobre a Maçonaria.

É com orgulho que a entregamos aos irmãos e estudiosos da Ordem.

Michael Winetzki
Presidente da AMVBL

ESCLARECIMENTOS E AGRADECIMENTOS

Ainda que integrantes do mesmo *corpus* temático, os textos (capítulos) que se seguem foram originalmente concebidos como peças isoladas e não deveriam ter sido mais do que três ou quatro artigos. O intuito original era o de compartilhar alguns conhecimentos e experiências, bem como provocar reflexões e, sobretudo, estimular os Irmãos a um novo empreendimento: se não o de criar, alavancar a atuação das Lojas de Estudos e Pesquisas já existentes. Isso explica por que o leitor, conforme se sucedem os capítulos, não encontrará expressões do tipo: “No capítulo tal, foi visto/esclarecido etc.”, mas, antes, passagens como: “Em Pinheiro (2025), foi visto/esclarecido etc.”. A opção por preservar cada texto na sua forma original – artigo acadêmico (capítulo) independente dos demais – implica que as suas citações e referências bibliográficas dizem respeito a ele e somente a ele.

O retorno positivo por parte de alguns Irmãos motivou a incorporação e a exploração de novos temas, o que levou à Série de 10 artigos (ora capítulos) que constituem este livro. Esses artigos (capítulos), originalmente publicados de abril a julho de 2025, acredita-se, mesmo que não cubram a totalidade da matéria (o que seria demasiadamente pretencioso), são suficientes para motivar reflexões e novos desenvolvimentos.

Os artigos não teriam tido a repercussão e o alcance obtidos não fossem a aceitação e a difusão promovidas pelas plataformas Bibliot3ca Fernando Pessoa (<https://bibliot3ca.com/>) e Freemason (<https://www.freemason.pt/>), às quais agradeço, também em nome da comunidade maçônica brasileira, pelo relevante trabalho de divulgação do conhecimento que ambas têm realizado. Ademais, cada artigo contou com a revisão atenta do Irmão e Mestre Maçom Lucas V. Dutra (ARLS

Presidente Roosevelt, 75, Or. de São João da Boa Vista, jurisdicionada à GLESP), a quem também agradeço.

Finalmente, agradeço à Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (AMVBL), que, na figura do seu Presidente, o Irmão Michael Winetzki, identificou na Série uma oportunidade de estimular a geração e a difusão do conhecimento maçônico no Brasil e, ao cancelar essa publicação, proporcionou reunir todos os textos em um só livro, o que facilita, sobretudo, a consulta dos estudiosos e pesquisadores. Para levar a cabo esse novo empreendimento, uma nova revisão (ortográfica, gramatical, normativa e para conciliação) se fez necessária, desta feita realizada pelo Prof. Raul de C. Rocha.

Na expectativa de que a leitura seja útil e prazerosa, o autor se coloca à disposição (ivan.pinheiro@ufrgs.br) para firmar parcerias e dar continuidade ao empreendimento.

CURRICULUM VITÆ (RESUMIDO) – RAUL DE CARVALHO ROCHA

Mestre e Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com experiência em edição e revisão textual em periódicos editados pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desde 2019, atua no periódico *Cadernos de Linguística* (CadLin), da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), contribuindo para todas as etapas do processo editorial. Contato: raul.carvalho@gmail.com; (82) 99812-2274.

LOJAS MAÇÔNICAS DE ESTUDOS E PESQUISAS – breve histórico (LEP – I)

ANTECEDENTES

Não é de hoje o meu envolvimento com o tema-título – *vide*, por exemplo, Pinheiro (2020, 2021a, 2021b, 2023). Contudo, passado algum tempo, penso que o momento se revela oportuno para retomá-lo, com o intuito de compartilhar novos achados, ideias e debater propostas. Todavia, faço, preliminarmente, alguns esclarecimentos sobre os episódios antecedentes que motivaram e justificam esta iniciativa nos termos dados:

- no II Sem 24, via aplicativos (*WhatsApp* e *Telegram*), solicitei para alguns Irmãos a gentileza de que me fossem informados o nome e a forma de contato com as Lojas de Estudos e Pesquisas existentes nas suas respectivas jurisdições;
- recebi, e ora agradeço, aproximadamente 50 (cinquenta) respostas. Os comentários que acompanharam algumas mensagens – algo como “na minha Loja [simbólica], estudamos e pesquisamos muito” e “após a ritualística, nós debatemos vários temas” –, somados à minha experiência com o tema, sugerem uma grande diversidade de entendimento e práticas neste subuniverso da Maçonaria, o que, *per se*, já instiga estudos mais aprofundados para melhor conhecer esta espécie do gênero Lojas Maçônicas;
- entusiasmado, busquei então estabelecer conexão com os Irmãos e/ou com as Lojas informadas na etapa anterior – que

ocorrera 30/45 dias antes. Desta feita, à exceção de uns poucos casos, a maior parte dos contatos foi realizada por *e-mail*;

- o resultado foi decepcionante: não mais do que 5 (cinco) retornos, alguns para dizer que, oportunamente, voltariam a contatar, e outros informando que iriam submeter o assunto ao Venerável. Desde então, praticamente restou o silêncio, talvez pelas pressões das agendas de final de ano e o recesso subsequente. Reiterei a solicitação, mas, mesmo assim, o acréscimo ainda ficou muito aquém das expectativas;
- tentei ainda o contato com Irmãos que, por meio da *web*, soube que têm envolvimento com o tema, mas novamente sem sucesso – talvez porque alguns maçons são demasiado ocupados;
- por fim, para comprometer ainda mais a iniciativa de pesquisa – que é também um esforço para catalisar a formação de uma rede nacional de pesquisadores (como declarado desde a primeira mensagem) –, um incidente, por imperícia, causou-me a perda de todas as mensagens e anotações preliminares mantidas em arquivos digitais.

Destarte, reinicio a iniciativa, porém, agora partindo de novas bases e estratégia. Ademais, cabe sublinhar que este texto, ratificando as mensagens já referidas, é, antes de tudo, um convite a pensar conjuntamente, bem como a comunicar as reflexões e dar efetividade, por meio desses primeiros passos, à também já mencionada rede de estudos e pesquisas maçônicas. Para além dos benefícios do conhecimento mútuo, do contato mais próximo, das trocas mais ágeis e das sinergias proporcionadas pelas redes, espero que essa iniciativa sirva ainda como estímulo e orientação aos futuros pesquisadores.

Conforme já foi dado a perceber, o tema Loja de Estudos e

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Pesquisas (LEP) oportuniza o debate sob múltiplas perspectivas: primeiramente, pela razão de ser e pela decisão de fundar uma LEP, mas também pelo perfil dos integrantes, pela escolha do *modus operandi* e do modelo de financiamento; por como se darão as relações com a comunidade – isto é, com os Irmãos-pesquisadores de outras Potências; pelo estabelecimento de parcerias (nacionais e internacionais) com estudiosos/as e pesquisadores/as, inclusive não maçons; por como será promovida a divulgação dos achados de pesquisa; entre outras. São tantas as possibilidades de abordagem que se revela impossível exaurir a matéria em apenas um texto, sob pena de torná-lo demasiado extenso. Isso motivou a decisão de subdividi-lo em seções, tendo este, em forma de minitexto, um caráter introdutório.

BREVÍSSIMO CONTEXTO HISTÓRICO

Nada melhor para iniciar as reflexões do que trazer à lide a citação de Ismail (2018):

A “Quatuor Coronati” foi a primeira Loja de Pesquisas do mundo, fundada em 1884. A intenção dos fundadores era a de fomentar o estudo e pesquisa maçônicos baseados em evidência em detrimento das narrativas imaginativas que vigoravam à época. Inauguraram assim a chamada “escola autêntica”. No Brasil, pela deficiência literária maçônica, a “escola” achista, místico-esotérica e imaginativa ainda tem prevalecido, somente enfrentando resistência e concorrência de uma pequena, porém crescente e otimista versão brasileira da escola autêntica nos últimos anos.

Por que a citação se revela oportuna e relevante? Primeiro porque, ao trazer o registro do surgimento do fenômeno (LEP), evidencia que, historicamente, ele é ainda recente: datado do final do século XIX, ainda

não completou 150 anos. Além disso, porque estabelece as divisas que distinguem e singularizam as LEP: os estudos (maçônicos) baseados em evidências, que deram origem, então, à chamada “escola autêntica” em oposição ao que o autor denomina de “escola achista², mística-esotérica e imaginativa”; por fim, porque faz menção às LEP no Brasil, onde, é claro, o fenômeno é ainda mais recente: de acordo com Spoladore (2016, p. 47), “a primeira Loja de pesquisas foi a Loja Segredo no Oriente do Rio de Janeiro, fundada em 1921 pelos Irmãos Otaviano Bastos e Everaldo Dias”.

No entanto, a enzima catalisadora das Lojas mais recentes foi a LEP Brasil, jurisdicionada pelo Grande Oriente do Paraná e da qual Spoladore é um dos fundadores, marco registrado em 15.03.75. Com efeito, desde então, tem-se notícia da fundação de inúmeras LEP distribuídas por entre as Potências e as unidades da federação, a exemplo da Dom Bosco 33, fundada em 1989, filiada à Grande Loja Maçônica do Distrito Federal, e da *Universum*, 147, jurisdicionada pela Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 1996 (Pinheiro, 2021a), entre outras.

À exceção de determinadas iniciativas, notadamente as beneficentes, bem como de acontecimentos históricos que, quando não são voltados para a publicização, são configurados como envaidecedores à Ordem, praticamente tudo o mais que a cerca é envolto em brumas. Consequentemente, e em regra, o acesso à informação, quando não é interdito, com velo é desestimulado, mesmo para os Quadros internos – certamente porque herdeira das Ordens Iniciáticas de caráter sagrado ou, talvez, por motivações mais profanas a exemplo das ações-reações políticas já na Modernidade. Qualquer que seja a motivação, o fato é que o compromisso com o “segredo”, que tem sim a sua justificativa e lugar próprio no concerto das Doutrinas e Ritos Maçônicos, ganhou uma

² “Achismo: fundamentação de uma ideia, de um conceito, de um julgamento apenas em palpite ou opinião subjetiva, sem qualquer outra base ou evidência”. Fonte: ACHISMO. In: **AULETE DIGITAL**. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon Editora Digital. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/achismo#>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

extensão despropositada e desmedida³, sobretudo a partir de meados do século XVIII. Tal compromisso, por si só, talvez merecesse um estudo específico em razão mesmo dos eventuais prejuízos à Ordem, tanto externos (no que se refere, por exemplo, à imagem) quanto internos – afinal, na ausência de informações acuradas e analisadas com maior isenção (e, por isso, desde fora), até mesmo a tomada de decisões pode restar comprometida.

Nesses termos, dadas as limitações impostas para a escolha da mais adequada entre as possibilidades de delineamento metodológico, restam ao pesquisador as fontes secundárias. Vistas isoladamente, essas fontes revelam as intenções (declaradas e/ou veladas) do pesquisador original; quando tomadas em conjunto e em recorte longitudinal, permitem, por sua vez, apreender significados até então não percebidos, como se pretende demonstrar.

PARA ALÉM DO CONTEXTO HISTÓRICO

Embora se desconheçam estudos que tenham estabelecido a linha do tempo – pouco mais de 2 (dois) séculos – dos eventos, bem como destacado personagens em linha sucessória, é razoável imaginar, ainda que em termos não exatamente precisos, que o ambiente no qual floresceu a *Royal Society* (28.11.1660) e aquele em que se encontrava a própria Maçonaria Especulativa – de algum modo já mais amadurecido – tenham estimulado a fundação da *Quatuor Coronati* (28.11.1884), sob os auspícios da Loja Mãe – a Grande Loja de Londres e Westminster, 1717. A coincidência entre as datas, 28.11, talvez não tenha sido mero acaso. Se essa conjectura é verdadeira, há indícios de que, se não é *conditio sine qua non* para o nascimento e o desenvolvimento de uma LEP, é possível que se revele como condições necessárias, entre outras⁴, a

³ O argumento mais recente, discutível, em parte falacioso, está centrado nas determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018.

⁴ Claro, sempre alguém poderá, utilizando um episódio de exceção, “invalidar” a lista.

existência de um macroambiente sociopolítico caracterizado:

- pela tolerância e pelo não-dogmatismo, aberto às reflexões e às inovações, e sempre pronto a responder às mudanças ambientais; isto é, em que prevaleça a liberdade de pensamento e expressão sem quaisquer peias de constrangimento, sobretudo se provenientes das hierarquias institucionais;
- no qual o conhecimento em si mesmo seja considerado um dos pilares e um dos valores fundamentais da sociedade, de modo que os dispêndios com a sua obtenção (o que inclui o ócio contemplativo) sejam vistos como investimentos e não como gastos, e cuja expectativa de resultados se estenda no tempo;
- por fim, e sem qualquer pretensão de exaurir o rol, em que o empreendedorismo empírico, com base na tentativa, sujeito a erros e gerador de custos, também seja reconhecido, valorizado e, por contraditório e paradoxal que se apresente à primeira vista, estimulado.

Mutatis mutandis, as condições ambientais na Londres da passagem da Modernidade ao Iluminismo (séculos XVII-XIX), no que se refere ao tema, guardam semelhanças com as vigentes na Jônia da Antiguidade durante a transição da Grécia Arcaica para a Grécia Clássica, no curso da qual se deu o florescimento da Filosofia e dos seus primeiros grandes nomes: Tales de Mileto (624-546), Anaximandro (610-546), Anaxímenes (588-524), Pitágoras (570-495) e tantos outros. Portanto, se a História é boa mestra, tem-se, aí, 2 (duas) grandes lições que, desde o plano mais elevado, sugerem as condições socioculturais que, se por si mesmas não asseguram, facilitam e estimulam as atividades especulativas e a consequente geração de conhecimento, ambas próprias às LEP.

Assim, frente à intenção de fundar uma LEP, auscultar o *Zeitgeist* (o “espírito do tempo”) talvez seja o primeiro passo recomendado para, na sequência, trazer à pauta dos debates, ainda preliminares, as seguintes

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

questões: como o macroambiente externo reverbera no ambiente interno e nas formas de atuação da Potência acolhedora? Em que medida e com que extensão esse ambiente poderá afetar (ou não) as condições internas e o funcionamento da futura Loja? Ao estabelecer o perfil e selecionar os futuros integrantes, às LEP aplicam-se os mesmos procedimentos e critérios utilizados pelas Lojas Simbólicas? Toda a matéria pertinente (no que tange à organização, aos recursos, ao estabelecimento da missão, da estratégia, dos objetivos etc.) deve então ser sopesada, e nenhuma circunstância, à primeira vista, deve ser excluída como se fosse um óbice intransponível. Contudo, é certo que uma ou outra questão exigirá maiores esforços e resiliência até que os primeiros resultados, ao se tornarem visíveis, contribuam para eliminar as resistências e ampliar as adesões.

Isso significa dizer que já as primeiras iniciativas devem seguir a orientação de alguma metodologia de Gestão (Vasconcelos, 2024; Ismail, 2018a; Jakobi, 2017), a começar pelo planejamento estratégico, o que, sem dúvidas, deveria ocorrer a partir dos auspícios da alta hierarquia das Potências: precisamos de uma LEP? Uma ou mais? Quantas? Onde? Como as LEP se articulam à luz das diretrizes, estratégias e objetivos já estabelecidos? Há garantias de que irão agregar ou há a possibilidade de que aportem redundâncias, ruídos e mesmo atritos no ecossistema maçônico? Como organizá-las e assegurar (sem ferir a devida autonomia) que atuem em coordenação com as demais unidades do sistema organizacional, a exemplo das Secretarias de Ritualística? A propósito, devem mesmo atuar de forma consoante ou, nas LEP, o livre pensar e a crítica, inclusive a *interna corporis*, ainda que publicizada, assumem a primazia frente aos ordenamentos constituídos⁵? Como visto, são muitas as questões que pode(ria)m ser levantadas. Entretanto, surpreendentemente, não é o que revelam algumas ou, pelo menos, as primeiras trajetórias:

- Spoladore (2016, p. 46), por exemplo, declara que

⁵ Caso recente é a chamada “questão de gênero”.

Uma vez decidido [por um grupo de Irmãos] que iria se fundar uma Loja de Pesquisas, passou-se à escolha do nome [...]. No dia 15.03.1975, deu-se a fundação oficial da Loja. Oito Irmãos compareceram [...]. Após a fundação, precisávamos de uma Potência Maçônica para nos dar guarida [...];

- já Bandeira (2016, p. 2), que após esclarecer que a criação do marco legal (a revisão da Constituição da Grande Loja do Estado da Paraíba) foi o estímulo que faltava para a criação da LEP Renascença, aponta que

A documentação exigida para o pedido de filiação à Grande Loja foi a esta encaminhada, vindo a surgir os primeiros tropeços com setores da Administração [...]. O projeto dos estatutos da Loja, que se respaldou nos estatutos da Loja de Estudos e Pesquisas Brasil [...], veio a ser rejeitado pela Grande Loja, que apresentou um projeto substitutivo que, por sua vez, não foi aceito pelos membros da Loja. Estabelecido o impasse, o problema veio a ser equacionado com a junção de ambos os projetos, sendo aprovados os estatutos [...] mesmo restando alguns pontos de divergência, sobre os quais a Loja permanece pugnando por sua aceitação [...];

- finalmente, Pinheiro (2021a, p. 98) relata que

Foi em um ambiente descontraído, no verão gaúcho (quando a maioria das Lojas Simbólicas está em recesso) e na praia de Cidreira, que ocorreram as primeiras e sucessivas reuniões que constituíram, pouco a pouco, o embrião do que viria a ser a LEP *Universum* [...]. Entre outros, participavam desses saraus literários-maçônicos os Irmãos Kurt M. Hauser, Ailton P. T. Branco e Walnir G. Jacques, a quem coube a coordenação das atividades que

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

levariam à fundação da Loja em 15.05.1996 [...].

Sobre a Dom Bosco 33, não foram encontrados os registros dos primeiros passos.

Por ora, o que mais se ressalta no conjunto das citações acima? Salvo melhor juízo, a constatação de que, por motivações distintas, a origem das primeiras LEP guarda semelhança com o que ainda hoje se verifica nas Lojas Simbólicas: o espírito empreendedor de alguns Irmãos combinado à iniciativa e à temperança de um ou mais líderes. Ao contrário do que sugere o bom senso frente a uma Organização já centenária e tentacular, a criação das LEP foi (ainda é?) um processo de “baixo para cima”, empírico e provavelmente carente de organização enquanto parte de um ciclo mais abrangente, o de gestão. Não dá para afirmar que tenha sido um processo voluntarista, mas surpreende constatar que, decorrido um século da fundação, diferentemente da Loja-mãe (*Quatuor Coronati*)⁶, da Loja-inspiradora das demais LEP, as Potências não tenham se dado conta da importância de promover o estudo e a pesquisa lastreada em evidências – “escola autêntica”, também referida como científica –, se não por outros motivos, pela busca da excelência da docência maçônica.

Em meio a esse vácuo e a essa carência de iniciativas institucionais, tanto Spoladore (2016) quanto Bandeira (2016) destacam a existência, também por livre iniciativa, de uma estrutura precursora às LEP: os Centros de Estudos, grupamento menor, mais informal (sem Carta Constitutiva, sem ritualística, sem compromisso de publicação etc.) e, na maioria das vezes, constituído por integrantes de uma só Loja. Análogo aos Centros de Estudos, porém dedicado aos Altos Graus, majoritariamente aos detentores do Grau 33 ou já integrantes do Consistório do Rito Escocês Antigo e Aceito, há o Grupo *Sapientia*, que já há mais de 10 anos, com autonomia e independência intelectual, ao abrigo da Grande Inspetoria Litúrgica do Rio Grande do Sul – 1ª Região

⁶ Não cabe aqui a discussão sobre regularidade, a qual, no escopo desta Série, é de somenos importância.

–, tem produzido e disseminado conhecimento maçônico.

As similaridades parariam por aí? De um lado, em razão do escamoteamento já referido, nada se pode afirmar, o que de imediato configura um problema de pesquisa que, se transformado em projeto, é provável que, ao final, instrua por meio de inúmeros recortes de perfil e informações lastreadas nos memoriais dos sujeitos-objeto do estudo. Do outro lado, dada a natureza recente do fenômeno e a julgar pela experiência pessoal, a hipótese inicial, a ser verificada, é que as LEP ainda hoje são geridas à imagem e semelhança das Simbólicas, pois é por muitos consideradas como da mesma espécie. Assim, não apenas são desperdiçados os potenciais e as especificidades das primeiras, como nestas são introduzidos os mesmos equívocos e vícios já incrustados na forma de “usos e costumes” nas Lojas Simbólicas. A título de evidência, para que esta introdução não se estenda em demasia, bem como para evitar constrangimentos com citações e referências, todos estão convidados a, após a leitura de alguns textos veiculados pelos inúmeros canais maçônicos que hoje circulam no Brasil, fazerem as seguintes perguntas: o autor apresentou e debateu o tema à luz da “escola autêntica” ou se ateve à “escola achista, místico-esotérica e imaginativa”? O texto lido mais se assemelha a uma Peça de Arquitetura análoga às apresentadas nas Sessões Ordinárias e nas Lojas Simbólicas ou é efetivamente “diferenciado” em variados aspectos, a exemplo das características que distinguem *doxa* e *episteme*?

E já encaminhando às considerações finais, ainda que por ora sejam desconhecidos os primeiros passos da Dom Bosco 33, a citação a seguir sugere que a estrutura e o funcionamento das LEP, ao contrário do entendimento de alguns (herdado do simbolismo e motivado por supostos compromissos de juramento), não guardam amarras inflexíveis com a tradição:

Com o passar dos anos, a “Dom Bosco” ganhou diferentes escopos, tendo sido responsável por desenvolver seminários presenciais, oferecer palestras às lojas da jurisdição, realizar pesquisas

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

internas na GLMDF, entre outros. E, nos últimos anos, seguindo a tendência da globalização maçônica, que tem impulsionado o intercâmbio e a democratização de conhecimento no meio maçônico, especialmente via Lojas de Pesquisa como a “Quatuor Coronati” e sociedades maçônicas de Pesquisa como a “Philalethes” e a “Masonic Society”, os membros da Loja de Pesquisas Dom Bosco decidiram trabalhar no mesmo sentido, abrindo suas portas a todos os irmãos regulares interessados na cultura, estudo e pesquisa maçônicas⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme esclarecido, este texto, ao mesmo tempo que inicia uma nova Série do autor e seus eventuais colaboradores futuros, é também um convite àqueles que se propuserem a colaborar para a geração e a disseminação do conhecimento maçônico, em especial daquele produzido no âmbito das Lojas de Estudos e Pesquisas.

Na sequência desta Série, serão retomados, para maior aprofundamento, alguns dos aspectos brevemente comentados acima, assim como aqueles também já anunciados – tudo sem prejuízo a qualquer outro que, pela oportunidade ou pertinência ao tema, mereça ser explorado. “Ao fim e ao cabo”, pretende-se deixar claro que não é a denominação Loja de Estudos e Pesquisas, independentemente dos termos da Carta Constitutiva, que faz da Loja uma seguidora da *Quatuor Coronati*. Afinal, se não for para observar os preceitos, os usos e costumes da precursora, por que, então, não atuar (e se identificar) como um Centro (ou Grupo) de Estudos, evitando, assim, confundir os leitores?

⁷ Fonte: Sobre a Loja. **Loja Dom Bosco**. Disponível em: <https://lojadepesquisas.com.br/sobre/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Raimundo M. A. Um esboço histórico da Loja. **O Buscador**⁸, ano 1, n. 1, p. 1-4, 2016. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/OBuscador/article/view/5044/4303>.

ISMAIL, Kennyo. Uma Loja de Pesquisas para todos os brasileiros. **No Esquadro**. 1 nov. 2018. Disponível em: <https://www.noesquadro.com.br/noticias/uma-loja-de-pesquisas-para-todos-os-brasileiros/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ISMAIL, Kennyo. **O Livro do Venerável Mestre**. Londrina: A Trolha, 2018a. ISBN 978-85-7252-387-5.

JAKOBI, Heinz R. **Como Gerenciar uma Loja Maçônica**. 5.^a edição revista e ampliada. Londrina: A Trolha, 2017. ISBN 85-7252-363-9.

PINHEIRO, Ivan A. A Maçonaria e o seu ecossistema. **Freemason**. 29 abr. 2023. Disponível em: <https://www.freemason.pt/a-maconaria-e-o-seu-ecossistema/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Loja de Estudos e Pesquisas (LEP) “Universum” – 25 anos: passado, presente e futuro. **Edições “Universum”**, Ed. Esp. (Jubileu de Prata), 2021a. p. 97-112.

PINHEIRO, Ivan A. Qual o papel de uma Academia Maçônica de Letras? *In*: **Academia Maçônica de Letras, Ciências, Artes e**

⁸ Veículo de divulgação da LEP Renascença, n. 1, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba.

⁹ Veículo de divulgação da LEP *Universum*, n. 147, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul.

Ofícios do GOB-BA - Patronos. Salvador: Religare, 2021b. p. 119-27.

PINHEIRO, Ivan A. Elementos para a Autocrítica e a Elaboração de Cenários Prospectivos no Contexto da Maçonaria Brasileira. *In*: MORAIS, Cassiano T. (Org.). **Maçonaria** – perspectivas para o futuro. Brasília-DF: CMSB, 2020. p. 95-134.

SPOLADORE, Hercule. A Influência das Lojas de Pesquisas no Mundo. **O Buscador**, a. 1, n. 1, p. 43-8, 2016. Também disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/OBuscador/article/view/5048/4307>. Acesso em: 1 abr. 2025.

VASCONCELOS, Mario. **Gestão Maçônica Inspiradora**. São Paulo: Novo Milênio, 2024.

COMPREENDENDO OS TERMOS (LEP – II)

INTRODUÇÃO

Este texto sucede e complementa o publicado por Pinheiro (2025). Por oportuno, 2 (duas) informações adicionais: Iniciado em 26.07.2010, completei, em 2025, 15 (quinze) anos ininterruptos de Maçonaria, com passagens por 3 (três) Lojas Simbólicas e 2 (duas) de Estudos e Pesquisas. Em meio a essa trajetória, experienciei 2 (dois) Ritos: o Escocês Antigo e Aceito¹⁰, e o Retificado¹¹; os outros, mais frequentes no Brasil, conheci por meio de visitação. Ademais, sou um acadêmico aposentado já há mais de 10 anos, tendo atuado na Gradua o e na Pós-Gradua o das 3 (três) maiores Universidades do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, bem como em outras instituições.

De imediato, cabe esclarecer que a referência direta e objetiva ao meu lugar de fala não encerra, de forma subliminar ou oculta (como se isso fosse possível), o autorreconhecimento   condi o de “autoridade”. Também a minha (pretensa) contribui o intelectual não tem quaisquer objetivos prescritivo-normativos. Esses esclarecimentos se fazem necessários, pois há indícios de que entendimentos e condutas desse tipo, após o sequestro e a distor o do significado da express o¹² (lugar de fala) pela cultura *woke*, já estão disseminados também entre os maçons, algo francamente perceptível em alguns grupos de *whatsapp*. A propósito, conforme esclarecido no primeiro volume desta Série, toda exposi o (texto)  , antes e acima de tudo, um convite   reflexão e

¹⁰ Rito Escoc s Antigo e Aceito (REAA).

¹¹ Regime (Rito) Escoc s Retificado (RER).

¹² Assim como fez com os termos “progressismo” e “progressista”, já explorado em Pinheiro (2022).

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

encontra-se permanentemente aberta a disputas. Assim, ao trazer essas declarações, o objetivo não poderia ser outro senão esclarecer o leitor que, sim, eu não só tenho (pelo menos algum) conhecimento de causa, como também envolvimento direto com a matéria em foco. Por derradeiro, como todo acadêmico, fui forjado em um ambiente em que a construção do conhecimento se dava por meio da liberdade, do questionamento e da crítica às ideias e às obras, e não aos construtores, o que não significa que, circunstancialmente, as atitudes e os comportamentos de alguns não sejam merecedores de apreciação crítica.

Acrescente-se que o esclarecimento é, também, uma justificativa metodológica, pois as barreiras levantadas à pesquisa (*cf.* Pinheiro, 2025) não deixam muitas alternativas senão lançar mão à bibliografia (estratégia largamente predominante na Ordem), aos dados secundários, às metanálises e/ou aos relatos de experiências pessoais. Se, por um lado, os últimos, não raramente, são a única alternativa metodológica que se apresenta, por outro, são também o seu “calcanhar de Aquiles”, pois, pouco aprofundados, comprometem os propósitos rumo à generalização.

Essa condição, então, é levantada pelos que, na maioria vezes, independentemente das razões e motivos arrolados, aprioristicamente já se colocam contrários ao(s) posicionamento(s) assumido(s) na matéria e, por isso, trabalham para desqualificá-lo(s) e invalidá-lo(s). Ora, a submissão sob a forma da autocensura em resposta às tentativas de invalidação implica não levar à comunidade de interesse e mesmo “ao mundo” determinados assuntos e eventos. Resta, assim, o absoluto silêncio ou, dito de outra forma, o estado de ignorância sobre questões, quiçá, relevantes ou mesmo incômodas. Ao romper esse ciclo, o autor alimenta a expectativa de que a sua empresa, *per se*, motive outros autores-pesquisadores.

Isso, então, poderia constituir a massa crítica necessária ao reconhecimento de que, isolados, os casos individuais trazidos à luz não podem escapar ao questionamento e à dúvida de serem um ponto fora

da curva; em conjunto, entretanto, podem constituir a materialidade e a forma de uma realidade que, até então oculta, não fora merecedora de atenção.

Curiosa e até paradoxalmente, a condição de ex-acadêmico no seio maçônico, mesmo no ambiente das LEP, já me trouxe desconforto algumas vezes, e imagino que talvez pela incompreensão daqueles que proferem, *ipsis litteris* ou com variações, expressões do tipo: “você não pode querer fazer aqui o que faz lá [na Universidade]”, ou ainda: “nem todos são como você que gosta de ler, estudar”, entre outras do mesmo jaez. Ocorre que, queiram ou não, concordem ou não, os integrantes de toda instituição que se diz seguidora da *Quatuor Coronati* devem seguir os seus passos – chega a ser uma conclusão tautológica. Isso implica que os seus trabalhos devem ser conduzidos pelo que, por ora e em síntese, é denominado como “método científico”.

Essa expressão, de imediato, evoca no leitor esclarecido uma série de significados que, se não estiverem efetivamente presentes nos trabalhos (e isso é evidente aos olhos treinados), conduzem, inevitavelmente, à conclusão de que correspondem, por desconhecimento ou má fé (para induzir ao erro, à falsa crença), a um uso indevido, não raro para lograr credibilidade e prestígio junto ao público-alvo. Afinal, tudo o que é promovido como acadêmico e científico é, de pronto, alçado a um nível superior, como se fosse verdade incontestável, que requer qualificação superior à do expositor para ser posta em causa (Pasternak; Orsi, 2021).

Como se diz que os maçons são buscadores da verdade, espera-se, pois, atitude que lhe seja correspondente. A propósito, ainda que nem tudo possa ser submetido ao método científico, são tão amplas as possibilidades de estratégias metodológicas que, dificilmente, alguma temática no contexto da Maçonaria lhe escape, mesmo que, nem sempre, conforme apontado, a melhor estratégia esteja ao alcance. De outra sorte, em qualquer circunstância, o próprio do método científico frente ao caso concreto pode ser merecedor de considerações e

esclarecimentos prévios.

Dessarte, se ainda não estiverem presentes as condições mínimas necessárias, a prudência sugere que, antes de se organizarem como LEP, os precursores se constituam como Grupos ou Centros de Estudos Maçônicos – estágio intermediário e preparatório para a fase posterior, que, por sua vez, pode ser iniciada com condições mínimas, porém suficientes. É natural e esperado, pelo modo como se constitui a Maçonaria, que uma LEP em sua primeira constituição (quadros, organização, procedimentos etc.) apresente-se ainda distante da Loja-Mãe-Inspiradora. No entanto, a médio e longo prazo, espera-se que seja dirigida à luz de um planejamento que a aproxime da sua referência: da seleção dos novos quadros à reunião dos recursos necessários à sua sustentabilidade com autonomia e independência intelectual, passando, é claro, pela organização interna (delimitação das áreas de atuação, linhas de pesquisa etc.).

LEP – ELEMENTOS CONCEITUAIS & ESTRUTURAIS (preliminares)

O meu interesse pela Ordem, enquanto leitor diletante, já era antigo. Assim, quando dela me aproximei, não foi difícil perceber a existência de um vasto campo de investigação, que simultaneamente abrigava tanto o que, em larga extensão, denomina-se “teoria” quanto, do mesmo modo, a prática das relações sociais no cotidiano. Não obstante, não precisou de muito tempo, ainda em Loja Simbólica (LS), para que eu viesse a enfrentar a dissonância cognitiva estabelecida a partir do choque entre as expectativas formadas pela da leitura dos primeiros “textos oficiais” (Rituais, Instruções, Pranchas, Peças de Arquitetura e outros) e a realidade que se desnudava diante de mim, sobretudo porque a Ordem se propõe a ser uma Escola de Moral e a buscar a verdade¹³, independentemente do significado que esta última

¹³ Alguns autores, como Silva e Marques (2017), inclusive, referem à Maçonaria como

expressão ocupe no imaginário de qualquer leitor – uma síntese dessas reflexões pode ser vista em Pinheiro (2021, 2023)¹⁴. Tanto o primeiro (ser uma Escola de Moral) quanto o segundo desiderato (buscar a verdade) implicam, s.m.j., a escolha de métodos de trabalho, o estabelecimento de práticas e rotinas alinhadas, entre outras iniciativas a serem empreendidas sob o escopo da Gestão – a começar pelos critérios de seleção dos novos membros que, por sua vez, desdobram-se em orientação, supervisão, avaliação, *feedback*, retroalimentação do sistema então constituído etc. – tudo consoante ao Planejamento Geral da Loja (PGL). Para não me estender em demasia e repetir o que já foi analisado por Pinheiro (2020), destaco resumidamente que, no dia a dia das Lojas, em regra, tudo se passa como se os Rituais, por si mesmos, fossem autossuficientes para atender, indistintamente, às características individuais e a todas as necessidades de estudo e esclarecimento.

Sobre as Lojas de Estudos e Pesquisas (LEP) – objetos destas reflexões –, o que se pode dizer? É o que será visto a seguir, mas, antes, um excerto da fala do Irmão Luiz G. da Rocha, Secretário Geral Adjunto de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil:

[...] destacou o palestrante, falando sobre a educação maçônica, sua preocupação com a limitada atuação de três importantes vertentes da cultura maçônica - as Lojas de Pesquisas, as Lojas Universitárias e as Academias Maçônicas de Letras. Segundo ele, as Lojas de Pesquisas não estão atuando conforme os seus objetivos primordiais, ou seja, não estão realizando pesquisas sobre a Maçonaria em geral. As Lojas Universitárias ao

“Escola de Conhecimentos”.

¹⁴ Por exemplo, muitos trabalhos apresentados em resposta às Instruções: 1) correspondem à reprodução, com ligeira alteração na ordem das palavras, dos mesmos textos que compõem as próprias Instruções; 2) outros mais se assemelham às mixagens produzidas por meio de textos colhidos na *internet*; e, 3) em ambos os casos, com raras exceções, trazem alguma reflexão crítica própria. Tudo isso frente aos olhos sempre atentos dos Vigilantes.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

longo do tempo passaram a funcionar como lojas tradicionais [...] (Rocha *apud* Leite, 2025)

À guisa de esclarecimento preliminar sobre as Lojas Universitárias – que não se confundem com as LEP –, *vide*, entre outros, Galdeano (2013).

Já quanto às LEP, é preciso evitar que elas se tornem meras acolhedoras dos que, desencantados com a docência no simbolismo devido às limitações docentes no âmbito das LS, procuram-nas, em derradeiro esforço, à busca de saberes maçônicos e que, uma vez aceitos, podem sofrer novo desencanto ao descobrirem que a missão precípua das LEP não é ensinar, mas, antes, gerar novos conhecimentos, colocar em dúvida o que aparentemente já está estabelecido, levantar questões (responder, mas antes perguntar), problematizar etc. A lição e o ensino almejados pelo então neófito desencantado já deveriam ter sido providos pelas LS (discussão orientada dos Rituais em geral, em especial das representações das progressões de Grau, mas também da arquitetura e da decoração internas à Loja, tudo complementado por consultas bibliográficas, participação em eventos, palestras, debates etc.). Nas LEP, esse saber já adquirido constituiria uma plataforma de lançamento para a sua (do neófito) busca por novos conhecimentos. Nesse contexto, o ensino e a difusão do conhecimento, seja na modalidade oral (presencial ou à distância), por escrito ou qualquer outro meio, é consequência, subproduto. Se essa delimitação não estiver clara, é bastante provável que as LEP, seguindo as LS, não produzam mais do que Peças de Arquitetura constituídas, na maior parte das vezes, pela reunião de dados históricos de forma acrítica, colhidos de terceiros e/ou por meio de fontes secundárias. Assim, no que se refere à produção intelectual, praticamente não haveria diferenças entre um e outro tipo de Loja. É preciso ter claro que o papel de uma LEP no contexto do ecossistema maçônico, salvo decisão explícita em contrário (registrada nos Estatutos), não é o de suprir as lacunas deixadas pelas LS ou mesmo pelos Corpos dos Altos Graus, tampouco “fazer mais do mesmo”. Antes, compete-lhe gerar novos conhecimentos (e há muitas formas de fazê-lo), criar, inovar.

A decomposição dos termos da expressão – LEP - orienta a trajetória dos próximos passos (neste e nos próximos textos). Assim, em primeiro lugar, *interna corporis*, ainda que guarde diferentes acepções, não há muito mais para acrescentar ao entendimento expresso pela denominação “Loja”, exceto, talvez, o fato de que, ao contrário das LS, as LEP não necessitam de um Templo para as suas reuniões. De fato, a aurora de algumas evoca garagens, escritórios, cozinhas, galpões e outros espaços quase exóticos – o que, curiosamente, traz à reminiscência as tabernas onde se reuniam os Operativos – mas também, cabe lembrar, os salões das igrejas.

Já a palavra “estudo” é ampla o suficiente para cobrir quase tudo: desde as observações mais atentas e acuradas até o debruçamento sobre os principais tratados filosóficos, sem desconsideração às consultas na *wikipedia*, ao *google* e às leituras mais substanciais (ainda que eventuais). Nesses termos, se não tudo, quase tudo pode e é então considerado estudo, e todos estão, a todo momento, estudando (ou pensando) alguma coisa. Onde o porquê de beirar à deselegância o não reconhecimento dos esforços dos autores, independentemente do mérito dos trabalhos apresentados – embora o louvor, tácita ou explicitamente, estenda-se também a estes quando, de hábito, proferido pelo Orador ao término de uma sessão do REAA no âmbito das LS.

Conforme já apreciado em Pinheiro (2023), se o elogio público é, por um lado, meritório, por outro, quando generalizado, pode provocar efeitos não desejados, perversos até. Por sua vez – recorrendo ao contraste como instrumento pedagógico –, o estudo nas LEP tende a ser mais sistematizado e, mesmo quando é amplo, possui um foco orientado pelo problema de pesquisa, sempre à luz dos objetivos e da estratégia do investigador; é, sobretudo, dotado de conteúdo analítico-crítico, quando então ressalta a genuína contribuição do autor. Portanto, quando possível, e em geral o é, o tema deve ser abordado sob múltiplas perspectivas, por exemplo:

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

- reunindo e debatendo os argumentos a favor *vis-à-vis* aos contrários (autores e obras) à disputa em apreço;
- para evitar anacronismos e quando oportuno, situando a questão no seu contexto espaço-temporal, seja pela referência ao período de vida dos principais vultos citados, seja pela identificação dos grandes marcos e eventos, sobretudo os reconhecidos como “divisores de água”, por meio dos quais se observam inflexões nos paradigmas, nos modos de pensamento, nos usos e costumes etc. Isso, entretanto, não impede que o fenômeno seja apreciado por lentes contemporâneas – feitas as ressalvas e as adequações, se necessárias (oportunamente, exemplos tornarão isso mais claro);
- por fim, mas sem esgotar os procedimentos, apreciando, quando oportuno, as estratégias já utilizadas pelos pesquisadores que abordaram o assunto em tela, pois o caráter inovador do trabalho consiste, muitas vezes, em uma abordagem inusitada.

No texto “O Legado de um Mestre” (Pinheiro, 2024), uma homenagem ao Irmão João José Pereira Moreira publicada pela Edições “*Universum*”¹⁵, eu realizei um escrutínio sobre o seu fecundo legado. Devido à pertinência, transcrevo alguns trechos:

Em visão panorâmica, observa-se o quão variadas foram as fontes do estudioso: no campo da Filosofia, dos Clássicos (Platão, Aristóteles) aos Modernos e Contemporâneos (F. Nietzsche, M. Heidegger, I. Kant, L. Wittgenstein, J. Habermas, M. Foucault, J. P. Sartre), e do mesmo modo no que se refere à Maçonaria: de J. Anderson, S. Prichard, W. Preston, L. Dermott, Albert G. Mackey, Albert Pike, Robert F. Gould a Joseph F Newton, J. M. Ragon, D. Stevenson, entre outros. De imediato,

¹⁵ Veículo de divulgação da LEP *Universum*, 147 – GLMERGS.

tem-se, aqui, uma recomendação sobre quais os autores que, se não são indispensáveis, foram lidos, consultados e citados pelo homenageado, o que por si mesmo é uma sugestão para que constem da biblioteca de todo aquele que se propuser a estudar e fundamentar as suas manifestações sobre a Maçonaria, independentemente do Rito praticado.

Mas em meio a tantos autores que, de certo modo, já eram esperados, o que mais chama a atenção é a habilidade com que o Irmão JJPM estabelecia o diálogo dos primeiros com outros tantos e das mais diversas áreas do conhecimento, a exemplo de I. Newton (físico e matemático, mas também ocultista), J. Piaget (psicólogo, epistemólogo), Carl G. Jung (psicoterapeuta), M. Eliade (cientista das religiões, mitólogo), I. Asimov (escritor), Humberto Eco (semiólogo, linguista), J. Campbell (mitólogo, estudioso de religiões comparadas), M. Gleiser (astrônomo e cientista), C. Lévi-Strauss (antropólogo, sociólogo), Jorge L. Borges (poeta, ensaísta) e mais. Aqui, mais duas importantes lições: a multidisciplinaridade e a transversalidade exigidas para a compreensão da Maçonaria, bem como a sua conexão com a realidade do cotidiano. Em complemento, não se observa nos seus textos, gratuitamente e sem fundamentação, longas e exageradas tessituras de loas à Maçonaria, mas, antes, quando oportuno o reconhecimento, realizado a partir da lógica, da Maçonaria considerada como um produto do seu tempo e da História.

O que ora se pretende deixar claro, sem exaurir a matéria, é que a concepção vulgar da expressão “estudo”, ainda que admitida no âmbito das LS, não se coaduna com o ambiente das LEP. Decorre dessas considerações que, pela amplitude e profundidade exigidas, dificilmente uma LEP, tampouco um pesquisador, conseguirão excelência ou ser a

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

referência em todas as matérias hoje constituídas como objetos de estudos no âmbito da Ordem, como, por exemplo, História Geral (da Maçonaria), História nacional e regional, Ritos, simbolismo, gestão, Ritos comparados, Maçonaria & Sociedade etc. A solução para isso já é amplamente conhecida desde a Academia e o Liceu: a formação de parcerias para manter-se atualizado junto aos principais periódicos e outros veículos, como *blogs* (internacionais, nacionais etc.), assegurar a troca e o compartilhamento de informações e bibliografia, promover debates internos, atuar colaborativamente nas atividades de campo, na coleta de dados etc. Surpreende os egressos da Academia verificar que quase todos os trabalhos maçônicos possuem apenas uma autoria, sinal evidente do insulamento da atividade de estudo-pesquisa-relato, que, por sua vez, não afasta, para aqueles que o veem de fora, a presunção de autossuficiência do autor. Isso nos remete, então, ao seguinte questionamento: qual a razão de alguns se organizarem enquanto LEP? A propósito, nem sempre é claro se o autor integra ou não uma LEP – questão que será explorada mais a fundo nas próximas edições. O que parece claro é que, se alguns trabalhos contassem com mais recursos (hora-homem/pesquisa, diversidade bibliográfica, tempo para atividade de campo, massa crítica para análise e discussão etc.), poderiam ter alcançado novos (e superiores) níveis de qualidade no tange à profundidade e à extensão do entendimento do objeto estudado. Por fim, o P de “pesquisa” em LEP será abordado na próxima edição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALDEANO, Lucas F. As lojas universitárias e a modernização da Maçonaria: um estudo no GOB na primeira década do séc. XXI. **Revista Ciência & Maçonaria**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 125-136, 2013. Também disponível em: <https://www.freemason.pt/as-lojas-universitarias-e-a-modernizacao-da-maconaria/>.

LEITE, Hélio P. Palestra – Luiz Gonzaga da Rocha, GOB-PR,

05.04.25. *In: Academia Internacional de Maçons Imortais*, mensagem do Presidente, *whatsapp*, 9 abr. 2025.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Contra a Realidade** – a negação da ciência, suas causas e consequências. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2021. ISBN 978-65-5592-015-4.

PINHEIRO, Ivan A. Elementos para a Autocrítica e a Elaboração de Cenários Prospectivos no Contexto da Maçonaria Brasileira. *In: MORAIS, Cassiano T. (Org.). Maçonaria – perspectivas para o futuro*. Brasília-DF: CMSB, 2020. p. 95-134.

PINHEIRO, Ivan A. Buscadores da Verdade... Sois Mesmo? **Revista Ad Lucem**, v.1, n. 2, p.14-28, 2021. Disponível em: <https://www.adlucem.com.br/article/doi/10.4322/2763-6070.2021006>.

PINHEIRO, Ivan A. Mestres do Simbolismo ou “Mestres Simbólicos”? **Freemason**. 26 mar. 2023. Disponível em: <https://www.freemason.pt/mestres-do-simbolismo-ou-mestres-simbolicos/>. Acesso em: 11 abr. 2025. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.com/mestres-do-simbolismo-ou-mestres-simbolicos/>, e também em O Ponto Dentro do Círculo: <https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2023/07/11/mestres-do-simbolismo-ou-mestres-simbolicos/>.

PINHEIRO, Ivan A. Dez Discursos: fundamentos para o atraso de uma Loja Maçônica. **Freemason**. 15 jul. 2023. Disponível em: <https://www.freemason.pt/dez-discursos-fundamentos-atraso-loja-maconica/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas (I). **Freemason**. 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e->

pesquisas-i/. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. O Legado de um Mestre. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 25 ago. 2024. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/o-legado-de-um-mestre/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Maçonaria: conservadora ou progressista? **Revista *Magister Magistrorum***, ano II, ed. 5, p. 24-34, 2022.

SILVA, Samuel V.; MARQUES, Adílio J. A participação da Maçonaria na Educação no final do Século XIX no Brasil. **Revista Mundo Antigo**, a. VI, v. 6, n. 12, 2017. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.com/a-participacao-da-maconaria-na-educacao-no-final-do-seculo-xix-no-brasil/>.

A INSEPARABILIDADE DO ESTUDO E DA PESQUISA (LEP – III)

INTRODUÇÃO

Como visto no capítulo anterior, Pinheiro (2025a) conclui afirmando que “[...] o P, da pesquisa, em LEP, será abordado na próxima edição”. À guisa de esclarecimento, o que ora se propõe é introduzir ao universo das Lojas (maçônicas) de Estudos e Pesquisas o leitor menos familiarizado¹⁶ com o tema, utilizando-se, para isso, de uma das ferramentas mais simples: a decomposição dos termos. Isso justifica o fato de tudo ter sido abordado ainda em caráter preliminar, a ser complementado nas próximas edições desta Série. Assim, após os esclarecimentos preliminares sobre o E, de Estudo, sucede, agora, o acerca do P, de Pesquisa. Na ocasião anterior, o objetivo principal foi acentuar que a acepção ordinária, habitualmente utilizada no âmbito das Lojas Simbólicas (por exemplo, para a produção de Peças de Arquitetura), é insuficiente para atender às necessidades de estudo no contexto e à luz dos propósitos e desafios de uma LEP. Ademais, importa esclarecer que, se esta abordagem trata os termos como compartimentos estanques, faz isso como um recurso didático, pois, na prática, Estudo e Pesquisa são concomitantes, confundem-se e retroalimentam-se a cada instante, e são como irmãos siameses – o que então justifica, doravante, a referência simultânea ao E&P.

Assim, é o estudo mediante a leitura de variados textos – recorro a este argumento porque é o caso mais frequente na Maçonaria – que

¹⁶ Se justificam essas iniciativas porque, em levantamento preliminar, ainda que involuntário, ficou claro que mesmo entre os Iniciados há desconhecimento sobre o que são e o propósito das LEP.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

oportuniza a descoberta de divergências e mesmo contradições entre os autores, o que, de pronto, suscitaria (no leitor perspicaz e curioso) a realização de uma pesquisa para esclarecer quem, afinal, está correto e o que poderia dar sustentação a essa afirmação?

- Se ambos estão corretos (pelo menos aparentemente), o que os teria levado a conclusões distintas?

- o Abordando a mesma questão sob perspectivas diferentes, ainda que corretas, como é possível terem se referido à Maçonaria (genericamente), mas com base em quadros de referência distintos – um servindo-se do REAA¹⁷; o outro, do olhar do RER¹⁸?

- o Ou o motivo da divergência pode ser atribuído a diferenças metodológicas? Ambos entrevistaram maçons, porém, de Graus e experiências distintos – enquanto um colheu informações junto aos Aprendizes e Companheiros, o outro o fez junto aos Mestres Instalados e já detentores dos Altos Graus;

- o ou ainda, mas sem exaurir o espectro de possibilidades, estariam ambos os autores corretos, assim como os respectivos resultados de pesquisa, mas cada qual à luz do conhecimento disponível na ocasião em que firmaram posição? Tal se verificaria, por exemplo, em um estudo sobre a aurora do cristianismo em que o primeiro tivesse se baseado em informações colhidas na *Bíblia* católica e nos textos produzidos no período conhecido como patrística, enquanto o segundo tivesse se valido, além das primeiras, das mais recentes descobertas, como as ocorridas em Qumran – mais referidos como Manuscritos do Mar Morto – e no Alto Egito (Biblioteca Copta de Nag Hammadi).

¹⁷ Rito Escocês Antigo e Aceito.

¹⁸ Regime (Rito) Escocês Retificado.

A busca pelas respostas a quaisquer dessas perguntas – o que, em outros termos, corresponde a realizar uma pesquisa – requer, inexoravelmente, estudos complementares que, então, se retroalimentam – E&P – e geram novas questões. Finalizada a primeira etapa – tomando como exemplo uma das questões acima –, ao constatar que os Ritos são como lentes que, a depender do grau e do formato, mostram diferentes aspectos da realidade (efetiva ou percebida), o leitor de espírito ainda mais inquieto será tomado por novos questionamentos: o que então será dado a perceber se as lentes forem trocadas por outras, por exemplo, as do Rito de York, do Moderno, do Adonhiramita etc.? Também e por consequência: existe uma essência da Maçonaria e, em caso afirmativo, qual o elemento invariável que, independentemente do Rito, sempre se revelará igual, permanente e constante? É assim que o ciclo de E&P garante condições para se estender indefinidamente, pois cada resposta pode suscitar questionamentos que até então não poderiam ter sido feitos porque à espera dos esclarecimentos recém trazidos à lume.

Feitas essas observações, ainda antes de tecer as primeiras considerações acerca de P, importa desfazer um mal-entendido e esclarecer¹⁹ o que não é “a Pesquisa”: definitivamente não é a mera recolha de informações, seja sob a forma de entrevistas (espontâneas ou dirigidas) ou mediante algum instrumento de coleta, como um questionário, filmagens ou outros. Isso corresponde tão somente a uma das etapas da pesquisa e são antecidos por outras que, aos poucos, serão esclarecidas neste e nos demais textos da Série. Ressalte-se ainda o fato de as características e o conteúdo da pesquisa informarem muito sobre o perfil do pesquisador, o que implica que devem ser considerados por ocasião da seleção dos integrantes das LEP, mesmo que mediante convite. Sem dúvida que a amizade e o espírito fraterno são importantes para assegurar a qualidade (controle das paixões, paciência, harmonia, fidalguia etc.) em um ambiente de trabalho que, por um lado, demanda estreita colaboração, por outro, em razão da natureza do ofício, faz

¹⁹ Porque já fruto de alguns desapontamentos.

predominar debates que podem cruzar a fronteira das emoções, beirando acaloradas discussões. Todavia, se aquelas (amizade e fraternidade) podem ser consideradas condições necessárias, não são, contudo, suficientes.

LEP – ELEMENTOS CONCEITUAIS & ESTRUTURAIS (preliminares)

Então, onde e quando tudo começa? Pelo reconhecimento da existência de dúvidas, de perguntas que, por ainda não terem sido respondidas, geram um certo desconforto, um mal-estar, ainda que essencialmente intelectual. Em regra, só os olhos naturalmente mais atentos dos curiosos e de espírito cético conseguem captar as evidências – por vezes sinais tênues – da incompletude, o que não significa, em absoluto, que os olhares não podem ser treinados. Questionar e duvidar são atitudes não só inerentes, mas também desejáveis ao pesquisador e que, eventualmente, trazem dissabores provocados por aqueles acostumados à aceitação incontestada das “verdades” contidas nos trabalhos como se fossem evidentes por si mesmas e para todos. A propósito, a própria noção de “verdade” deve ser posta em perspectiva, pois será absolutamente distinta conforme seja vista por um maçom praticante do RER ou do Rito Moderno (Pinheiro; Piva, 2025). De fato, o tema merece um texto exclusivo para abordar, no contexto da Maçonaria, a conciliação (na hipótese de que há distanciamento) entre a “verdade revelada” e a “verdade da razão”.

Eventualmente, a resposta a uma dúvida pode ser a primeira etapa para a solução de problemas reais que estejam, efetivamente, a acometer a Loja ou mesmo a Potência, como a evasão, a baixa frequência dos Quadros da Loja, a inadimplência, a persistência de conflitos internos, a “baixa qualidade dos trabalhos”²⁰ etc. Assim, por exemplo, responder à pergunta “por que a frequência tem sido tão baixa?”, mediante uma

²⁰ Posteriormente este construto será mais bem esclarecido.

pesquisa, pode levar à identificação das medidas necessárias à solução do problema.

Conforme já prenunciado, são 2 (dois) os principais caminhos para identificar as oportunidades de pesquisas, isto é: (1) as dúvidas ainda à espera de respostas, cujas buscas configuram, então, os projetos de pesquisas; e a (2) observação dos fenômenos. Começemos pelas dúvidas:

1. seguir a trilha da literatura:

- 1.1. ler com razoável atenção variadas obras sobre o mesmo tema não só consolida (e, eventualmente, confirma) determinadas ideias, mas também leva à identificação das lacunas (questões ainda não estudadas)²¹ e das divergências entre os estudiosos – tópicos ainda em disputa –, consistindo as 2 (duas) últimas em efetivos convites à pesquisa. Por exemplo, quanto às origens da Maçonaria, conforme seja lido Cooper (2009), Stevenson (2009), Preston²² (2017), Haywood (2023)²³, Gould²⁴ (2023) ou Scott²⁵ (2023), a resposta encontrada será diferente. O intuito, por ora, não é responder se este ou aquele autor está ou não correto e com a razão, afinal, embora, por vezes, os autores divirjam sobre alguns pontos, concordam em outros tantos. Antes, pretende-se deixar claro que somente aquele que estuda e pesquisa (sim, a leitura-estudo é uma forma de pesquisa, a bibliográfica) e que lê mais de um livro identifica os aspectos mencionados – *vide*, entre tantos, Pinheiro

²¹ Esta Série (LEP), por exemplo, teve início com a percepção do autor da quase inexistência de trabalhos (públicos) sobre o assunto e a sua constatação de que, entre os Irmãos, reinava alguma confusão sobre o tema – o que são as LEP, quais os objetivos, como operam etc.

²² 1742 – 1818.

²³ Livro originalmente publicado em 1923.

²⁴ 1836 – 1905.

²⁵ Pseudônimo de Lucy E. Baxter (1837 – 1902).

(2021). Por oportuno, cabe lembrar o que disse Borges (*apud* Carvalho, 2015, p. 51): “Para compreender um único livro, é preciso ter lido muitos livros”²⁶, afirmação que adquire importância singular no caso da Maçonaria, dada a sua constituição histórico-filosófico-simbólica;

- 1.2. muitas vezes os próprios autores, ao promoverem a autocritica do trabalho realizado, já apontam para as novas oportunidades de pesquisa, inclusive com a expectativa de dar continuidade e complementar o E&P realizado. A propósito, esse é um dos elementos que, em geral, permitem distinguir os textos acadêmico-científicos (um dos eventuais produtos de uma LEP)²⁷ dos demais: entre os primeiros, por exemplo, é habitual encontrar, em meio ao debate estabelecido com os autores consultados, críticas (1) à bibliografia²⁸ e (2) às condições de trabalho (fatores intervenientes – greves, acidentes ou incidentes, cortes nos recursos etc.) que impediram que fosse seguido à risca o planejamento da pesquisa, sobretudo o metodológico. Por

²⁶ Isto é particularmente verdadeiro no caso da *Bíblia*, ou melhor, das *Bíblias*, assim como do *Alcorão*, textos que exigem, pelo menos, o conhecimento de História.

²⁷ É sobremodo recomendável que o leitor que deseje ampliar o domínio sobre o assunto leia e contraste textos de diferentes veículos de divulgação maçônica. À guisa de sugestão, tome-se como base de textos acadêmico-científicos os veiculados pela *Revista Ciência & Maçonaria* (C&M) – *website*: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem> – e também pela *Revista de Estudos Históricos da Maçonaria Latino-Americana e Caribenha mais* (REHMLAC+) – *website*: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/rehmlac>. Outra fonte, no Brasil, é a *Revista Científica Maçônica Ad Lucem* – que pode ser acessada por meio do *website*: <https://www.adlucem.com.br/>. Esta, infelizmente, não é editada desde janeiro de 2024. Outros temas (História, Filosofia etc.) e veículos também podem ser consultados, pois o que importa é identificar o modelo em seu aspecto mais amplo: a estrutura geral, a motivação e a problematização que ordenam o trabalho, a organização do conteúdo, a descrição da estratégia metodológica, o estilo, a linguagem, os aspectos normativos etc.

²⁸ Embora sabidamente existente, nem sempre é possível acessar os textos mais atualizados. Isso também se aplica às fontes diretas e aos textos em idioma original, o que obriga o pesquisador a recorrer a fontes indiretas e ao uso de traduções etc.

exemplo: durante a fase de coleta de dados, foram encaminhados 500 questionários, mas apenas 100 tiveram retorno; destes, 20 não puderam ser aproveitados em razão de equívocos cometidos no preenchimento; e, embora, quando do envio, tivessem sido observadas as proporções entre os 3 (três) Graus, o retorno majoritário veio dos Mestres. Contingências como essas sem dúvidas são reportadas pelos autores nos textos acadêmico-científicos e, mais importante ainda, não devem ficar à margem das considerações do pesquisador que toma esses dados como fontes para o seu próprio E&P. Um caso notório é o de um dos E&P mais citados no Brasil, “Maçonaria no Século XXI”, conduzido por K. Ismail e que, apesar das ressalvas metodológicas destacadas pelo próprio autor, é citado por inúmeros trabalhos que, não atentos às ressalvas, promovem generalizações indevidas (Pinheiro; Dutra; Mendes, 2023) sobre a Maçonaria e o comportamento dos maçons. Por fim, as oportunidades de pesquisa constituem espaços propícios à superação das limitações e dificuldades apontadas pelos pesquisadores antecedentes, eventualmente citados e referidos;

- 1.3. os E&P bibliográficos também podem levar à descoberta de oportunidades referentes às estratégias metodológicas, produzindo abordagens inusitadas e não usuais. Foi o caso de Pinheiro, Dutra e Mendes (2023), que observaram a Maçonaria por meio de um contraste entre duas perspectivas: o olhar das pesquisadoras não-Iniciadas *vs.* o dos maçons. Outro exemplo é o de Pinheiro e Piva (2025), que promoveram um estudo de Ritos comparados (Regime/Rito Escocês Retificado *vs.* Rito Moderno) utilizando uma inovadora abordagem quanti-qualitativa;
- 1.4. por fim, mas sem exaurir a matéria, ao ampliar o E&P bibliográfico para além do tema específico, é possível que,

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

por analogia e transposição de domínios de conhecimentos, sejam desveladas oportunidades até então impensadas. Ilustra-o 2 (dois) entre tantos casos:

1.4.1. Nicolelis, brasileiro e um dos mais proeminentes neurocientistas da atualidade, revela a fonte de um dos seus principais *insights*:

[...] peguei-me folheando um livro de astronomia [...], de repente deparei com uma ilustração que imediatamente capturou minha imaginação: a imagem tridimensional de fontes de rádio de um setor do universo [...]. Quanto mais eu inspecionava aquele gráfico, mais sentia que idêntica abordagem gráfica poderia ser aplicada ao estudo da atividade elétrica cerebral (Nicolelis, 2011, p. 155-6);

1.4.2. Taiichi Ohno, japonês, foi o engenheiro e responsável técnico pela criação do exitoso Sistema Toyota de Produção²⁹ (STP) automotiva. Em razão da sua excelência, o STP foi exportado para todo o mundo e, hoje, encontra-se difundido nas mais diversas indústrias. Contudo, é surpreendente que, de acordo com o testemunho de Ohno, ele tenha encontrado a sua inspiração-chave ao visitar um supermercado nos Estados Unidos. Por oportuno, enquanto a produção automotiva, na classificação econômica, integra o Setor Industrial, os supermercados se alinham aos demais ramos do Setor de Serviços;

1.5. finalmente, para onde apontam 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4?

1.5.1. Em primeiro lugar, sem dúvida para o fato de que não se faz pesquisa sem muita leitura prévia, atenta e

²⁹Também conhecido como Modelo Japonês de Produção ou Sistema *Just-in-Time*, entre outras denominações.

sistematizada. Implicações naturais, efetivas e *conditio sine qua non*: muita dedicação, disponibilidade de tempo, recursos (biblioteca física ou virtual), domínio de ferramentas de pesquisa, entre outras. Muitas vezes, livros e mais livros são lidos até que se encontre o que efetivamente se está à procura; em outras ocasiões, apenas algumas páginas de um livro volumoso atendem ao interesse mais imediato. O dito popular de que “é só no dicionário que o sucesso antecede o trabalho” bem sintetiza o cotidiano do pesquisador. Paciência, perseverança e tolerância com o fracasso andam de mãos dadas com os pesquisadores, mas, se se extrair uma lição de cada fracasso, o estudioso se sentirá mais fortalecido e mais bem preparado para atingir os objetivos a cada etapa;

- 1.5.2. frente a essa realidade, uma prática usual entre os Irmãos recém-chegados à Ordem – a de solicitar trabalhos³⁰ aos mais antigos, para servirem como fonte dos seus próprios trabalhos – é impensável no cotidiano de uma LEP. Também aqui vem a propósito um antigo provérbio, cuja autoria e origem são controversas: “Dê ao homem um peixe, e ele se alimentará por um dia. Ensine um homem a pescar, e ele se alimentará por toda a vida”, o qual, na prática, pode, infelizmente, ser complementado por outro: “O hábito do cachimbo deixa a boca torta”. As boas intenções de alguns Irmãos favorecem aqueles que não têm outros objetivos senão escalar, no menor tempo possível, os Graus do Rito. Para aprender a

³⁰ A maioria, além de não apontar as fontes consultadas (referências bibliográficas), também não fazem o indispensável alerta de que se trata de um texto opinativo. Ressalte-se que o compartilhamento não é desestimulado – desde que, por omissão (por desconhecimento ou intencional), não seja apresentado como “conhecimento científico” nos termos considerados no âmbito de uma LEP.

separar o joio do trigo (as obras e os autores), não há outro modo senão o próprio interessado realizar as pesquisas bibliográficas, mesmo que ainda em caráter preliminar. Afinal, nesse momento da curva de aprendizagem, a experiência de passar pelo processo importa mais que os conteúdos (objetos precípuos do E&P): aprender a procurar, encontrar, apreciar, avaliar, descartar ou não, refinar a procura, fazer autocrítica, pesquisar, ler, tornar a pesquisar etc. Ao final, todos os que se submetem a esse processo saem mais amadurecidos e enriquecidos;

- 1.5.3. separado o joio do trigo, para evitar anacronismos e apreender o verdadeiro significado dos textos consultados – aquele originalmente atribuído a determinados conteúdos –, não raro se faz necessário proceder a uma efetiva exegese, sobretudo porque a maioria dos acontecimentos e personagens referentes à Ordem guardam algum vínculo com a História e/ou a interpretação simbólica. Voltar ao tempo-espaço do autor em um esforço para a melhor compreensão das suas motivações, investigar o público-alvo das suas mensagens, eventualmente cogitar sobre os seus interesses ocultos e, não menos importante, o significado das expressões e palavras utilizadas em razão do dinamismo intrínseco à semiótica são atitudes necessárias à correta apreensão do conteúdo. Ora, quem já é versado, por exemplo, em História ou Filosofia, pela compreensão que já detém, provavelmente não terá a mesma necessidade que os demais quanto à expansão da sua pesquisa bibliográfica. Se os últimos, entretanto, não a promoverem (em razão dos trabalhos-sínteses generosamente recebidos),³¹ é bastante provável que

³¹ Algo também absolutamente ingênuo e que, mais adiante, por ocasião do relato da

tenham o entendimento comprometido – o que então esclarece não só a alusão a Borges (item 1.1) como também a declaração de concordância para com ele;

1.5.4. por fim, espera-se que tenha ficado claro que a Pesquisa efetivamente se confunde com o Estudo porque, na fase inicial, ela nem sempre admite o foco. É mesmo o contrário: pode adquirir um ímpeto mais amplo, de caráter exploratório, o que pode levar à completa reconfiguração das ideias preliminares. Contudo, alcançados os primeiros esclarecimentos, o foco adquire proeminência. Creio que também já tenha sido dado a perceber o quanto a pesquisa bibliográfica (que atende a vários objetivos) comporta nuances, razão pela qual o tema será retomado e expandido nos próximos números desta Série;

2. observar os fenômenos. Para que não se perca o objetivo deste segundo tópico: trata-se, conforme visto na introdução à enumeração desses itens, da continuidade das formas de identificação de oportunidades merecedoras de E&P (por vezes também referidas como problemas de pesquisa); o primeiro ateu-se à pesquisa na bibliografia pertinente ao tema. O leitor mais cioso da precisão dos significados, talvez incomodado, já tenha percebido que, no contexto, a expressão “problema” tem acepção relativamente distinta da do senso vulgar. Afinal, a ignorância (das causas, das motivações, acerca do *modus operandi*, da razão de ser etc.) é apontada, em quase todos os Rituais, como o problema número um a ser atacado pelos Irmãos de Ordem. Portanto, para eliminar o problema (ignorância), nada mais oportuno do que o E&P. Dito isso:

pesquisa, ficará evidente quando for necessário citar e referir aos trabalhos consultados.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

2.1. toda Loja Simbólica (LS) é um vasto espaço propício à observação continuada, que, da informalidade, pode, à medida do interesse, ascender à formalização. Alcançado esse estágio, os registros devem então ser metódicos e obedecer a um protocolo a ser estabelecido, se ainda não houver um. Exemplos:

2.1.1. o primeiro de todos os fenômenos é constituído pela própria história da LS. As atas e os documentos fundadores, por certo, constituem as fontes primárias, pois têm o selo oficial, mas não são os únicos, quicá nem os mais importantes, a depender das circunstâncias: a coleta dos depoimentos dos Irmãos fundadores pode ser organizada sob a forma de uma narrativa enriquecedora ao estabelecer o que pode ser chamado de “o espírito da Loja” – ocasionalmente, um poderoso elemento aglutinador, núcleo de um sentimento de pertencimento, de orgulho positivo, dos princípios e valores a serem preservados, daí programaticamente transmitidos e, por que não(?), celebrados. Penso que um dos primeiros e mais importantes projetos das LEP deveria ser motivar e contribuir ativamente para a elaboração dos memoriais de cada LS da Potência que as jurisdiciona; na sequência, reunir, acompanhar e, periodicamente, analisar o inventário – é provável que o agrupamento por cidade, região, Rito ou qualquer outra variável revele traços inesperados, efetivos achados de pesquisa com valor inestimável, porque exclusivos. Suponha que um pesquisador hipotético necessite de informações históricas sobre a Maçonaria brasileira, inclusive acerca das suas idiossincrasias regionais, já que frente a um país continental. Dado o nosso desenho institucional³², a

³² Governo não centralizado, arranjo nacional federado e atuação de mais de 50

quem ele provavelmente recorreria? Suponho que às LEP. Pergunta-se: elas estão preparadas para atender e colaborar com esse pesquisador imaginário, que, inclusive, poderia demandá-las do exterior? Se não, está aí uma oportunidade tanto para a pesquisa quanto para os primeiros passos rumo à criação de uma LEP. Ser o centro de referência histórica e cultural da Maçonaria (nacional, regional, por Rito etc.), a meu juízo, deveria constar como Missão institucional nos Estatutos das LEP. As Lojas já mais amadurecidas e estruturadas deveriam, então, almejar ser os centros de excelência, polos aglutinadores, motivadores e irradiadores de conhecimento. Estabelecida esta Visão – quiçá um ponto de partida do qual se ressalta, se não a necessidade, a conveniência do trabalho articulado entre as LS e as LEP (que, lembre-se, são elementos de um conjunto maior – o ecossistema da maçonaria) –, segue-se, então, a identificação de outras possibilidades de E&P baseado na célula fundamental, a LS;

- 2.1.2. perfil biográfico do Quadro: idade, formação escolar, estado civil, experiência profissional, dados familiares, participação em outras Associações etc. são registros pessoais que, tomados individualmente, pouco informam, mas que, quando processados em conjunto (nos termos da legislação vigente, sem ferir a privacidade), podem oferecer à Administração das LS valiosas informações para aprimorar a condução dos trabalhos;

Potências Maçônicas regulares – algumas das quais sequer “se falam entre si”. Embora por vezes referidas como tais, a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB) e a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB) não se equiparam às Potências, pois são entidades associativas cuja representação dos filiados limita-se aos termos estatutários.

2.1.3. trajetória do Quadro: datas de ingresso, progressão de Grau, exercício de cargos, frequência, trabalhos apresentados (tema, data) etc.;

2.1.4. seleção e sindicâncias: quem, indicado por quem, sindicado por quem, quando, onde, em que circunstâncias, eventos singulares, apreciações, reunião de aprovação etc. Quais podem ser consideradas bem-sucedidas? Haveria alguma explicação subjacente?

2.1.5. Também os registros referentes ao dia a dia das LS, mas, sobretudo, o detalhamento das sessões magnas, em especial as dedicadas à progressão de Graus: quem fez o quê, quais os acertos e os erros cometidos – em que momento, por quem, alguma intercorrência motivadora etc.? É importante (mais uma vez) ressaltar que o objetivo não é identificar “culpados” nem constranger, mas, antes, aperfeiçoar os trabalhos e chegar à excelência.

2.2. Para onde apontam as sugestões detalhadas em 2.1?

2.2.1. na instância da LS, as memórias constituídas no primeiro momento, se devidamente resgatadas (isto é, com ânimo de E&P), mostrarão uma realidade que, na maior parte das vezes, é despercebida no cotidiano. Entretanto, ela constitui um efetivo diagnóstico para orientar Planos de Ação rumo à superação dos equívocos cometidos e das dificuldades eventualmente constatadas, tanto referentes aos trabalhos³³ individuais apresentados (2.1.2 e 2.1.3 – que, se não sempre, na maior parte das

³³ Sobre tudo os pertinentes às Instruções e ao exame para a progressão de Graus.

vezes são tratados de forma isolada quando deveriam ser apreciados em perspectiva evolutiva e complementar), quanto à liturgia e à ritualística (2.1.5). Sobre estas, *vide*, por exemplo, Pinheiro (2025a). Um E&P sobre os seus próprios hábitos, em exercício de autocritica, se seguido de iniciativas para as correções e aprimoramentos, poderia levar as LS ao nível de excelência, de modelo às mais novas. Então, a partir da mitigação dos erros e do encantamento dos Irmãos, os efetivos objetivos da Ordem poderiam ser perseguidos;

2.2.2. na escalada, um degrau acima, mediante o cruzamento dos registros acumulados (isto é, de 2.1.1 a 2.1.5), um novo horizonte de possibilidades seria descortinado;

2.2.3. por fim, um passo mais acima, o processamento dos registros mantidos exclusivamente pelas Potências possibilitaria uma visão panorâmica, elevando ainda mais o conhecimento da realidade e, por consequência, a identificação de oportunidades de E&P de toda natureza – da Gestão em geral (planejamento estratégico etc.) à capacitação e ao aperfeiçoamento focados em necessidades específicas e pontuais em vez da promoção de eventos genéricos e universais (cujos resultados são difusos), como os direcionados à Formação de Lideranças para o Século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando prosseguimento à análise iniciada a partir da

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

decomposição dos termos que constituem a espécie Estudo e Pesquisa do gênero Loja Maçônica (Pinheiro, 2025a), neste texto foram tecidas considerações preliminares referentes a P - Pesquisa. Em síntese, procurou-se, primeiro, deixar clara a simbiose existente entre o Estudo e a Pesquisa, o que justifica, porque mais adequado, o uso da expressão E&P; na sequência, foram apresentados os caminhos mais conhecidos para se chegar à identificação de oportunidades, questões ou problemas, seja na literatura ou por meio do cotidiano das Lojas, que podem orientar os projetos de pesquisa. É importante destacar que as LS não só são efetivos celeiros de motivações para o E&P, com também são, elas mesmas, as primeiras e maiores beneficiárias dos resultados obtidos pelos projetos – embora, aparentemente, elas ainda não tenham se dado conta disso. Reflexão análoga se estende às próprias LEP e às Potências.

Por fim, salvo melhor juízo, a julgar pelo meu horizonte de observação – que, por um lado, é fisicamente restrito; por outro, é sobremodo ampliado em razão do E&P na literatura específica –, as LEP têm atuado não só de modo independente, mas também apartado das LS, razão pela qual ainda têm a sua existência e finalidade desconhecidas por muitos Irmãos. Como produto desse distanciamento, formam-se zonas de conforto protegidas pelo “desconhecimento”³⁴ da realidade das LS, nas quais, não pairam dúvidas, predomina a falta da cultura de E&P – praticamente inexistente³⁵, quase como se desnecessária. O contrário, entretanto, é o que deveria ocorrer, afinal, o que se passa nas LS e mesmo nas Potências é o retrato de uma realidade capaz de fomentar inúmeros projetos de E&P, que poderiam ou não ter as LEP à frente. No vácuo de uma regência, espontânea ou induzida, cada qual toca o instrumento ao ritmo da sua preferência, em verdadeiro diletantismo voluntarista e encastelado, sempre assegurando espaço para o E&P sobre Maçonaria & Religião independentemente da sua efetiva necessidade e contribuição à realidade fática das LS. Considerando que desde há tempos não há fato novo que suscite reconsiderar

³⁴ Não sei; não vi; não ouvi.

³⁵ A propósito, é um dos exemplos mais bem acabados de que o discurso não tem eco na prática.

posicionamentos já bem estabelecidos e consolidados entre os estudiosos, não há muito a relatar que não possa ser considerado “mais do mesmo”, ainda que eventualmente algum resíduo possa ser “descoberto”. Essa probabilidade aumentará se o E&P se afastar da amplitude e focar em determinadas realidades, isto é, se fizer estudos de caso. Destarte, este texto não apenas procurou acentuar o vínculo entre E&P, mas também o imperativo de as LEP atuarem igualmente em simbiose com as LS e junto à Administração das Potências (o que não implica subordinação intelectual). Conforme já declarado, surpreende que as Administrações das Lojas e das Potências ainda não tenham acordado para a relevância e os benefícios que poderiam lograr se trabalhassem junto às LEP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Olavo de. Aprendendo a Escrever. *In*: CARVALHO, Olavo de. **A Dialética Simbólica** – estudos reunidos. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015. p. 51-54. ISBN 978-85-67394-79-4.

COOPER, Robert L. D. **Revelando o Código da Maçonaria** - a verdade sobre a chave de Salomão e a Irmandade. São Paulo: Madras, 2009. ISBN 978-85-370-0494-4.

GOULD, Robert F. **História Concisa da Maçonaria**. Tradução: J. Filardo. São Paulo: Publicação independente, 2023. ISBN 978-65-00-69482-6.

HAYWOOD, H. L. **Capítulos de História Maçônica e Manuscritos Antigos**. Tradução: J. Filardo. São Paulo: Publicação independente, 2023. ISBN 978-65-00-69094-1.

NICOLELIS, Miguel. **Muito Além do Nosso Eu** – a nova neurociência que une cérebro e máquinas e como ela pode mudar

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

nossas vidas. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. ISBN 978-359-1873-1.

PINHEIRO, Ivan A. O Homem (maçom) de um Livro Só. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. Ago. 2021. Disponível em:

<https://bibliot3ca.com/o-homem-macom-de-um-livro-so/>. Acesso em 21 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. **Maçonaria & Sociedade** – as lições d`*Adolescência*. 2025a. Disponível por meio de: ivan.pinheiro@ufrgs.br. Publicado em 17 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - II. **Freemason**. 19 abr. 2025b. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/sobre-lojas-maconicas-estudos-pesquisas-ii/>. Acesso em 21 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V.; MENDES, Jorge A. A Maçonaria no Divã: as perspectivas e as contribuições dos não maçons. **Revista Ciência & Maçonaria**, v. 10, n. 1, p. 51-65, 2023.

PINHEIRO, Ivan A., PIVA, Marco. **Cadernos de Estudos (XI)**: uma abordagem quanti-qualitativa à questão do cristianismo no Regime (Rito) Escocês Rectificado x Rito Moderno. **Freemason**. 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.freemason.pt/cadernos-de-estudos-xi-o-rito-escoces-rectificado/>. Acesso em 21 abr. 2025.

PRESTON, William. **Esclarecimentos Sobre Maçonaria**. Rio de Janeiro: Arcanum, 2017. ISBN 978-85-93699-04-7.

SCOTT, Leader. **Os Construtores da Catedral** – a história de uma grande guilda maçônica. Tradução: J. Filardo. São Paulo: Publicação independente, 2023. ISBN 978-65-00-73885-8.

STEVENSON, David. **As Origens da Maçonaria** – o século da Escócia (1590-1710). São Paulo: Madras, 2009. ISBN 978-8537005002.

INTRODUÇÃO ÀS NORMAS TÉCNICAS – a razão de ser (LEP – IV)

Por ser pertencente a uma Série, este texto deve, idealmente, ser lido na sequência dos que o antecederam, para melhor apreensão do sentido geral. Todavia, dada a natureza específica do seu conteúdo, não haverá maior prejuízo em proceder à leitura isolada deste número. Partindo do princípio de que, no Brasil, as Lojas de Estudos e Pesquisas Maçônicas (LEP) foram inspiradas e são “seguidoras” da Loja-Mãe, a *Quatuor Coronati* londrina, então a construção do conhecimento promovida no âmbito daquelas deve ser orientada a partir do método científico, o que inclui o lastro em evidências, inclusive bibliográficas – este foi, em síntese, o tema do primeiro número (Pinheiro, 2025a). Nos números subsequentes, mediante a decomposição dos termos (Loja, Estudo e Pesquisa), o autor chamou a atenção para os 2 (dois) últimos (Pinheiro, 2025b, 2025c), cujo entendimento, trazido das Lojas Simbólicas (implícito nas chamadas Peças de Arquitetura, mas também em outras atividades), é insuficiente no âmbito das atividades realizadas no contexto de uma LEP. Ademais, salientou que o Estudo e a Pesquisa são discriminados por conveniência didática, pois, em última análise, correspondem a momentos simultâneos do mesmo fenômeno: quem estuda, ato contínuo, está pesquisando; quem pesquisa, ato contínuo, está estudando. Dito de outro modo: são dois lados da mesma moeda.

Superadas essas preliminares, dá-se início neste texto às considerações sobre um dos aspectos mais salientes, em razão do seu caráter visual³⁶, e que, em certa medida, confere cientificidade à produção intelectual: as citações e as referências bibliográficas. Para muitos, ambas são meras questões normativas e de somenos importância, coisas de burocratas e acadêmicos instituídas tão somente

³⁶ Antecipa-se que, por certo, há outros.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

para atrapalhar e deixá-los encastelados com os saberes (e poderes), de tal sorte que, de alguns, até se ouve que escrevem e depois pedem (pagam!) para alguém adequar o seu trabalho às Normas Técnicas que regem a matéria. Seja por um ou por outro argumento, o que essas manifestações revelam é, se não o autoengano (consciente ou não), o completo desconhecimento do significado e da razão de ser desses procedimentos normativos. É o que, na sequência, se procurará esclarecer.

Da Antiguidade ao Renascimento, *grosso modo*, não havia preocupação em citar nem seguir um critério específico relativamente às fontes (autores e obras) utilizadas na elaboração dos trabalhos, fossem as anotações para as aulas ou para a redação de “livros” em geral. O que se observa nos textos desse período é, eventualmente, uma menção a um autor/obra aqui, outra acolá, mas nada regrado, tampouco conforme algum critério. A propósito, apropriar-se das ideias de terceiros, “sem citar a fonte”, era habitual. Isso não era visto com maus olhos, afinal, era parte integrante da cultura da época. Nesse período, a transmissão dos conhecimentos, basicamente, se dava pela tradição oral – nas “escolas”³⁷, em praça pública, nos simpósios etc. –, como bem ilustram os textos e diálogos de Platão³⁸, e a escrita não tinha a importância que lhe é atribuída hoje. Além disso, era habitual que, tomando um texto (ou ideias) de terceiros (conhecidos ou anônimos) como ponto de partida, fossem tecidas elaborações e críticas, e aventadas novas configurações³⁹. Também aqui, mais uma vez, Platão *vis-à-vis* a Pitágoras⁴⁰ constitui um bom exemplo. Vale lembrar que as obras impressas eram raras e, porque caras (cópias manuscritas⁴¹), só acessíveis para muito poucos – a elite da

³⁷ Que não guardam praticamente nenhuma semelhança com as escolas contemporâneas.

³⁸ 428-427, 348-347 a.C.

³⁹ É o que se observa, por exemplo, entre os Filósofos de Mileto e os pré-socráticos (naturalistas) em geral.

⁴⁰ Deste, não restou obra escrita (o segredo, imposto às escolas iniciáticas, impedia a produção de textos), mas seus discípulos, como Filolau de Crotona (480-470; 385 a.C.), cometeram perjúrio.

⁴¹ Que, com o adorno de iluminuras, na Idade Média, tornaram-se ainda mais caras e

sociedade. Nesse ambiente, alguns copistas (quase sempre) bem-intencionados acrescentavam comentários e (supostos) esclarecimentos ao próprio corpo do texto⁴², ou seja, às suas encomendas – cópias e/ou traduções. O resultado: não só os exegetas ainda hoje se esforçam para separar o joio do trigo, como também dificilmente se encontram 2 (duas) cópias iguais ao original – isso quando alguma é passível de ser identificada enquanto tal. As repercussões desse gesto, historicamente, não são neutras, como bem o demonstram as interpretações atribuídas a cada Livro, capítulo ou versículo das Escrituras Sagradas, em especial da matriz judaico-cristã⁴³, cujas diferenças motivaram conflitos, levaram os povos à guerra e promoveram secessões que perduram até hoje.

O problema da citação-referência, como é compreendido hoje, só começa a ganhar forma mais definida a partir da Modernidade, quando 3 (três) elementos convergem: (1) o método científico (usado desde Aristóteles⁴⁴), que então ganha força e vigor; (2) a prensa de Gutenberg (no século XV), que revoluciona o acesso à informação e ao conhecimento; e (3) a reforma educacional promovida por Comenius (no século XVII), cujos ecos, críticas e repercussões até hoje se fazem ouvir e sentir. Não se pode perder de vista, ainda, que a Modernidade é caracterizada pela emergência de grandes transformações, de modo que outros elementos, como a revolução tecnocientífica, a emergência dos mercados e a ideia de propriedade intelectual (direito de autor), também contribuíram para delinear a nova configuração das relações autor-usuário. Entre outras controvérsias, foi notório o embate entre Newton⁴⁵ e Leibniz⁴⁶, contemporâneos na *Royal Society*, acerca da autoria primaz em relação ao cálculo diferencial-integral.

O reconhecimento da autoria, ao contrário do que supõem alguns,

inacessíveis.

⁴² Hoje, genericamente denominadas interpolações.

⁴³ Ora mencionadas em razão das suas conexões com a Maçonaria.

⁴⁴ 384 – 322 a.C.

⁴⁵ 1643 – 1727.

⁴⁶ 1646 – 1716.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

é matéria a ser levada a sério, sim, pois perpassa desde um simples, gentil e polido reconhecimento oral ou menção meritória (por vezes acompanhados de atos ricos de simbolismo)⁴⁷ até as calorosas manifestações de prestígio nas cerimônias de concessão de prêmios, mas também a reserva da titularidade privativa a determinados cargos e o acesso a vultosos orçamentos para financiar estudos e pesquisas – *vide*, por exemplo, o clássico *O Último Teorema de Fermat*, de Singh (1998).

Paralelamente às questões históricas e legais (direitos autorais), um motivo de ordem mais técnica também se impõe sobre o registro da autoria: a característica evolutivo-cumulativa do conhecimento científico. Afinal, todo saber é tributário da trajetória evolutiva do conhecimento que o levou à sua versão mais recente e, mesmo as grandes revoluções, cujos novos paradigmas rompem com passado, têm as suas origens nas insuficiências explicativas, nas incoerências e nas falhas encontradas nas teorias e modelos até então utilizados – entre outras razões, por economicidade (o que inclui a premência e a escassez do tempo), pois, como diz o ditado: “não cabe reinventar a roda”, tampouco “fazer mais do mesmo”. Afinal, quais seriam os méritos e ganhos?

Em perspectiva ainda mais ampliada, não raro o entendimento de um fenômeno requer que as considerações se estendam aos ambientes social, político e econômico que o circunscrevem. Assim, entre as razões de ser das citações em um texto, está a de contribuir para formar o contexto, constituir a linha do tempo que conecta a versão presente do fenômeno ao momento mais antigo, pertinente e relevante para o caso em tela. Por exemplo: na Maçonaria, um dos casos mais frequentes é a referência à Fase Operativa antes de explorar a Fase Especulativa; no caso do Regime (Rito) Escocês Retificado, tecer comentários sobre as suas vertentes originárias geralmente antecede a análise da questão

⁴⁷ A exemplo da “cena das canetas” em *Uma Mente Brilhante*, filme que registra a trajetória do matemático John Nash. Fonte: PENKAL, Cap. Rafael. **Canetas - Uma Mente brilhante**. YouTube, 17 de julho de 2010. [3min]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C7c5rMKzMqQ>. Acesso em: 15 maio 2025.

fulcral; por fim, antes de analisar e interpretar um determinado símbolo em particular, é habitual aludir às origens da linguagem simbólica. Como cada um desses temas já foi abordado por algum autor, é preciso então trazer ao texto (em elaboração) não só o conteúdo em si mesmo, mas também a autoria da fonte consultada, seja mediante citação direta (sob a forma de uma transcrição ou paráfrase), seja indireta, por reprodução ou reformulação de trechos e textos de um terceiro autor que leu, interpretou e citou o autor que originalmente era o objeto de interesse. Alguns exemplos extraídos de Pinheiro (2025b) – onde podem ser encontradas as Referências Bibliográficas correspondentes – auxiliam o esclarecimento de eventuais dúvidas:

- citação direta-paráfrase

- “Por exemplo, quanto às origens da Maçonaria, conforme seja lido Cooper (2009), Stevenson (2009), Preston⁴⁸ (2017), Haywood (2023)⁴⁹, Gould⁵⁰ (2023) ou Scott⁵¹ (2023), a resposta encontrada será diferente”.

- citação direta-transcrição

- “Nicolelis, brasileiro e um dos mais proeminentes neurocientistas da atualidade, revela a fonte de um dos seus principais *insights*:

[...] peguei-me folheando um livro de astronomia [...], de repente deparei com uma ilustração que imediatamente capturou minha imaginação: a imagem tridimensional de fontes de rádio de um setor do universo [...]. Quanto mais eu inspecionava aquele gráfico, mais sentia que idêntica abordagem

⁴⁸ 1742 – 1818.

⁴⁹ Livro originalmente publicado em 1923.

⁵⁰ 1836 – 1905.

⁵¹ Pseudônimo de Lucy E. Baxter (1837 – 1902).

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

gráfica poderia ser aplicada ao estudo da atividade elétrica cerebral (2011, p. 155-6)”.

- citação indireta-transcrição

- “Por oportuno, cabe lembrar o que disse Borges (*apud* ⁵² Carvalho, 2015, p. 51): “Para compreender um único livro, é preciso ter lido muitos livros”⁵³ [...]”.

Algumas observações oportunas:

1. entre as modalidades de citação, a indireta, seja a transcrição ou a paráfrase, é a menos recomendada. O motivo é simples e, de certo modo, analogado às interpolações da Antiguidade e do Medievo: perde-se a qualidade e a fidelidade ao texto original. Se mesmo textos à primeira vista absolutamente claros quanto ao sentido e ao significado atribuídos a cada palavra não escapam à interpretação do leitor (e cada um tem as suas próprias lentes de leitura), imagine-se, então, textos que, em razão do estilo (uso de sujeitos ocultos, figuras de linguagem⁵⁴, palavras não usuais, falta de linearidade narrativa⁵⁵ etc.) ou mesmo intencionalmente, trazem em si mesmos ambiguidades e/ou mensagens nas entrelinhas. Além dessas dificuldades, das quais não se pode escapar, há ainda um terceiro nível: o uso (via citação indireta) da interpretação estabelecida por alguém que efetivamente leu o texto que, por qualquer que seja o motivo⁵⁶, o autor (que o cita)

⁵² *Apud* = citado, comentado por.

⁵³ Isto é particularmente verdadeiro no caso da *Bíblia*, ou melhor, das *Bíblias*, assim como do *Alcorão*, textos que exigem, pelo menos, o conhecimento de História.

⁵⁴ Metáforas, metonímias, elipses, ironias e outras.

⁵⁵ Você já tentou ler Nietzsche?

⁵⁶ Nem sempre o texto foi traduzido para o idioma dominado e, quando o foi, o preço é por vezes demasiado elevado ou as edições já se esgotaram e saíram da linha de produção etc. Enfim, no dia a dia, frente a maioria dos casos que se apresentam, o escritor não especialista recorre à fonte (ao texto) que tem à mão para consulta e citação, ainda que escrita por terceiros em relação ao autor efetivamente desejado.

não leu. Dá para imaginar o potencial dos problemas que, eventualmente, entram no texto quando essa modalidade se faz presente. Em síntese: a citação indireta, por aumentar a distância entre o autor (pesquisador e escritor) e a fonte que ele desejaria consultar (mas não consultou), aumenta também o risco do emprego fora de contexto e até indevido de ideias, cuja responsabilidade recairá sobre o autor que optou por trazer a citação de terceiros ao seu texto⁵⁷. Corolário: as questões centrais e mais importantes de um texto não podem (não devem) ser exploradas nem estar ancoradas em citações indiretas;

2. a citação-paráfrase, direta ou indireta, pressupõe e requer que o leitor tenha conhecimento (e entendimento) da obra citada para que seja apreendido o sentido que se intenciona transmitir – o que nem sempre (a bem da verdade, quase nunca) ocorre⁵⁸. Por isso, é de bom alvitre (mas nem sempre possível⁵⁹) trazer esclarecimentos ao texto em elaboração. No exemplo acima (“[...] quanto às origens da Maçonaria [...]”) certamente ficaria mais claro (para o leitor) se o autor tivesse esclarecido que o citado A defende a primazia da Inglaterra, ao passo que B alinha-se à versão escocesa, e C estabelece uma linha de transmissão que conecta os *Collegia Fabrorum* aos Mestres Comacines e, desde o Lago (Ilha) *di Como*, na Lombardia (Itália), teria se expandido e chegado à Inglaterra, sempre com a decisiva atuação dos monges e da Igreja;
3. a identificação do Nome (data) é a primeira sinalização de que o autor traz ao texto um olhar externo, seja uma ideia, um posicionamento crítico, uma proposta etc. Circunstancialmente, a

Todavia, um alerta: essa atitude deve ser reconsiderada a depender do veículo (em especial os periódicos acadêmicos) ao qual o texto é submetido.

⁵⁷ Já me ocorreu, por exemplo, de ter que excluir uma citação porque o revisor (do periódico) não tinha conhecimento de outras fontes que corroborassem o sentido atribuído pelo autor (de forma indireta) consultado e trazido ao texto.

⁵⁸ Exceto em comunidades de especialistas no tema.

⁵⁹ Porque fugiria ao escopo, ultrapassaria o número de páginas, por vezes rigidamente limitadas pelos editores etc.

identificação se faz acompanhar de uma transcrição, também sempre duplamente destacada (*vide* o exemplo acima):

- 3.1. pelo número da página do texto da qual foi extraída;
- 3.2. pelos destaques gráficos (geralmente entres aspas, itálico, negrito ou sublinhado), se o trecho transcrito for curto – até 3 (três) linhas; se longo, pelo recuo do texto acompanhado da redução do tamanho da letra.

Conforme visto, não há um tipo ideal de citação. São o bom senso, a prática reiterada e, sobretudo, a crítica externa (de leitores qualificados ou, circunstancialmente, dos avaliadores dos Comitês Editoriais de periódicos ou editais) que proporcionam ao autor construir, desenvolver e ascender na sua curva de aprendizagem e, por consequência, modular, ajustando aos casos concretos, o emprego das diferentes modalidades de citação. Oportunamente voltarei a esse assunto.

Importa ainda chamar a atenção para o fato de que as citações não se prestam apenas a trazer à narrativa a linha do tempo da trajetória de uma ideia, de um conceito, de um construto ou qualquer fenômeno. Elas prestam-se, sobretudo, a criar e delimitar a arena (com ideias e proponentes) onde então se dará o diálogo argumentativo a ser promovido pelo autor. Se este, eventualmente, assumir algum posicionamento, já terá em mãos as bases para fundamentá-lo, distanciando-se, assim, do famoso “achismo” e de uma prática usual na Ordem: a de afirmar, em caráter preventivo, por vezes até mesmo em tom de desculpas antecipadas, que “essa é a minha opinião, com todo respeito às demais”. Em regra, as meras opiniões não ocupam o tempo dos estudiosos e pesquisadores, e, mesmo quando trazidas à guisa de instigação à curiosidade do investigador, elas devem, em algum grau, ser ancoradas em lastros de razoabilidade lógica e da expectativa de, ainda que em data incerta, virem a ser corroboradas por evidências empíricas.

Assim, como uma primeira derivada, emerge mais um motivo⁶⁰ para o destaque às citações: o leitor precisa ter claro (visualmente) quando, no texto, é o autor quem se expressa e quando este se refere às fontes consultadas, bem como identificar, para acompanhar, passo a passo, como o autor elabora o argumento (corroborando ou contestando terceiros) que, ao final, embasa o seu eventual posicionamento frente ao tema. Decerto, conforme já assinalado, nem sempre se espera um posicionamento do autor, pois tudo, em última análise, depende da problematização, dos objetivos estabelecidos, da abordagem metodológica etc. Não raro, o que se pretende não é “fechar a questão”, mas antes explicitar as divergências, os diferentes enfoques trazidos pelos autores consultados, identificar lacunas e abrir novas perspectivas de estudos e pesquisas etc. Todavia, ao fim e ao cabo, o que efetivamente mais interessa é a contribuição (mesmo em forma de dúvida) trazida pelo autor, pois o leitor poderá encontrar todo o resto nas fontes (desde que, é claro, devidamente) citadas e identificadas. Assim, ao não conferir o devido destaque, o autor não só confunde visualmente o leitor, como toma para si o que não lhe pertence. Considerando que muitos trabalhos (das Peças de Arquitetura à produção competitiva submetida aos editais) proporcionam ganhos diretos para o autor (progressão de Grau, prêmios etc.), fica evidente a violação da ética e dos códigos morais – crime de plágio, total ou parcial⁶¹ – em proveito próprio, comportamento agravado pela circunstância de se dar ao abrigo de uma instituição que prima e se apresenta à sociedade como um sistema de moralidade.

Como segunda derivada, é possível ainda destacar outras

⁶⁰ Além do reconhecimento, do direito autoral e da continuidade cumulativa.

⁶¹ Uma abordagem introdutória ao tema pode ser vista em “Plágio Acadêmico: conhecer para combater”. Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plágio Acadêmico: conhecer para combater**. Brasília, DF: Biblioteca Virtual em Saúde – BVS Brasil, N/A. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/inca/plagio_academico.pdf. Acesso em: 15 maio 2025. O leitor mais arrojado e comprometido poderá consultar a legislação citada no texto indicado.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

contribuições proporcionadas pelo manejo adequado das citações: afirmar a transparência e proporcionar as condições de reprodutibilidade do estudo (pesquisa, experimento etc.), ambas inerentemente associadas ao empreendimento científico. Há ainda muito mais a discorrer sobre as “citações”, como, por exemplo, a qualidade e a atualidade das fontes, o ordenamento da apresentação, bem como o alinhamento das escolas (tradições) de pensamento etc., mas exaurir o tema, agora, certamente alongaria por demais este texto, razão pela qual retornarei a ele em momento oportuno.

O leitor mais atento e que pacientemente acompanhou até aqui já deve estar angustiado: “E a tal das Normas Técnicas? É sobre isso que eu quero e preciso saber!”. Claro que sobre elas ainda falta comentar, mas isso será feito no próximo número da Série, concomitantemente ao tema das “referências bibliográficas”. Por ora, o que se deve destacar é o que efetivamente mais importa: a razão de ser e o papel desempenhado pelas citações no curso da elaboração da produção intelectual escrita. Essas Normas, como se depreende do brevíssimo resgate histórico, vem para organizar, atualizar e padronizar o que já era uso e costume: apoiar-se nos ombros de gigantes para poder enxergar mais longe – frase que, mais recentemente atribuída a Newton⁶², salienta outra característica do empreendimento científico: a cooperação. É provável que, para aqueles que bem entendem a razão de ser das citações, as Normas em si mesmas, nas entrelinhas das suas minudências, de fato, passem a ser consideradas de somenos importância. Ainda assim, são indispensáveis para a organização, a clareza e a elegância dos textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - I. **Freemason**. 8 abr. 2025a. Disponível em:

⁶² Infelizmente, por ora, me escapa a referência, autoria e obra, na qual consta o nome do primeiro autor a formular, nestes termos, a ideia fundamental que transmite.

<https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - II. **Freemason**. 19 abr. 2025b. Disponível em: <https://www.freemason.pt/sobre-lojas-maconicas-estudos-pesquisas-ii/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas – III. 2025c. Disponível em: ivan.pinheiro@ufrgs.br. Publicado em: 24 abr. 2025.

SINGH, Simon. **O Último Teorema de Fermat**. Rio de Janeiro: Record, 1998. ISBN 85-01-05006-7.

**FERRAMENTA DE ANÁLISE & AVALIAÇÃO DAS
CITAÇÕES vs. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: modelo e
aplicação (LEP – V)**

Embora parte integrante de uma Série, este texto dá continuidade direta ao tema iniciado em Pinheiro (2025): Citações e Referências Bibliográficas. No entanto, se, no anterior, o foco recaiu sobre as primeiras, neste está dirigido, sobremodo, às Referências Bibliográficas. A exemplo da abordagem anterior – que, num primeiro momento, passou ao largo dos aspectos normativos mais estritos e deteve-se na demonstração da razão de ser das citações no contexto da produção intelectual escrita –, também aqui o enfoque será outro que não a normatização *per se*.

Esse aparente distanciamento dos aspectos normativos espelha a própria dinâmica histórica: o quadro normativo só é delineado quando se justifica, isto é, após o surgimento e o crescimento dos fenômenos (como a produção intelectual em massa). Além disso, ele destina-se, no primeiro momento, a organizar, padronizar e solucionar os problemas surgidos no curso do funcionamento dos processos. Em etapa posterior, é então (re)projetado para induzir comportamentos à luz de um determinado objetivo.

É importante conhecer e entender os princípios porque, mesmo as normas mais completas, e inclusive por esta característica, quando outorgadas ou promulgadas, já nascem defasadas em razão da inércia inerente ao processo da sua elaboração: versões preliminares, debates em reuniões, comitês de especialistas e mais debates, “negociações”, “concessões”, novas versões, aprovação em primeira instância, em segunda, aprovação em última e derradeira instância, prazo para vigência etc. Enquanto isso, o mundo muda, e a norma, antes mesmo de vigor, já

está defasada. Exemplifico: nada ainda se encontra normatizado e prescrito sobre a questão da Inteligência Artificial no contexto da produção intelectual (Peças de Arquitetura, Trabalhos para Progressão de Grau, Artigos competitivos etc.). Nesse ambiente dinâmico e incerto, conhecer os princípios é como ter à mão uma bússola: pelo menos apresenta um norte, um critério para, na dúvida, tomar como direção.

Vistas as razões de ser das Citações, a questão que ora se coloca é: por que, nos trabalhos escritos, há uma seção destinada às Referências Bibliográficas? A resposta a essa pergunta segue os mesmos motivos já apresentados quando o foco era a questão das Citações, a saber: para atender às condições necessárias à garantia da cientificidade do processo e, na sequência, ao relatório que lhe dá a publicidade. Isso só se torna possível mediante a apresentação dos elementos que asseguram a transparência, a verificabilidade e a reprodutibilidade. Assim, não é à toa que o tema, em regra, é abordado conjuntamente: Citações - Referências Bibliográficas (CRB).

Esse conjunto é, pois, o que se pode denominar como o princípio básico que fundamenta a Norma que rege a matéria (CRB), e o resto, como se diz, “são detalhes”. Assim, o objetivo da seção Referências Bibliográficas, apartada do corpo do texto, é reunir e apresentar ao leitor (eventual pesquisador ou avaliador) um conjunto mínimo de informações para que o interessado possa localizar o autor/obra (informação!) citado no corpo do texto. Ela traz: 1) o(s) nome(s) do(s) autor(s); 2) o nome da obra; 3) onde foi publicada (país, cidade); 4) por quem (editora) foi publicada ou veiculada; e, finalmente, 5) quando (data). É importante destacar que esse conjunto é universal, deve ser observado por todos os estudiosos e pesquisadores, quer submetam o texto (livro, artigo, relatório etc.) para publicação no Brasil, quer em qualquer outro país.

Como foi visto, apenas 5 (cinco) informações são necessárias, e o princípio é extremamente simples e autoevidente em relação aos propósitos enunciados. O que confere ao quadro normativo um aspecto

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

de aparente complexidade, conforme consideram alguns, é a multiplicidade de possibilidades de cada uma das condições acima:

- autoria: única ou múltipla? Sendo múltipla, quantos autores? Grupo de Pesquisa? Anônimo, pseudoepígrafo?

- nome da obra:

- o se ela foi dividida em Volumes, como é o caso da “Coleção de Artes Liberais”, produzida e editada pelo ICHSV - Instituto Hugo de São Vitor (2020), então as CRB devem discriminar o volume... parece óbvio, não é?

- o assim também o é caso ela se apresente em Tomos, como *Moral e Dogma* (Pike, 2011), que, no Brasil, foi editado pela Yod;

- o finalmente, não custa lembrar que a *Bíblia* não é um livro, mas, antes, uma biblioteca, o que implica que cada Livro deve ser devidamente (CRB) identificado. A propósito, há ainda uma questão primeira a esse respeito: qual entre as inúmeras *Bíblias* existentes citar? O tradutor de *Os Irmãos Karamázov* (Dostoiévski⁶³, 2013) logo de pronto esclarece: “Nesta tradução, as citações bíblicas seguem o texto de *A Bíblia de Jerusalém* (Nova. ed. São Paulo: Paulinas)”;

- o caso se refira a um livro em geral, utiliza-se a primeira, a segunda ou as edições subsequentes? Ou ainda a edição revista e ampliada? Textos legislativos (Leis, Decretos etc.) são atualizados quase que diariamente. A depender da finalidade, torna-se imperativo consultar a última versão, mas há ocasiões – como, por exemplo, nas resenhas históricas – em que o que importa são as versões anteriores;

⁶³ 1821 – 1881.

- veículo da publicação: enquanto obra isolada (livro), como capítulo de um livro, na forma de artigo em um periódico, nos Anais, em um *blog*, em um *site*, jornal, carta, palestra, filme, outra mídia (painel, mural) etc.? E se parte integrante dos Anais, de qual evento?

Para cada um desses casos, bem como para os não mencionados, a Norma tem uma previsão específica quanto ao modo de informar o leitor. Todavia, a multiplicidade se estende: a informação foi obtida mediante entrevista (com o autor ou com terceiros? Foi anotada ou gravada?) ou depoimento? A depender do projeto de pesquisa em andamento, há circunstâncias em que a qualificação do tradutor adquire relevância, bem como o fato de a tradução ter tido por base o idioma original (por exemplo, se do aramaico ou do chinês para o português) – ou se antes de chegar à versão final em português, passou pelo inglês (ou francês, ou alemão). Clássicos da literatura internacional, como *Os Irmãos Karamázov* (Dostoiévski, 2013), têm sido tão reeditados que o apelo de vendas produziu traduções diretas do idioma original. Ainda há os casos em que o comentarista (analista e/ou especialista) divide o espaço e a importância com o próprio autor, razão pela qual também deve ser citado e, se for o caso, referido na obra em elaboração. Que tal, por exemplo, dialogar com os comentários de Napoleão Bonaparte a *O Príncipe*, de Maquiavel⁶⁴ (2004)?

Conforme já mencionado, a “complexidade” das CRB é, antes, aparente, visto que podem prontamente ser elucidadas por meio de uma consulta às Normas Técnicas que regem a matéria – no Brasil, trata-se da ABNT⁶⁵ NBR 10520 (citações) e da ABNT NBR 6023 (Referências), ambas consultadas em UNESP (2023). Corolário: quem quer que se proponha a escrever um texto técnico com rigor, acadêmico-científico ou não, deve ter em mãos, pelo menos, as Normas mencionadas. Embora sejam textos que, pelos detalhamentos, são considerados longos por aqueles que não estão habituados, não são difíceis nem

⁶⁴ 1469 – 1527.

⁶⁵ Associação Brasileira de Normas Técnicas.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

escapam ao entendimento do leitor mediano. Somente quem, escreve com frequência ou revisa textos consegue, por dever de ofício e passado algum tempo, memorizar as principais instruções (raramente todas). Por isso mesmo, memorizá-las não deve ser o objetivo do redator ocasional – o que importa é que este tenha consciência das circunstâncias em que o uso das CRB é obrigatório, quando, então, deve consultá-las para fazer um uso adequado. Não se pense, entretanto, que as Normas constituem excentricidades exclusivas dos acadêmicos pesquisadores e que, portanto, somente a estes será exigido o seu conhecimento. Ledo engano. As Normas já mencionadas (entre outras) são exigidas, por exemplo, para a elaboração e submissão de projetos (para obtenção de financiamento público ou privado, para a aprovação regulatória, para textos legislativos e outros), relatórios em geral, correspondências etc.

Parece claro, por tudo o que já foi dito, que a primeira relação entre as Citações e as Referências Bibliográficas é a de correspondência biunívoca, isto é: cada citação deve (em princípio estabelecido pelas razões de ser, mas também por determinação normativa) possuir a sua obra correspondente na seção das Referências Bibliográficas. Ora, também é sabido que uma mesma obra pode ser inúmeras vezes citada, o que possibilita, juntamente a outros parâmetros, criar um instrumento de trabalho: a Ferramenta de Análise & Avaliação das CRB (FAA&CRB), ora introduzida no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Ferramenta de Análise & Avaliação das Citações vs. Referências Bibliográficas (FAA&CRB): modelo esquemático geral.

Hipóteses CRB(*)	Número de Ocorrências		Interpretação/Significado
	CIT(**) “c”	RB(***) “r”	
Hip. 1	0	0	O texto aparenta ser opinativo, sem CIT e sem RB.
Hip. 2	“c” = “r”		Constata-se que a cada CIT corresponde a sua RB.
Hip. 3	“c” maior do que “r” e “r” diferente de 0		Um texto pode ter sido citado mais de uma vez.
Hip. 4	“c” menor do que “r”		Constata-se que algumas RB são desnecessárias.
Hip. 5	“c” diferente de 0 e “r = 0”		Citação sem qualquer RB: erro.

Legenda:

(*) Citações & Referências Bibliográficas

(**) Citações

(***) Referências Bibliográficas.

“c” e “r” pertencem ao conjunto dos números naturais: “c” = quantidade de citações; e, “r” = quantidade de referências bibliográficas

Observações:

1. Hipótese 1: é o caso mais comum, em que o texto possui caráter opinativo, certamente (excluindo-se a possibilidade de plágio) o produto de toda a trajetória de vida do autor, tanto as suas experiências (cotidianas, de viagens, sucessos, fracassos etc.) quanto as leituras (de todo gênero) realizadas. Como é impossível citar todas, nenhuma é citada. Pode ter caráter aquiescente ou contestatório, como também sugestivo e, na esfera das ideias, até ser provocativo. É nessa hipótese que se enquadram os Ensaios, espécie de texto mais flexível e que admite maior subjetividade. É claro que, no contexto de uma LEP, há limites que, por cautela, talvez não devessem ser transpostos, como é o caso, por exemplo,

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

de submeter a determinados veículos Crônicas ou Palestras – questão de medida, de bom senso, de adequação;

2. Hipótese 2: é um caso comum e o mais simples. Seja a CIT direta, indireta, transcrição ou paráfrase, ela deverá ter o seu correspondente na seção das RB;
3. Hipótese 3: há textos que, de tão ricos (não necessariamente volumosos⁶⁶), comportam grandes elaborações e discussões. Além disso, o objetivo do autor é, por vezes, analisar apenas um determinado texto (ou aspecto dele), portanto, outras RB são prescindíveis. Considere o exemplo: “c” = 10 e “r” = 1, sendo “r” correspondente à *Bíblia*, ou à Constituição Federal;
4. Hipótese 4: ora, se não há a citação correspondente, não há o quê, tampouco por que referenciar. Que motivos levariam o autor a fazê-lo?
 - 4.1. descuido em razão do aproveitamento (“copia-cola”) de um texto autoral anterior?
 - 4.2. atendimento às exigências de alguns veículos (editores), a exemplo da *Revista Ciência & Maçonaria*⁶⁷, que estabelece: “[...] um mínimo de referências de autores diferentes equivalente a, pelo menos, o mesmo número de páginas do artigo. Exemplo: um artigo de 10 (dez) páginas deve ter, no mínimo, 10 (dez) referências de autores diferentes”, ou dos Editais da CMSB (2024)⁶⁸, que instituem “[...] um mínimo

⁶⁶ Quem já leu algum livro (ou melhor: livreto) de Byung-Chul Han, ou mesmo de Nietzsche, sabe do que eu estou falando.

⁶⁷ Fonte: Diretrizes para Autores. In: **Revista Ciência & Maçonaria**. Brasília, DF: Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2013—. Disponível em: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/about/submissions#authOrGuidelines>. Acesso em: 22 maio 2025.

⁶⁸ Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. Fonte: BRASÍLIA (DF). V

de 5 (cinco) referências bibliográficas, que devem estar referenciadas no corpo do artigo, seja como citação direta ou indireta, e listada ao final do artigo, conforme normas da ABNT”?

- 4.3. independentemente do(s) motivo(s), é prática vista como tentativa de ilusionismo, pois induz o leitor à crença de que as ideias dos autores referidos foram exploradas ao longo do texto. Em linguagem popular, “em meio ao trigo foi misturado o joio”, ou, ainda, tentou-se “dourar a pílula”. À primeira leitura, o número de Referências é um indicador do esforço, da diversidade e da cultura geral do autor. Ademais, não se pode perder de vista a possibilidade do comportamento estratégico e oportunista dos autores⁶⁹: o peso e a autoridade das obras/autores referenciados são, em alguma medida, transferidos para o autor e para o trabalho em tela. Em um texto sobre Filosofia e Política, o que confere maior densidade ao texto: citar Platão e Sócrates ou Pinheiro e Dutra?
- 4.4. por fim, quanto maior a diferença “r-c”, mais grave o erro incorrido;
5. Hipótese 5: caso que se assemelha à Hip. 3, mas se distingue por misturar o joio ao trigo. Em textos reduzidos, é mais fácil identificar o joio; naqueles com 10 (dez) ou mais páginas, não é fácil identificar 5 (cinco) Referências desnecessárias dentre um total de 15/25. Todavia, à primeira leitura, o número de Referências é um indicador de esforço, diversidade e cultura geral do autor.

Concurso Literário da Editora CMSB: Edital. Brasília, DF: Editora CMSB, 2024. Disponível em: <https://cmsb.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Edital-V-Concurso-Literario.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁶⁹ Sim, acadêmicos, estudiosos e pesquisadores não são santos, também são passíveis de tentação aos vícios e às paixões; a literatura está repleta de casos.

Conforme visto no Quadro 1 e nas observações que se seguiram, há hipóteses aceitáveis, esperadas até, mas há também as que não cabem e não devem ser admitidas se o propósito for a veiculação. Primeiramente, porque violam as Normas, mas também porque ferem o Princípio que permite caracterizar a produção como científica – por oportuno, não se pode perder de vista que este texto é parte integrante das reflexões na perspectiva das Lojas de Estudos e Pesquisas. À exceção das Hipóteses 1, 2 e 3, as demais suscitam desconfianças e suspeitas desonrosas contra o(s) autor(es), ainda que o equívoco tenha sido involuntário. Ademais, querendo ou não, as ilações podem estender-se e abalar a credibilidade do veículo (editora, periódico etc.), trazer constrangimentos à Instituição (Loja ou Organização coordenadora), bem como prejuízos à imagem do grupo de referência – algo difícil de reparar. Portanto, a melhor recomendação é a antecipação e o esmero para evitar as hipóteses indesejáveis. Como? Voltarei oportunamente ao assunto com maior detalhamento; por ora, resalto 2 (duas) iniciativas já comentadas: 1) trabalhar com planejamento, tanto pessoal quanto institucional, oferecendo, assim, um largo espaço para o desenvolvimento do trabalho (estudo, pesquisa, relatoria etc.)⁷⁰; e, 2) contar com quadro de revisores qualificados.

Restam ainda algumas questões a serem observadas no que tange à Hipótese 1 *vis-à-vis* às Hipóteses 2 e 3:

⁷⁰ Vide, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela LEP *Quatuor Coronati*, 333 (GLMESP), que divulga o Edital de Chamada de trabalhos com mais de um ano de antecedência da data prevista para publicação. Assim, não só os autores interessados podem se organizar, como resta tempo para os avaliadores e revisores se pronunciarem sobre as submissões, propondo ou não melhorias nos trabalhos. Passado um tempo, já acostumada pela consistência, a comunidade de interessados incorpora o calendário em meio às suas demais atividades, criando, assim, um círculo virtuoso, modificando os usos e os costumes de até então, estabelecendo uma nova cultura. Todavia, há, é claro, a possibilidade do fluxo contínuo, tema a ser explorado nos próximos números desta Série.

• ao ler um texto enquadrado na Hipótese 1, o leitor razoavelmente instruído sabe que ele não tem peso e relevância acadêmico-científica, pois não se enquadra nas exigências já discutidas nesta Série. Na prática, entretanto, a depender da situação, admitem-se exceções. É o caso dos autores reconhecidos como de notório saber, alguns dos quais agraciados com prêmios como o Nobel, o Templeton, a Medalha Fields e outros, todos conferidos por Institutos ou Comissões *ad hoc* e independentes. No Brasil, ser premiado com o Jabuti torna o autor uma referência no seu campo e/ou gênero literário, sendo praticamente dispensadas as apresentações (*curriculum vitae*) por ocasião de futuros eventos. Um derradeiro exemplo contemporâneo, bastante conhecido e citado pelos autores-maçons, é o caso de Yuval N. Harari: os seus livros são repletos de dezenas de RB, mas, em seus Ensaios menores, ele as dispensa. Não será por isso, no entanto, que ele deixará de ser referenciado. Pergunta-se: no Brasil, há dentre os autores nacionais alguém que ocupe *status* semelhante? Existe alguma entidade certificadora independente, não necessariamente formal, que, pelos usos e costumes, tenha o seu pronunciamento sobre a autoridade técnica e intelectual dos autores plenamente reconhecido pela comunidade maçônica?

• já os textos enquadrados nas Hipóteses 2 e 3, nos termos ora considerados (porque atendem aos Princípios), são dotados de maior *status* quanto à cientificidade. Pelo menos o leitor tem as bases para concordar, discordar e, dados os pontos de partida (as RB), ir mais a fundo nos estudos e reflexões, bem como citá-los nos seus próprios trabalhos;

• em suma, as Hipóteses 1, 2 e 3 são aceitáveis. Todavia, para não confundir o leitor, deve-se evitar apresentá-las como partes de um mesmo conjunto e, mais ainda, intercalá-las no mesmo volume (livro), pois são de natureza distintas e não atendem aos mesmos propósitos. A experiência dos periódicos acadêmicos pode ser útil aos editores maçônicos: já no momento da submissão, o texto

deve ser enquadrado nas possibilidades oferecidas como, por exemplo:

- a *Revista Ciência & Maçonaria* requer do autor a declaração de que o texto submetido se enquadra em uma das seguintes categorias: artigo teórico, artigo empírico, ensaio ou resenha⁷¹. Isso porque cada enquadramento será corretamente lido pelas lentes que lhes são mais apropriadas e mais adequadas;
- já a *REMLAC+* fornece 7 (sete) opções, entre elas Entrevistas e Perfis de “acadêmicos proeminentes em estudos da Maçonaria”⁷²;
- e, evidentemente, o volume também discrimina e agrupa os trabalhos pertencentes a uma mesma categoria em seções correspondentes, antecipando-se, assim, no alerta ao leitor.

Antes de apresentar um caso prático da aplicação da FAA&CRB, revela-se oportuno resgatar 2 (dois) trabalhos nos quais se procurou demonstrar o quanto a seção Referências Bibliográficas, habitualmente negligenciada pela maioria e até mesmo ignorada, constitui *per se* fonte de valiosas informações acerca do universo maçônico, como, por exemplo, “quais os autores/obras têm feito a cabeça dos Irmãos?” e o que se pode inferir por meio disso. As citações, ainda que mais extensas que as habituais, são necessárias não só para atestar o que se defende (as CRB como fontes de informações em si mesmas), mas também, e

⁷¹ Fonte: Foco e Escopo. In: **Revista Ciência & Maçonaria**. Brasília, DF: Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2013—. Disponível em: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 24 maio 2025.

⁷² Fonte: Sobre la revista. In: **REHMLAC+, Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña plus**. Provincia de Puntarenas, Puntarenas, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2009—. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/rehmlac/about>. Acesso em: 24 maio 2025.

consequentemente, para chamar a atenção dos autores para o indispensável zelo a ser dedicado à matéria:

- o primeiro estudo encontra-se em Pinheiro (2023): trata-se de um levantamento das Referências Bibliográficas utilizadas pelos autores que submeteram textos aos Editais dos Concursos promovidos pela CMSB nos anos 2020, 2021 e 2022. Desse texto, foram extraídas algumas citações consideradas pertinentes à temática ora em foco (Pinheiro, 2023, p. 46-7):

Tendo várias obras já publicadas na forma de livros, relatórios de pesquisa, artigos ou textos no *blog* que mantém, o Prof. e Irmão Kenngo Ismail, com 17 referências, de longe foi o mais citado dentre os autores nacionais. Segue-o Irmão Cassiano T. de Moraes e sua *Evasão Maçônica*; tendo ainda sido citada a obra que assina com o Prof. Kenngo: *Motivação e Evasão no Trabalho Voluntário: um estudo de caso na Grande Loja Maçônica do Distrito Federal*. Embora referidos, clássicos como A. Pike, J. Anderson e W. Preston, tiveram baixa frequência, análoga aos autores nacionais (como J. Castellani), entre os quais se observa a grande dispersão, como se cada “autor-Edital” tivesse o seu “autor-citado” preferido. Talvez isso seja o reflexo do mosaico que caracteriza a Maçonaria; se, de um lado, revela a diversidade sempre apreciada (teorias quanto à origem, Ritos, cosmovisões etc.), de outro, pode trazer o insulamento e dificuldades ao diálogo interno no sentido à formação de agendas e à promoção de avanços. O tema certamente é um dos fatores determinantes para a seleção da bibliografia, mas os igualmente conhecidos Robert F. Gould, Joseph F. Newton, Robert L. D. Cooper e David Stevenson, assim como o nacional Rizzardo da Camino, não foram lembrados.

Os livros, com 150 registros, constituem a principal

fonte de consulta, superando em muito os artigos publicados em periódicos (37) e os relatórios de pesquisa (12) [...]. Em regra, os livros são tidos como depositários de conhecimentos já amadurecidos, o que em si não é ruim, pois o que seria do mundo sem Platão, Aristóteles, Kant e outros antigos citados? Periódicos e relatórios de pesquisa, em geral, apresentam novas e inusitadas reflexões, trazendo o arejamento intelectual necessário em todos os campos do conhecimento. Mas tudo, é claro, é uma questão da exata medida: há conteúdos “que pedem” textos históricos e amadurecidos, enquanto outros “convidam” à consideração o que há de novo [...]. *A Ciência & Maçonaria* e *A Trolha* foram as revistas mais citadas no contexto temático, às quais se somam ainda as referências colhidas em publicações específicas de acordo com áreas/temas abordados pelos autores.

As mais de 250 referências evidenciam que os autores predominantemente recorreram às fontes em português; apenas 25 consultaram obras em outro idioma, quase a totalidade em inglês. Em síntese, é possível dizer que o “maçom-pesquisador-brasileiro-médio” busca nos livros em português os conhecimentos já amadurecidos.

- no segundo, para prestar uma homenagem ao Irmão João J. P. Moreira (JJPM), o autor (Pinheiro, 2024) fez um levantamento sobre o seu legado visto por meio das publicações das Edições “*Universum*”⁷³:

[...] em meio a 42 autores, até àquela oportunidade o Irmão JJPM, em termos de quantidade de trabalhos, com 12, ocupava o terceiro lugar e, se

⁷³ Periódico de divulgação da LEP *Universum*, 147, Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul.

considerado o número de páginas publicadas, com 407, o segundo lugar, a mesma colocação se levado em conta o número médio de páginas/artigo (33,9) [...].

[...] de pronto ressalta uma informação: considerando terem sido 18 o número de publicações, o número médio de “referência bibliográfica/texto” é de praticamente 32.

Em visão panorâmica, observa-se o quão variadas foram as fontes do estudioso: no campo da Filosofia, dos Clássicos (Platão, Aristóteles) aos Modernos e Contemporâneos (F. Nietzsche, M. Heidegger, I. Kant, L. Wittgenstein, J. Habermas, M. Foucault, J. P. Sartre), e do mesmo modo no que se refere à Maçonaria: de J. Anderson, S. Prichard, W. Preston, L. Dermott, Albert G. Mackey, Albert Pike, Robert F. Gould a Joseph F Newton, J. M. Ragon, D. Stevenson, entre outros. De imediato, tem-se, aqui, uma recomendação sobre quais os autores que, se não são indispensáveis, foram lidos, consultados e citados pelo homenageado, o que por si mesmo é uma sugestão para que constem da biblioteca de todo aquele que se propuser a estudar e fundamentar as suas manifestações sobre a Maçonaria, independentemente do Rito praticado.

[...] o que mais chama a atenção é a habilidade com que o Irmão JJPM estabelecia o diálogo dos primeiros com outros tantos e das mais diversas áreas do conhecimento, a exemplo de I. Newton (físico e matemático, mas também ocultista), J. Piaget (psicólogo e epistemólogo), Carl G. Jung (psicoterapeuta), M. Eliade (cientista das religiões e mitólogo), I. Asimov (escritor), Humberto Eco (semiólogo e linguista), J. Campbell (mitólogo e estudioso de religiões comparadas), M. Gleiser (astrônomo e cientista), C. Lévi-Strauss

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

(antropólogo e sociólogo), Jorge L Borges (poeta e ensaísta) e mais [...] duas importantes lições: a multidisciplinaridade e a transversalidade exigidas para a compreensão da Maçonaria, bem como a sua conexão com a realidade do cotidiano. [...] não se observa nos seus textos, gratuitamente e sem fundamentação, longas e exageradas tessituras de loas à Maçonaria, mas, antes, quando oportuno o reconhecimento, realizado a partir da lógica, da Maçonaria considerada como um produto do seu tempo e da História.

[...] a fluência do autor, tanto em inglês quanto em francês e espanhol, competência que lhe permitiu, em vários textos e quando oportuno, confrontar a tradução em português com os respectivos originais (em alguns textos ambos são citados). Para escrever *Landmarks* (Edição 36, 2016), das 19 referências, 15 não estão escritas em português. [...] abre novos e por vezes inusitados horizontes, diferentes perspectivas de análise sobre o mesmo fenômeno [...] seguindo a mais estrita recomendação técnica, que, ao trazer a contribuição de um determinado autor, o Irmão JJPM a complementasse com as análises e os comentários de terceiros sobre a obra (a contribuição) do citado, mesmo quando não disponível em português; isto, sem dúvida, enriquece sobremaneira o conteúdo geral. Vale a pena frisar, porque é equívoco demasiado comum, a confiança absoluta no (quando não o único) autor citado. Zeloso, JJPM buscava e convidava, no texto, à reflexão, reunia os pontos de vista e salientava os contraditórios; esta é, pois, mais uma lição deixada pelo Mestre. Oxalá tenha deixado uma Escola de seguidores.

Reitere-se, portanto, aquilo que se defende como aspecto indispensável: a atenção ao tema das CRB, que começa do maçom-autor, mas que compete também às representações institucionais, como as

LEP, as Organizações Associativas e os veículos de divulgação. Dando seguimento ao tema, apresenta-se um levantamento análogo aos anteriores (citados acima), mas lastreado em 3 (três) publicações recentes no mercado editorial maçônico brasileiro: *Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade* (AMVBL, 2025), *Maçonaria & Democracia* (Leite e Bezerra, 2024) e *O Futuro da Democracia* (Leite e Altafim, 2023), conjunto ora visto como uma amostra (não representativa) do universo de escritores-maçons atuantes no Brasil.

É importante deixar absolutamente claro que o se segue não é uma análise crítica dos textos, tampouco de seus autores – todos de notório saber, já consagrados e laureados entre os pares em razão da contribuição que têm trazido à Ordem. Quanto aos textos, não os critico porque não os li na integralidade, tendo a minha leitura sido seletiva à luz de interesses temáticos pontuais. Além disso, falta-me a competência para criticá-los com a indispensável proficiência. A respeito dos autores⁷⁴, antecipo uma curiosa observação, também considerada um achado de pesquisa: como há autores que participa(ra)m de mais de um dos livros ou têm mais de um texto no mesmo livro, foi possível observar que o erro cometido em um texto/livro não se repete na segunda ou, em alguns casos, terceira participação. Isso parece indicar que mesmo os grandes autores, eventualmente, caem nos braços de *Hipnos*, ou então, como qualquer um, “os cedros do Líbano também caem”, sobretudo quando pressionados. No caso dos produtores intelectuais, em geral, a pressão é dada pelos prazos *vis-à-vis* aos demais compromissos, o que torna os autores mais propensos ao cometimento de deslizos que não ocorreriam em condições normais. À luz dessas contingências, ao salientar os achados de pesquisa, foi deliberada a omissão da autoria de cada texto-fonte, tendo sido privilegiada a abordagem mais abrangente; o leitor que desejar, de *motu proprio*, poderá fazê-lo e colher exemplos e contraexemplos nos textos indicados. Portanto, o que se apresenta é, antes de tudo, um retrato de uma realidade apurada e agregada a partir da aplicação da FAA&CRB aos textos mencionados.

⁷⁴ Alguns com a titulação de Mestres ou Doutores.

O procedimento adotado consistiu em: primeiramente, reunir em uma planilha, colhido texto-a-texto, o que anteriormente foi denominado “conjunto mínimo de informações” que deve constar nas seções intituladas Referências Bibliográficas; na sequência, identificar e contar, em cada texto, todas as formas de citações à luz do que dispõe a NBR 10520 (direta, indireta, paráfrase ou transcrição). O exame das citações ao longo dos textos deixou à vista várias “problemas”, entre eles:

- a existência de citações visualmente não sinalizadas – autor/data, “...”, página ou recuo, provavelmente um legado da “Escola Rizzardo da Camino”, consagrado autor que citava o nome (mais como uma homenagem) – quando o fazia –, mas não destacava nem o texto nem os demais elementos obrigatórios das CRB;
- determinadas citações, destacadas e indexadas, eram acompanhadas, em nota de rodapé, de informações incompletas das RB;
- e, por fim, mas sem esgotar o rol de ocorrências, inúmeras RB no formato <https://www....>, algumas com dezenas, até com mais de 200 caracteres (&%-89/#blabla-&@xky...), o que, em texto impresso, praticamente inviabiliza o acesso do leitor à fonte de informação.

Diante disso, o que fazer? Parte das ocorrências poderia ter sido ajustada (para elaborar a planilha), mas se optou por não alterar os achados, afinal, um dos objetivos é chamar a atenção (do leitor, do autor-maçon, dos editores) para essas constatações.

O levantamento revelou muitas informações interessantes, mas cuja apresentação e análise fugiriam ao escopo deste texto – focado nas CRB –, razão pela qual serão oportunamente exploradas em outra ocasião. Por ora, no Quadro 2, é trazido a público apenas o resultado

quantitativo agregado e apurado segundo a FAA&CRB:

Quadro 2. Ferramenta de Análise & Avaliação das Citações *vs.* Referências Bibliográficas (FAA&CRB): dados colhidos na amostra⁽¹⁾.

Hipóteses CRB(*)	Número de Ocorrências		Resultado do levantamento amostral	Interpretação /Significado
	CIT(**) “c”	RB(***) “r”		
Hip. 1	0	0	12	O texto aparenta ser opinativo, sem CIT e sem RB.
Hip. 2	“c” = “r”		06	Constata-se que a cada CIT corresponde a sua RB.
Hip. 3	“c” maior do que “r” e “r” diferente de 0		22	Um texto pode ter sido citado mais de uma vez.
Hip. 4	“c” menor do que “r”		15	Constata-se que algumas RB são desnecessárias.
Hip. 5	“c” diferente de 0 e “r = 0”		02	Citação sem qualquer RB: erro.
Total de Ocorrências			57	—

Legenda:

(1): *Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade* (AMVBL, 2025), *Maçonaria e Democracia* (Leite e Bezerra, 2024) e *O Futuro da Democracia* (Leite e Altafim, 2023)

(*) Citações & Referências Bibliográficas

(**) Citações

(***) Referências Bibliográficas.

“c” e “r” pertencem ao conjunto dos números naturais: “c” = quantidade de citações; e, “r” = quantidade de referências bibliográficas

A interpretação dos dados parece ser autoevidente:

- tratando-se de uma amostra qualificada, as 17/57 ocorrências correspondentes às Hip. 4 e 5 chegam a ser surpreendentes;

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

- considerando que um dos livros da amostra teve o patrocínio da AMVBL, as 12/57 ocorrências classificadas como Hip. 1 são vistas como normais e previsíveis, quiçá até desejáveis, pois expressam a amplitude do seu campo de atuação;
- entretanto, quanto mais a instituição (seja uma LEP, uma Academia de Ciências, um Periódico etc.) ou evento (Edital, Seminário, Congresso, Curso etc.) se posicionar favoravelmente ou aspirar o reconhecimento como “padrão acadêmico-científico”, mais esforços deliberados deverão ser promovidos visando à convergência para as Hip. 2 e 3, sendo inaceitáveis as Hip. 1 e, menos ainda, as Hip. 4 e 5. Todavia, seria totalmente aceitável, no formato da Hip. 1, a transcrição, nos Anais do evento, da Aula Magna, em geral uma conferência proferida por alguém de notório saber.

É importante esclarecer que a FAA&CRB é útil para uma apreciação panorâmica, mas não capta, porque insensível, determinadas ocorrências verificadas na amostra como, por exemplo: o fato de que, quantitativamente, “c” = r” nada informa sobre a qualidade da informação – isto é, se o autor/obra citado guarda correspondência com algum dos listados nas RB. No caso, a apuração e o tratamento dessas ocorrências demandariam um tempo ora não disponível e, creio, o resultado não mudaria (para melhor) o entendimento do quadro geral.

Contudo, apesar das limitações que se levantaram sobre a abordagem metodológica, bem como sobre a FAA&CRB à luz da revelação acima, parece haver um longo caminho a ser percorrido pelos escritores-Iniciados brasileiros que desejarem participar da *Premier League* da Maçonaria mundial. No curso dessa trajetória, cada um tem um papel a cumprir:

- aos produtores intelectuais que já conhecem as Normas, cabe maior zelo em observá-las. Ficou claro, ao longo desse

levantamento, que parte dos erros cometidos poderiam ser facilmente evitados com um pouco mais de empenho dos autores;

- aqueles que ainda não as conhecem devem, primeiro, procurar entender que elas não são meros artefatos burocráticos concebidos para atrapalhar, mas, antes exercem funções relevantes no âmbito da geração e da difusão do conhecimento científico e têm razões de ser;
- na sequência, devem então observá-las em todos os seus empreendimentos, mesmo naqueles que não as exige, ao menos para fins de treinamento – a *expertise* tende a ser o resultado natural do esforço continuado;
- de nada adiantará, entretanto, os esforços individuais se os promotores e divulgadores não criarem mecanismos de *enforcement* e *compliance* aplicados a todas as suas iniciativas, pois também ficou claro que parte dos erros, sem dúvida, é devida a falhas no gerenciamento do processo. Chega mesmo a ser desmotivador, para aquele que se empenhou, demonstrou respeito e consideração pelos leitores (pesquisadores que alimentam o círculo virtuoso), ver o seu trabalho lado a lado com outro que, salta aos olhos, não observou os protocolos.

Esse assunto ainda vai render...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMVBL – Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras. **Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade: tecnologia, olhares e impactos na sociedade.** São Paulo: Novo Milênio, 2025. ISBN 978-65-83652-02-7.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Os Irmãos Karamázov**. São Paulo: Martin Claret, 2013. ISBN 978-85-72232-941-5.

ICHSV. **Trivium e Quadrivium**: a doutrina das 7 Artes Liberais. Coleção em 12 Volumes. Porto Alegre: Instituto Hugo de São Vítor, 2020.

LEITE, Hélio P.; BEZERRA, Luiz A. de H. (Orgs.). **Maçonaria & Democracia**. Brasília, DF: A Gazeta Maçônica, 2024. ISBN 978-85-98961-40-80.

LEITE, Hélio P.; ALTAFIM, Ruy A. C. (Orgs.). **O Futuro da Maçonaria**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 2023. ISBN 978-85-98961-35-4.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** – comentado por Napoleão Bonaparte. Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2004. ISBN 978-85-723-2267-6.

PIKE, Albert. **Moral e Dogma**. Coleção organizada em 7 Tomos. Birigui, SP: Yod, 2011. ISBN 978-85-63947-03-1.

PINHEIRO, Ivan A. A Produção Intelectual Maçônica no Brasil – um recorte a partir dos concursos promovidos pela CMSB em 2020, 2021 e 2022 – I/II. **Edições “Universum”**, ed. 45. Porto Alegre, RS: GLMERGS, Loja de Estudos e Pesquisas *Universum* nº 147, p. 25-56, 2023.

PINHEIRO, Ivan A. O Legado de um Mestre. **Freemason**. 25 ago. 2024. Disponível em: <https://www.freemason.pt/o-legado-de-um-mestre/>. Acesso em: 22 maio 2025. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.com/2024/08/12/o-legado-de-um-mestre/>.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas

- IV. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 19 maio 2025. Disponível: <https://bibliot3ca.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/05/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-iv.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V.; MENDES, Jorge A. A Maçonaria no Divã. **Revista Ciência & Maçonaria**, v. 10, n. 1, p. 51-65, 2023. Disponível em: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/view/226/113>. Acesso em: 22 maio 2025.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos**: citação e referência: ABNT. Atualizado por Célia Regina Inoue, Breno Luiz Ottoni, Elaine Martiniano Teixeira Batista, Fabiana Colares, João Josué Barbosa, Luciana Pizzani, Maria Irani Coito, Rosemary Cristina da Silva, Sandra Pedro da Silva. Botucatu: UNESP, 2023. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cgb/abnt-atualizado-fev-2024.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

A FAA&CRB e a CIENTIFICIDADE DOS TRABALHOS: um estudo comparado (LEP – VI)

Os capítulos precedentes foram dedicados à apresentação e ao exame dos fundamentos e da razão de ser das Citações (*cf.* Pinheiro, 2025a) e das Referências Bibliográficas (*cf.* Pinheiro, 2025b) no ambiente das Lojas de Estudos e Pesquisas (LEP). Em Pinheiro (2025b), apresentou-se a Ferramenta de Análise e Avaliação das Citações *vs.* Referências Bibliográficas (FAA&CRB), um instrumento que possibilita ao pesquisador realizar uma crítica, em sentido amplo, aos próprios trabalhos (e também aos da sua LEP), bem como estimar o grau de cientificidade que, em princípio⁷⁵, reveste, se não todas, a maioria das iniciativas intelectuais, sobretudo a produção escrita levada a efeito naqueles ambientes. A FAA&CRB é reproduzida no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Ferramenta de Análise & Avaliação das Citações *vs.* Referências Bibliográficas (FAA&CRB): modelo esquemático geral.

Hipóteses CRB(*)	Número de Ocorrências		Interpretação/Significado
	CIT(**) “c”	RB(***) “r”	
Hip. 1	0	0	O texto aparenta ser opinativo, sem CIT e sem RB.
Hip. 2	“c” = “r”		Constata-se que a cada CIT corresponde a sua RB.
Hip. 3	“c” maior do que “r” e “r” diferente de 0		Um texto pode ter sido citado mais de uma vez.
Hip. 4	“c” menor do que “r”		Constata-se que algumas RB são desnecessárias.
Hip. 5	“c” diferente de 0 e “r = 0”		Citação sem qualquer RB: erro.

Legenda:

(*): Citações & Referências Bibliográficas

⁷⁵ Por certo, conforme já esclarecido, que a condição de cientificidade não se esgota nas Citações e nas Referências Bibliográficas.

(**) Citações

(***) Referências Bibliográficas.

“c” e “r” pertencem ao conjunto dos números naturais: “c” = quantidade de citações; e, “r” = quantidade de referências bibliográficas

À guisa de demonstração da FAA&CRB, Pinheiro (2025b) também apresentou um exercício realizado a partir dos dados coletados em 3 (três) obras recentemente publicadas no mercado editorial maçônico: *Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade* (AMVBL, 2025), *Maçonaria & Democracia* (Leite e Bezerra, 2024) e *O Futuro da Democracia* (Leite e Altafim, 2023). O Quadro 2, abaixo, reproduz os resultados:

Quadro 2. Ferramenta de Análise & Avaliação das Citações *vs.* Referências Bibliográficas (FAA&CRB): dados colhidos na amostra⁽¹⁾.

Hipóteses CRB(*)	Número de Ocorrências		Resultado do levantamento amostral	Interpretação / Significado
	CIT(**) “c”	RB(***) “r”		
Hip. 1	0	0	12	O texto aparenta ser opinativo, sem CIT e sem RB.
Hip. 2	“c” = “r”		06	Constata-se a cada CIT corresponde a sua RB.
Hip. 3	“c” maior do que “r” e “r” diferente de 0		22	Um texto pode ter sido citado mais de uma vez.
Hip. 4	“c” menor do que “r”		15	Constata-se que algumas RB são desnecessárias.
Hip. 5	“c” diferente de 0 e “r = 0”		02	Citação sem qualquer RB: erro.
Total de Ocorrências			57	_____

Legenda:

(1): *Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade* (AMVBL, 2025), *Maçonaria & Democracia* (Leite e Bezerra, 2024) e *O Futuro da Democracia* (Leite e Altafim, 2023)

(*): Citações & Referências Bibliográficas

(**) Citações

(***) Referências Bibliográficas.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

“c” e “r” pertencem ao conjunto dos números naturais: “c” = quantidade de citações; e, “r” = quantidade de referências bibliográficas

No presente texto, 3 (três) objetivos são perseguidos:

- 1) apresentar os resultados de levantamentos baseados na FAA&CRB realizados em 3 (três) veículos de divulgação maçônica (no que se assemelham, então, à amostra utilizada no Quadro 2) com clara orientação acadêmico-científica (característica que os distinguem da referida amostra). O objetivo era a realização de uma análise por contraste. Esperava-se que os dados convergissem para a Hip. 3 ou, em menor frequência, para a Hip. 2, mas não deveria haver nenhuma ocorrência das demais possibilidades: Hip. 1, Hip. 4 e Hip. 5;
- 2) apresentar alguns dos resultados passíveis de extração por meio do modelo de matriz do Quadro 2, pois, para apurar as Referências Bibliográficas (colhidas na amostra constituída pelos livros enumerados), foi necessário tabular, entre outros, os registros referentes aos autores, às obras e às fontes;
- 3) por fim, há ainda um terceiro objetivo que, por ora, ficará oculto e só será revelado ao final.

No que tange ao primeiro objetivo, foram consultados:

- *Maçonaria no Brasil – história, política e sociabilidade*, livro organizado por Michel Silva e composto por 11 capítulos escritos por pós-graduados, quase todos com titulação de Doutor, com um total de 277 páginas. Dos 11 capítulos, um não foi aproveitado no levantamento porque só a inspeção visual (citações: paráfrases ou transcrições) se revelou insuficiente para distinguir com exatidão as citações das transcrições (parciais) das entrevistas realizadas pelo autor;

- *A Etnografia dos Pedreiros Livres da Loja Cavaleiros de Salomão*, dissertação de mestrado de Manoel W. de Assis;
- e o exemplar mais recente da *Revista Ciência & Maçonaria*, uma coletânea de 6 (seis) artigos.

Os resultados agregados encontram-se no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3. FAA&CRB: resultados comparados – 4 amostras (A, B, C e D).

Hipóteses CRB(*)	Número de Ocorrências		% s/Total de Ocorrências			
	CIT(**): “c”	RB(***) “r”	(A)	(B)	(C)	(D)
Hip. 1	0	0	21,1			
Hip. 2	“c” = “r”		10,5			
Hip. 3	“c” maior do que “r” e “r” diferente de 0		38,6	100%	100%	100%
Hip. 4	“c” menor do que “r”		26,3			
Hip. 5	“c” diferente de 0 e “r = 0”		3,5			

Legenda:

(A): *Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade* (AMVBL, 2025), *Maçonaria & Democracia* (Leite e Bezerra, 2024) e *O Futuro da Democracia* (Leite e Altafim, 2023)

(B): *Maçonaria no Brasil – história, política e sociabilidade* (Silva, 2015)

(C): *A Etnografia dos Pedreiros Livres da Loja Cavaleiros de Salomão* (Assis, 2010)

(D): *Revista Ciência e Maçonaria* (2024)

(*) Citações & Referências Bibliográficas

(**) Citações

(***) Referências Bibliográficas.

“c” e “r” pertencem ao conjunto dos números naturais: “c” = quantidade de citações; e, “r” = quantidade de referências bibliográficas

Nota:

Não cabe fazer cálculos percentuais quando o número de eventos é menor que 100, como é o caso da coluna (A). No entanto, para melhor comparação e promoção de impacto visual (em última análise, para chamar a atenção para o que se pretende sem que a realidade fosse distorcida), os dados do Quadro 2 foram convertidos em percentuais calculados com base no total de 57 casos (ocorrências).

Como pode ser visto, as expectativas se confirmaram: os dados agregados – sem a identificação da autoria dos textos das novas amostras (B, C e D) – revelam que, ao contrário da amostra A, o número total de citações superou o das referências bibliográficas nos 3 (três) casos, configurando-se, assim, como ocorrências da Hip. 3. Todavia, é importante lembrar que a FAA&CRB é uma ferramenta de caráter essencialmente quantitativo, portanto, não sensível às variações qualitativas internas a cada objeto de estudo. Assim, conforme já destacado em Pinheiro (2025b), apenas a inspeção visual *en passant*, mesmo que revele casos “ $c = r$ ” (uma das características de um texto “científico”), não assegura que as citações tenham o seu correspondente exato (mesmo autor, mesma data) enumerado em meio às referências bibliográficas – em regra, apartadas ao final de várias páginas, quando não, por preferência dos editores, colocadas ao final do livro em vez de após cada capítulo, o que dificulta ainda mais os trabalhos desta natureza. Com efeito, nesta segunda rodada do estudo, embora os dados agregados da amostra D tenham atendido às expectativas, a análise interna revelou 2 (duas) ocorrências enquadradas em Hip. 4. Isso, mais uma vez, ressalta a necessidade de atenção redobrada tanto dos autores (antes de submeter os trabalhos) quanto dos revisores, para que não considerem esses aspectos como de somenos importância ou questões meramente burocráticas e normativas. Pelo contrário: eles também constituem, em si mesmos, informações relevantes. Sim, não restam dúvidas de que o conteúdo (os achados da pesquisa) é o mais importante, entretanto, há aspectos do fazer científico por meio da pesquisa empírica que não podem ser negligenciados, sob pena de comprometer o empreendimento *per se*, conforme já visto.

Apesar disso, as diferenças nos resultados das amostras “A” *versus* “B, C e D” são expressivas e revelam a existência de um modo próprio e bastante típico da expressão escrita de caráter acadêmico-científico, que deve ser seguido por todos aqueles que enveredam por essa trilha. É o caso, supõe-se (na maioria das vezes), dos integrantes das Lojas de Estudos e Pesquisas, mas também, eventualmente, das iniciativas

conduzidas pelas Academias e outros agentes do ecossistema maçônico (Pinheir, 2023b).

No que tange ao segundo objetivo, os dados a seguir, extraídos do “banco de dados” constituído pelos registros para a análise da primeira amostra – A –, revelam alguns aspectos do comportamento dos autores e do universo editorial maçônico:

- 1.1. o número médio de páginas por artigo/livro variou entre 8,0 e 12,9, sendo a média agregada igual a 10,3 páginas/texto. Isso é suficiente? Difícil afirmar. De qualquer modo, o tema oportuniza trazer ao debate uma velha questão na Fraternidade: o “maçom-padrão” não gosta de ler e, por vezes, parece que não gosta de quem lê nem de quem escreve, apresenta em Loja e posta (nas mídias) textos maiores do que 2 (duas) páginas, admitindo, no máximo, 3 (três). Ora, como, então, estudar e compartilhar, por exemplo, o conteúdo das Instruções, como analisar e interpretar a simbologia e descobrir os véus, como contribuir para que a Ordem cumpra um dos seus principais desideratos, que a torna singular frente às demais? Como exercer o compromisso de Mestre para além dos limites da Loja? Em outros termos: fazer com que os ensinamentos em Loja (por meio da leitura e do debate dos Rituais) ultrapassem as suas paredes e sejam convertidos em atitudes e comportamentos no cotidiano. Se, por um lado, as citações ocupam espaço (em regra, limitado pelos editores) e, por isso, incomodam alguns, por outro, elas respaldam o autor (pelo reconhecimento da autoridade dos citados), estruturam (histórica e conceitualmente) e qualificam a argumentação, elevam as discussões (por meio de contraditórios etc.) e, eventualmente, quando oportuno, contribuem para o acerto das tomadas de decisão. Fica claro, também por isso, o que distingue uma Peça de Arquitetura, lida e apresentada em Loja, de uma produção

intelectual mais elaborada enquanto produto no contexto de uma LEP. Por fim, “para dar conta do recado”, manter o foco parece ser o melhor conselho;

- 1.2. já o número médio de referências por artigo/livro oscilou entre 4,1 e 14,2, tendo a média geral se estabelecido em 7,7. Muito? Pouco? Adequado? À guisa de comparação, os artigos da amostra B (*vide* acima) apresentam uma média de 19,4 referências/artigo, ao passo que os da amostra D, 20,7 referências/artigo. Os dados da amostra C, pela sua natureza, foram excluídos dessa comparação;
- 1.3. por sua vez, o número médio de referências por página/livro variou de 0,5 a 1,1, tendo a média geral se estabelecido em 0,7 referências/página – número bem inferior, por exemplo, às exigências da *Revista Ciência & Maçonaria* (Pinheiro, 2025b): “[...] um mínimo de referências de autores diferentes equivalente a, pelo menos, o mesmo número de páginas do artigo. Exemplo: um artigo de 10 páginas deve ter, no mínimo, 10 referências de autores diferentes”. Independentemente do acerto da métrica utilizada pela revista, passível de questionamento em razão do enquadramento metodológico do caso concreto, o fato é que ela exerce uma força positiva e indutora à leitura e à pesquisa com vistas a assegurar a qualidade técnica do produto final.
- 1.4. Esse distanciamento constatado em 1.2 e 1.3 é a imagem clara e inequívoca da triste realidade apontada em 1.1 e que há tempos configura um verdadeiro círculo vicioso na Ordem: Mestres (Luzes) que não leem nem estudam, tampouco consideram (porque constrangedor) exigir esses hábitos dos que lhes seguem em linha direta de sucessão ou instituí-los como critério complementar à admissão – quer às Lojas Simbólicas, quer às LEP – daqueles que, um dia,

num futuro distante, ocuparão a cadeira de Venerável. Mais uma vez, registre-se que esse não é um achado de pesquisa, um diagnóstico de uma realidade até então desconhecida, mas tão somente o retrato objetivo de uma realidade que já há tempos é bastante conhecida. Hoje, passados 15 anos de ingresso na Ordem, já posso observar e contabilizar diversas iniciativas – institucionais e, na maior parte, individuais – visando a melhorar essa realidade. Todavia, parece-me inequívoco que, se a Maçonaria pretende afastar-se da imagem de um Clube Social, o ritmo deve ser acelerado, revigorado e coordenado entre os principais agentes do ecossistema. Por fim, sugere-se a leitura de Pinheiro (2023a) – entre tantos – para um aprofundamento sobre o tema;

- 1.5. um passar de olhos pela matriz de dados⁷⁶ evidencia uma grande diversidade de autores (fontes) utilizados pelos escritores que responderam ao Edital da amostra A: desde os clássicos (Platão, Aristóteles, etc.), passando pelos Modernos (Kant, Voltaire, J. Locke, etc.) e mais contemporâneos (Y. Harari, M. Kaku, etc.) – entre eles os autores maçônicos: J. Anderson, W. Preston, A. Mackey, H. Haywood, C. Hodapp, etc. Entre os autores nacionais mais citados, desponta o Prof. K. Ismail, situação que já havia sido observada em levantamento anterior (Pinheiro, 2023b). Um ponto chama a atenção: vários autores, por já terem percorrido uma longa trajetória e acumulado uma produção própria, referem com frequência aos seus trabalhos já publicados, o que sinaliza estar em andamento a formação de uma massa crítica com produção continuada;
- 1.6. pouquíssimos autores apresentaram o Resumo à frente do corpo do texto – prática habitual, exigida, inclusive, com

⁷⁶ Dada a diversidade de “critérios extraoficiais” utilizados pelos autores, optou-se por não promover uma totalização a exemplo das realizadas acima para evitar o risco de incorrer em erro.

uma versão em inglês (o chamado *abstract*) ou em idioma oficial do veículo (espanhol, francês etc.), no caso dos periódicos acadêmicos. Iniciativa louvável, porém, isolada – o que chama a atenção do leitor, que se pode perguntar: “E os demais?”. Como todos os elementos de um texto, também o Resumo tem a sua razão de ser, daí a importância de atentar-se o fato de que (I) o Resumo não é simplesmente um texto pequeno: para ser considerado como tal, ele deve reunir, em harmonia, determinados elementos básicos; e, como consequência do item anterior, (II) a sua elaboração não é de todo livre, pois se encontra padronizada pela Norma ABNT 6028⁷⁷, no caso brasileiro. Por oportuno, para aqueles que desejarem qualificar e dotar os seus trabalhos de uma elegância singular, recomenda-se também consultar as Normas ABNT 6027⁷⁸, que instrui sobre a apresentação do Sumário (bem como sobre a distribuição interna das seções), e a 5892⁷⁹, que versa sobre a datação. Eventualmente, uma Norma remete a outra, ora enumerada ou não.

1.7. Finalmente, dois pontos chamam a atenção:

⁷⁷ ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas **Informação e documentação – Resumo – Apresentação**. 29 dez. 2003. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/download/NBR6028.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁷⁸ ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas **Informação e documentação — Sumário — Apresentação**. 2.ª ed. 11 nov. 2013. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2013. Disponível em: <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2020/02/ABNT-NBR-6027.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁷⁹ ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação — Representação e formatos de tempo — Datas e horas — Apresentação**. 2.ª ed. 28 nov. 2019. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2019. Disponível em: <https://funesa.se.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/ABNT-NBR-5892-Representacao-e-formato-de-tempo-Datas-e-Horas.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

1.7.1. em relação ao levantamento anterior de Pinheiro (2023b) – embora as amostras em nada sejam comparáveis, tendo sido ambas de oportunidade –, observa-se a maior incidência de consulta a periódicos, ora considerados em *lato sensu*, isto é:

1.7.1.1. incluindo jornais diários: *Folha e Estado de São Paulo*, *Gazeta do Povo* etc. É importante esclarecer que, embora a Academia ofereça ressalvas contra o uso de periódicos diários comerciais, ela o admite sob condições e medidas cautelares. Contudo, dado o histórico fechamento da Maçonaria à pesquisa, seja ela interna ou, sobretudo, externa, é frequente encontrar textos sobre a Instituição em periódicos acadêmicos cujos autores se valem de informações públicas veiculadas nos jornais da época (objetos de estudo). Entre outras tantas fontes, *vide*, por exemplo, o exemplar da *Revista Ciência e Maçonaria*, que constitui a amostra D deste estudo;

1.7.1.2. periódicos maçônicos nacionais, como *A Trolha*, *Ad Lucem*, *Revista Ciência e Maçonaria*, Edições “*Universum*” etc.;

1.7.1.3. bem como internacionais, entre os quais *REHMLAC+*, *Retales de Masoneria*, *The Journal of Masonic Research & Letters* e *I Quaderni di Ipazia*;

1.7.1.4. e outros, nacionais e internacionais, com cobertura nos mais variados domínios – filosofia, política, gestão etc.: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, *Prometeus - Filosofia em Revista*, *Revista Culturas Jurídicas*, *American Behavioral*

1.7.2. o crescimento acentuado dos *blogs* e *sites* como fontes de consulta, notadamente *Freemason* e *Bibliot3ca Fernando Pessoa*, mas também *O Ponto Dentro do Círculo* e *No Esquadro*: trata-se de um fenômeno a ser melhor estudado, mas a frequência (o *Freemason*, por exemplo, publica vários textos por dia), a agilidade (o tempo entre o encaminhamento e a veiculação é bem menor do que, por exemplo, o dos demais veículos com frequência fixa – mensal, bimestral, anual, etc.), a diversidade (no que se refere aos temas, à origem das matérias, *links* para outras publicações maçônicas – revistas, *blogs* etc.) e o alcance (atinge o público-alvo estabelecido em outros países) parecem contribuir para essa escalada a ponto de, no futuro, poderem vir a ser as fontes preferenciais, tanto para a submissão quanto para a consulta realizada pelo autores nacionais. No entanto, esses atributos que, supõe-se, têm contribuído para o crescimento dos *blogs* – sobretudo a agilidade e a frequência – podem, também, vir a comprometer a sua trajetória ascendente se os periódicos acadêmicos e os editais (como, por exemplo, os publicados anualmente pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil) passarem a exigir que as citações tenham como fonte autores/textos submetidos à chamada “avaliação por pares” na modalidade *double blind review*. Talvez fosse o caso de esses canais aproveitarem o *know-how* e a penetração alcançada sobretudo – mas não exclusivamente – nos países de língua portuguesa para criarem algo como o “*Freemason Academi*” e o seu correlato para a *Bibliot3ca Fernando Pessoa*. Com efeito, não seria surpreendente se, a exemplo da *Revista*

Ciência & Maçonaria, outros veículos de perfil acadêmico-científico criassem acessos universais via plataformas na *web*;

- 1.7.3. por fim, dada a dificuldade do maçom brasileiro em não apenas ler⁸⁰, mas também em adquirir (importar) publicações de outros países e idiomas (devido ao elevado custo – nem tanto dos livros, mas do frete e dos impostos), a oferta de traduções disponibilizadas pelos *blogs Freemason* e *Bibliot3ca Fernando Pessoa* pode ser um elemento adicional e responsável pelo crescimento observado. Ademais, mantêm os leitores-assinantes permanentemente atualizados com o que é notícia no universo maçônico nos demais países, sobretudo os da Europa.

Em síntese, apesar dos senões – e cabe a esta Série apontá-los em razão do seu caráter didático-pedagógico e de compartilhamento de experiências –, há indícios de que o ambiente de produção intelectual da Maçonaria brasileira experimenta uma efervescência positiva. A ver.

Sendo este o terceiro número da Série LEP a abordar especificamente a temática das Citações e das Referências Bibliográficas na produção intelectual maçônica escrita, julga-se que chegou o momento de interrompê-la (sim, pois ela não se esgotou!) para abrir o espaço para outros temas igualmente importantes no contexto das Lojas de Estudos e Pesquisas.

Finalmente, é chegado o momento de declarar o terceiro objetivo prenunciado à página 2 deste texto: tratando-se de um empreendimento no âmbito das LEP, procurou-se demonstrar que, mesmo no deserto de possibilidades oferecidas pelas Potências, existe espaço para a pesquisa maçônica no Brasil muito além dos aspectos meramente históricos e culturais. Para isso, fez-se uso da própria temática (Citações e

⁸⁰ Realidade também já constatada em Pinheiro (2023b).

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Referências Bibliográficas) por meio de algumas bases de dados selecionadas por oportunidade, amostras de ocasião. Assim, conforme visto, foi possível extrair informações a respeito de como os maçons estão escrevendo, quem estão lendo, quais fontes têm consultado, se distinguem ou não textos acadêmicos dos não acadêmicos, se tem havido mudança de comportamento, entre outras, de onde, como se diz, “menos se esperava”. Ademais, também restou demonstrado que, se houvesse mais zelo dos autores no que se refere aos dados primários (registros das citações e referências bibliográficas), não só uma maior quantidade poderia ter sido alcançada, como também a qualidade das informações poderia ter sido refinada, quiçá beneficiando a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMVBL – Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras. **Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade: tecnologia, olhares e impactos na sociedade.** São Paulo: Novo Milênio, 2025. ISBN 978-65-83652-02-7.

ASSIS, Manoel W. de. **A Etnografia dos Pedreiros Livres da Loja Cavaleiros de Salomão.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Centro de Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LEITE, Hélio P.; BEZERRA, Luiz A. de H. (Orgs.). **Maçonaria & Democracia.** Brasília, DF: A Gazeta Maçônica, 2024. ISBN 978-85-98961-40-80.

LEITE, Hélio P.; ALTAFIM, Ruy A. C. (Orgs.). **O Futuro da Maçonaria.** São Paulo: A Gazeta Maçônica, 2023. ISBN 978-85-98961-35-4.

PINHEIRO, Ivan A. O Maçom que lê um só livro... **Freemason.** 25

abr. 2023a. Disponível em: <https://www.freemason.pt/o-macom-que-le-um-so-livro/>. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.com/o-homem-macom-de-um-livro-so/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. A Produção Intelectual Maçônica no Brasil – um recorte a partir dos concursos promovidos pela CMSB em 2020, 2021 e 2022 – I/II. **Edições “*Universum*”**, ed. 45. Porto Alegre, RS: GLMERGS, Loja de Estudos e Pesquisas *Universum* n^o 147, 2023b, p. 25-56.

PINHEIRO, Ivan A. A maçonaria e o seu ecossistema. ***Freemason***. 29 abr. 2023c Disponível em <https://www.freemason.pt/a-maconaria-e-o-seu-ecossistema/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - IV. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 17 maio 2025a. Disponível em: <https://bibliot3ca.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/05/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-iv.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - V. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 26 maio 2025b. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudo-e-pesquisas-v/>. Acesso em 2 jun. 2025.

REVISTA CIÊNCIA E MAÇONARIA. **Revista Ciência e Maçonaria**, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/index>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SILVA, Michel (Org.). **Maçonaria no Brasil** – história, política e sociabilidade. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. ISBN 978-85-8148-876-9.

A MENTALIDADE DO PESQUISADOR E A INFLUÊNCIA DOS AMBIENTES DE INTERAÇÃO (LEP – VII)

INTRODUÇÃO

Antes de adentrar nos aspectos mais formais e específicos relativos às Lojas de Estudos e Pesquisas (LEP),⁸¹ como a sua formação, estrutura e funcionamento, convém tecer considerações preliminares e de caráter mais abrangente, que já antecipam alguns dos referidos aspectos. Temas importantes desse filão mais panorâmico, a “mentalidade do pesquisador” e o “ambiente de pesquisa” interessam na medida em que o seu entendimento é um dos fatores que podem contribuir para o “sucesso da Loja” – sendo este entendido como a geração e a difusão de conhecimento maçônico embasado, sobretudo o criativo e inovador.

Se, no passado, a tradução de autores predominantemente norte-americanos e europeus ou comentários sobre as suas obras poderiam ser considerados como geração de conhecimento, hoje, devido ao amplo parque editorial já instalado no Brasil, isso, se ainda necessário, não mais parece ser suficiente para que a própria Maçonaria alcance novos patamares – daí a relevância dos adjetivos “criativo” e “inovador” enquanto objetivos a serem perseguidos pelas LEP. Por oportuno, antecipa-se (e, com isso, tranquiliza-se): existem inúmeras maneiras de ser criativo e inovador, todas ainda (bem) distantes do que alguém (sempre há quem) poderia, em uma primeira leitura, imaginar, a saber: que ora se está formando expectativas de que as LEP produzam algo como teses de doutoramento. Apesar de a importância da formação de alianças estratégicas entre as Universidades e a Maçonaria já ter sido

⁸¹ Tema das próximas edições desta Série.

salientada inúmeras vezes, pretende-se, aos poucos, demonstrar que, mesmo estando à margem das instituições acadêmicas, o campo de Estudos & Pesquisas (E&P) na Maçonaria é muito vasto e só não é melhor explorado no Brasil por falta de interesse das Potências. Assim, se há concordâncias com a visão de Beaurepaire (2025), registre-se também há divergências.

A utilização do substantivo “mentalidade” acompanhado de um adjetivo (*e.g.*, “mentalidade empreendedora”, “mentalidade conservadora”, “mentalidade religiosa”, entre outras) é bastante difundida e possui ampla aceção. Destarte, a palavra chega até a ser confundida com “ideologia”. Em termos mais formais, conceitualmente, para Japiassu e Marcondes (1991):

mentalidade – [é o] conjunto de ideias, crenças, valores, nem sempre conscientes, subjacentes aos costumes, práticas, hábitos de uma sociedade ou grupo social, caracterizando sua maneira de agir, seus sentimentos, sua produção cultural. Ex.: mentalidade provinciana, mentalidade progressista (Japiassu; Marcondes, 1991, p. 164);

enquanto que

ideologia – [...] em um sentido mais amplo, passou a significar um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política. Ex.: ideologia fascista, ideologia de esquerda, a ideologia dos românticos, etc. (Japiassu; Marcondes, 1991, p. 127).

Conforme se observa, ambos os termos sugerem algo que, de já tão introjetado nas mentes, não só modela os comportamentos como os torna previsíveis, o que, sabe-se, além de favorecer um melhor aproveitamento das possibilidades, contribui para a evitação de, se não todos, determinados erros e problemas. Assim, em razão das suas

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

características, a questão da “mentalidade do pesquisador” se estende e institui o que ora se denomina “ambiente de pesquisa” – o meio no qual tanto os pesquisadores quanto as próprias LEP encontram-se imersos e performam as suas atividades. Dessarte, muitas das questões pertinentes aos temas em tela convidam à apreciação por meio de 3 (três) níveis: o do indivíduo; o da Loja (e seus subgrupos), da Potência; e o do macroambiente constituído pelo universo maçônico *lato sensu*, identificado como os “costumes, práticas e hábitos” desde há muito mantidos internamente nas Lojas e, mais recentemente, apreendidos (não sem surpresa quando se observam determinados aspectos) nas manifestações colhidas nas redes sociais, nomeadamente *WhatsApp* e *Instagram*.

A bem da verdade, do ponto de vista prático, a fronteira entre o nível individual e o correspondente à Loja é apenas didática, um instrumento auxiliar à reflexão, já que apenas em aparência é facilmente delimitada; no cotidiano, nem sempre é claro identificar quando e em que extensão um afeta e determina a *performance* do outro e vice-versa. Todavia, parece inequívoco que a “mentalidade do pesquisador” (nível individual), o “ambiente de pesquisa” (nível coletivo, grupo) e o “sucesso da Loja”⁸², se não estiverem, deveriam estar conectados pela via da gestão, sobretudo no que se refere ao perfil individual (personalidade, saberes, experiências, disponibilidades etc.) de cada integrante, mas também ao do próprio Quadro da Loja. Afinal, trata-se de um conjunto, um sistema cujo funcionamento depende da harmonia e da complementaridade existente entre as suas partes. Da clareza do entendimento quanto a esses inter-relacionamentos resultam não só a política como a escolha dos critérios utilizados para a seleção e manutenção (plena de sentido) dos integrantes, e a gestão do Quadro à luz da sua visão e voltada ao cumprimento da sua missão e dos seus objetivos institucionais.

Em textos anteriores desta Série, já foi mencionado que muitos dos aspectos que caracterizam a realidade das Lojas Simbólicas

⁸² Construto, como tudo, aberto à discussão.

(independentemente dos acertos) não se aplicam às LEP. Por ora, cabe ressaltar os “critérios” utilizados para a seleção dos Quadros. Nesse caso (o que não significa que isso não se aplica às Lojas Simbólicas), parece ser um imperativo (a partir do estabelecido acima) que todas as considerações sempre atentem para os 2 (dois) níveis: o do candidato e o da Loja. O candidato apresenta a mentalidade e o perfil do pesquisador? A Loja tem um ambiente de pesquisa para oferecer? Se admitido, que tipo de contribuição o candidato aportará: preencherá ele uma lacuna à luz da missão e da estratégia ou fortalecerá as competências já estabelecidas? Acrescente-se a isso algo que nunca percebi ser trazido à reflexão pelos gestores (mas que é habitual, por exemplo, no ambiente corporativo): qual o impacto do novo integrante na configuração e no comportamento do Quadro? Afinal, a Loja, a cada mudança, saída ou entrada (independentemente dos motivos), ainda que formal e aparentemente seja a mesma, não o é de fato; sendo um sistema (ou organismo, como se queira), em que o que mais importa são as relações e interações entre as suas partes (ou integrantes), tais relações, indiscutivelmente, serão alteradas por cada mudança. Evidencia-o o afastamento de um líder empreendedor, dificilmente compensado pelo ingresso seja de um ou mesmo vários membros, pois o que mais importava era a sua competência enquanto liderança empreendedora. Nesses termos, nem mesmo 2 (duas) Lojas com o mesmo número de integrantes e fundadas na mesma data guardam semelhanças, pois as sinergias (espontâneas ou estimuladas pela gestão) em uma a tornam radicalmente diferente da outra.

A continuidade da geração e o aperfeiçoamento dos E&P serão sobremodo facilitados e alavancados se, desde as primeiras reflexões (a escolha das linhas, dos temas e das questões de pesquisa, a seleção e a análise crítica da bibliografia etc.), as atividades forem realizadas conjuntamente – se não com todo o Quadro, ao menos com as suas partições organizadas em Grupos Temáticos de pesquisadores sêniores e juniores. Caso contrário, a Loja, ainda que não perca, compromete a sua razão de ser, a saber: constituir-se como um espaço privilegiado para a reflexão crítica como parte de um processo de construção cooperado,

coletivo.

Entre as métricas utilizadas para avaliar se o trabalho se identifica com a LEP ou é produto de uma iniciativa individual é perguntar em que medida, antes de publicá-lo, o Quadro da Loja contribuiu para aprimorá-lo, evitou erros, trouxe novas perspectivas etc. Outra reflexão fundamental a ser feita é se, frente às questões deixadas em aberto pelo pesquisador sênior (em geral, mas nem sempre o líder do grupo temático), os demais reúnem as condições para dar continuidade ao trabalho. Salvo melhor juízo, a política adotada por Pitágoras, em Crotona (Itália), seria a mais adequada para a criação de Centros de Excelência (LEP ou redes de LEP) independentemente dos talentos individuais reunidos: lá as contribuições “publicadas” não eram autorais, individualizadas, mas, sim, de responsabilidade de toda a Escola. Não por acaso, elas são referidas ainda hoje como sendo “dos Pitagóricos”, e não de A, B ou C, como ocorre com os autores associados a outras Escolas filosóficas – por exemplo, à Estoica. Somente mais tarde, com o perjúrio de Filolau⁸³ (discípulo de Pitágoras), que teria escrito e/ou vendido algumas obras (ou o que delas sobrou) a Platão⁸⁴, é que elas (ou melhor, os seus fragmentos) passaram a ser identificadas com a autoria individual. O retorno a Pitágoras não é à toa: embora ele seja uma das principais referências da e na Maçonaria, infelizmente, em regra, a sua lembrança não passa de uma referência histórica limitada, quando muito, a menções ao famoso teorema que leva o seu nome em homenagem à sua figura: a soma dos quadrados dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa.

Assim, em razão do problema da delimitação já referido, a chave de apresentação e análise do que se segue resultou organizada apenas em 2 (dois) níveis: (I) um micro – o individual –, que contempla o integrante *per se* em meio ao seu entorno mais próximo (a Loja, outras LEP e a Potência); e (II) um macro – que tece e estabelece os usos, os costumes

⁸³ Séc. V – IV a.C.

⁸⁴ A propósito, sem demérito a Platão, não se pode esquecer que ele também se apoiou em ombros de gigantes: Pitágoras, Parmênides, Heráclito e outros.

e os valores prevalentes no universo maçônico.

O NÍVEL MICRO – a mentalidade do pesquisador em meio ao contexto da Loja

O pesquisador é, antes de tudo, um curioso, bem como um cético, e coloca em xeque até mesmo as suas convicções. Está sempre à procura de respostas que, pela linha da argumentação lógica, sejam compreensíveis à razão. Portanto, é avesso e reage aos postulados dogmáticos. Desconfiar, criticar, procurar lacunas e falhas integram o seu ofício habitual. No entanto, ele também não é um errante: pautado no método (um caminho trilhado) e dotado de pensamento crítico-analítico, ele busca a *expertise* de um franco-atirador, baseando em definições, rigor conceitual e planejamento de estratégias fundamentadas. Ademais, ele categoriza as informações preliminares, elabora construtos, coleta dados, classifica-os e contrasta-os com outras fontes, identifica padrões, exceções e, eventualmente, recorrendo à matemática (estatística), submete a testes os dados que, então, constituem os achados de pesquisa – as novas informações, conhecimentos. Existem inúmeros métodos e estratégias de pesquisas sempre passíveis de ajustes à luz do caso concreto, das necessidades pontuais⁸⁵, portanto, não cabe aqui tecer considerações mais detalhadas. Antes e sobretudo, o que se deve fazer é chamar a atenção para o fato de que, ao adotar e seguir um método, o pesquisador possibilita que os seus passos (as sucessivas etapas do E&P) sejam reproduzidos (a começar pelo seu próprio grupo), verificados, corroborados ou contestados por terceiros, *interna* e *externa corporis*. Isso permite que os achados sejam validados e reconhecidos criticamente pela comunidade de referência, tornando-se passíveis de serem utilizados (citados) pelos demais pesquisadores, fomentando, assim, a escalada do conhecimento.

Contrariamente às afirmações nas quais muitos são levados a crer, o pesquisador lastreado no método científico, também referido como

⁸⁵ Entre outras tantas fontes, o leitor interessado mais imediatamente poderá consultar Pinheiro (2021) e Pinheiro, Pellegrini e Varejão (2023).

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

hipotético dedutivo, não busca a verdade absoluta, definitiva. Por conhecer as limitações do empreendimento científico – a começar pela sua própria estrutura cognitiva, pelos instrumentos de trabalho (vistos como extensões dos sentidos) e os inescapáveis vieses socioculturais –, ele, antes e acima de todos (pelo seu maior envolvimento com o objeto de estudo), tem as verdades como provisórias, sempre passíveis (e não raro à espera) de substituição à luz das novas descobertas. A título ilustrativo, *vide* o assombro recente da comunidade científica à luz das descobertas proporcionadas pelo telescópio James Webb desde o seu lançamento em 2021 – consensos científicos até então bem estabelecidos sobre, por exemplo, a Teoria do *Big Bang* e o Modelo (atômico) Padrão Lambda-CDM, agora estão em xeque por todos os flancos. A mesma situação pode ser verificada em outros domínios por conta de avanços científicos e tecnológicos⁸⁶, como os estudos sobre a origem da vida, da mente, da consciência e outros.

Trazendo a matéria para mais perto da Maçonaria, até as descobertas de Qumran (no Mar Morto, fronteira entre Israel e Jordânia) e Nag Hammadi (Egito), no século XX, se não tudo, quase tudo o que se sabia (e era admitido como verdadeiro) sobre o cristianismo primitivo (quando ainda se confundia com o judaísmo e estava dividido em seitas locais com acentuado conteúdo gnóstico) havia sido escrito principalmente pelos seus críticos. Ora, esses é que viriam a dar forma, a partir dos séculos IV e V, à ortodoxia que constituiu o cânone do cristianismo tornado católico e hegemônico. Logo, não é difícil imaginar a visão que os católicos ao longo dos séculos formaram sobre os primeiros cristãos (Pagels, s.d.; Hoeller, 2005; Meyer, 2007). As novas descobertas (algumas, efetivas serendipidades) possibilitaram reavaliar o *status* de verdade (até então definitiva) atribuído às narrativas que foram difundidas por quase 2 (dois) milênios. Se para alguns Ritos essa questão é de somenos importância, para outros, ela adquire maior relevância – é o caso, por exemplo, dos Ritos que têm a cabala cristã como um dos

⁸⁶ Muitos dos avanços tecnológicos se apresentam como novas e poderosas extensões dos sentidos, a exemplo do próprio J. Webb, da microscopia e da computação, agora quântica.

eixos de reflexão, bem como o Rito Escocês Retificado (RER), que se apresenta como cristão. *Video*, ainda, o exemplo de Gambirasio d'Asseux (2021, 2022), que deixa evidente (em contrário ao *mainstream* da literatura) a existência de pelo menos 3 (três) trajetórias internas ao RER. Assim, ao final, qual entre os cristianismos representa o cânone? Se e somente o católico, por quê?

Em regra, questões como essas são encerradas à luz da autoridade do(s) autor(es), mas a indagação que então se coloca é: teria(m) o(s) autor(es) concebido as ideias como o fizeram se dispusessem, hoje, das informações a que temos acesso? Em suma: mais do que assertivas, que têm a sua importância e lugar, o que se pretende, no espaço plural e aberto à discussão que constitui a Maçonaria, é chamar a atenção para a oportunidade de questionamentos e debates sempre que surgirem fatos novos – ou a descoberta da vida, alhures no cosmos, não nos levaria (obrigatoriamente) a repensar os mais diversos aspectos que até então têm norteado a trajetória da humanidade?

No Brasil, por exemplo, conforme avançam os estudos a partir da disponibilidade de acesso a novos arquivos históricos, o papel da Maçonaria, distanciando-se da visão romântica, também tem sido revisto (Colussi, 1998; Alméri, 2007; Silva, 2015; Ismail, 2021, 2021a). Os trechos a seguir – o primeiro extraído de Colussi (1998); o segundo, de Castellani (1989) – deixam evidente o contraste entre 2 (duas) posturas: a primeira espelha a mentalidade do pesquisador nos termos estabelecidos acima; já a segunda, a despeito da trajetória e do legado do autor para a Maçonaria brasileira, encontra-se mais próxima do que é conhecido como visão romântica (menos crítico-analítica), como, aliás, confirma-o o argumento salientado na citação de Colussi (1998) que a antecede:

Em relação à primeira fase, a que coincide com o decênio farroupilha, entendemos que não existiu uma relação direta entre Maçonaria e Revolução Farroupilha [...]. Durante a fase farroupilha, a Maçonaria gaúcha dava seus primeiros passos, por

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

isso ela não pode ter sido um agente influenciador da revolução; ao contrário, a revolução atrasou em muito a organização da instituição no Rio Grande. Desse modo, a presença de maçons entre os líderes farrapos não é argumento suficiente para estabelecer um vínculo entre a instituição e o movimento farroupilhas, [e] isso por duas razões: a primeira, pelo fato de existirem maçons farrapos e maçons legalistas; [a] segund[a], por terem algumas lideranças farroupilha sido iniciadas na ordem nos anos finais do conflito, o que impossibilitaria uma influência maçônica anterior à eclosão da revolução [...]. A existência de maçons abolicionistas, de maçons contrários à abolição, de maçons defensores da manutenção da monarquia e de maçons na linha de frente do republicanismo repercutiu negativamente no interior das lojas maçônicas, de tal forma que foram deixadas de lado a conhecida fraternidade e solidariedade maçônica. Os embates do mundo profano inviabilizavam, assim, a convivência fraternal, ocasionando o fechamento de muitas lojas (Colussi, 1998, n.p.)⁸⁷.

[...] ocorre que Bento Gonçalves era maçom (assim como o outro líder farroupilha Davi Canabarro) e contou com o auxílio secreto das lojas baianas [...]. Bento Gonçalves foi membro da Loja “Filantropia e Liberdade”, de Porto Alegre, onde deve ter sido iniciado [...]. Além dos principais chefes militares do movimento, os maçons Bento Gonçalves e Davi Canabarro, os farroupilhas tiveram, ao seu lado, outros dois grandes maçons e carbonários: os liberais italianos Tito Lívio de Zambecari e Giuseppe Garibaldi. [Este] foi iniciado no Rio Grande do Sul, na Loja “Asilo da Virtude” (Castellani, 1989, p. 20).

⁸⁷ O texto-fonte, por ser a impressão de um arquivo .pdf, não dispõe de numeração; todavia, a citação foi extraída da quinta página do capítulo “Considerações Finais”.

É notável como o mesmo tema (o papel da Maçonaria na Revolução Farroupilha), ao invés de apresentar um entendimento comum, admite 2 (duas) apreciações que, para dizer o mínimo, são distintas em ordem de grandeza – o que sinaliza para a inexistência de um fato incontestável, relevante e que, reconhecidamente, seja (fosse) merecedor de destaque independentemente da perspectiva dos olhares, justificando então que um, e não o outro, seja visto como romântico. A exemplo dos demais episódios trazidos por Colussi (1998), e como já relatado por outros autores (*cf.* Pinheiro, Dutra e Mendes, 2023), a relevância histórica é então estabelecida à luz de motivações outras, que, por sua vez, não escapam à crítica ao caráter subjetivo dos olhares. Caso igualmente notável, e certamente mais afamado, é o da captura associativa, promovida pela Maçonaria, da importância histórica de Voltaire⁸⁸ (Pinheiro e Rocha, 2023).

Assim, uma das questões que ora se coloca é: como identificar, entre os candidatos, a mentalidade do pesquisador? Ora, por tudo o que se sabe sobre “o ofício do pesquisador”, ele deve ser curioso, analista, detalhista, crítico, organizado, metódico, insistente, paciente e resiliente – atributos, é claro, forjados ao longo de uma trajetória. Onde a possibilidade de, mediante uma ou mais entrevistas (individuais ou coletivas), identificarem-se os antecedentes e recolher as evidências que contribuam para compor o perfil desejado. Como bem se diz: ninguém, do dia para a noite, em resposta ao mero convite de uma LEP, transforma-se em pesquisador, mas o convite pode ser o gatilho para deflagrar um projeto até então latente, como é o caso dos pesquisadores ainda considerados “aprendizes”. Se o selecionado vier a ocupar uma função específica na LEP, a exemplo da liderança de grupo, de referência temática, de revisor, de apresentador ou outra (relações externas com outras LEP, universidades etc.), deve, então, reunir as competências, as habilidades e as atitudes afins.

A seleção por editais de concurso e mediante análise curricular são

⁸⁸ 1694 – 1778.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

práticas a serem consideradas, sobretudo quando o objetivo for o preenchimento de vaga de pesquisadores seniores. Sim, a Loja pode preenchê-la por meio do próprio Quadro ou, na ausência de competências internas, buscar o perfil adequado para a continuidade, por exemplo, de determinadas linhas de pesquisa – fica aqui, muito clara, a fronteira entre a perspectiva do indivíduo (o Irmão integrante do Quadro) e a representada pelos interesses da Loja, eventualmente vista como a referência em matérias específicas. Idealmente, uma Loja deve reunir pesquisadores seniores, juniores e em nível intermediário, os primeiros liderando, coordenando e capacitando os demais, que atuam principalmente como colaboradores – o que não significa, em absoluto, subordinação.

Fica claro – como tem de ser no âmbito das Lojas Simbólicas – que uma das principais tarefas dos pesquisadores seniores (“mestres”) é a de capacitar e preparar os “aprendizes” para a sucessão interna e a continuidade dos trabalhos (pesquisas, produção intelectual etc.). A Loja deve trabalhar para constituir e manter uma massa crítica de E&P capaz de gerar um fluxo contínuo de produção, seja escrita ou qualquer outra, que corresponda ao seu compromisso junto ao público-alvo. Por fim, tendo em vista o sucesso da Loja, de nada adiantará a identificação dos atributos que configuram o perfil e a mentalidade do pesquisador se este não apresentar a disponibilidade e o compromisso de entrega; e, por parte da Loja, se esta não ofertar um *habitat* estimulador à pesquisa, ao livre trânsito e ao amadurecimento das ideias e onde a crítica (metodológica), parte inerente ao processo, é vista com naturalidade.

Por oportuno, conforme já manifestado em edições anteriores desta Série, reitera-se que o modelo das Lojas Simbólicas não se aplica, *in totum*, às LEP. Dotadas de objetivos distintos, devem, portanto, possuir estruturas e funcionamento diferentes – por exemplo, dispor ou não de um veículo próprio (impresso ou digital) para a difusão dos trabalhos, contar ou não com colaboradores externos, entre outros aspectos que têm implicações nas dinâmicas e nos processos internos às LEP.

Feitas essas considerações e sem desprezar eventuais ajustes e adequações necessários às realidades locais – cujas exceções, contudo, não podem ser tomadas como regras e transformadas em instrumentos para a sua autojustificativa –, cabe então tecer algumas palavras de alerta sobre os riscos que, embora inerentes à natureza humana, comprometem sobretudo a mentalidade do pesquisador, o ambiente de pesquisa e, por consequência, o sucesso da Loja.

Um dos principais obstáculos à mentalidade do pesquisador – citado mesmo como um inimigo infiltrado insidiosamente no subconsciente – é o chamado negacionismo científico. Esse tema foi tratado por Pasternak e Orsi (2021) e Orsi (2022) de modo objetivo e rico de exemplos pretéritos e contemporâneos – o que salienta que há tempos o problema já é reconhecido. São várias as causas do negacionismo, incluindo aquelas originadas no seio familiar, como, por exemplo, os sistemas de crenças (as mais citadas sendo as religiosas, mas há também as étnicas e as apreciações em relação “aos outros” – estranhos vistos e, por vezes, tratados como “bárbaros”). Aos poucos, eles constituem a gênese dos preconceitos – reforçados (ou não) ao longo da vida, seja pela passagem pelas mais diversas instituições (escolas, igrejas, clubes sociais, ambientes profissionais etc.), seja pelas leituras, relacionamentos (afetivos, mestres, influenciadores etc.), vivências em geral (viagens, eventos marcantes: perdas, sofrimentos etc.), muitas vezes inexplicáveis, incompreensíveis até. Não cabe, por ora, entrar em detalhes⁸⁹. É necessário, entretanto, chamar a atenção para o fenômeno porque, como esclarecem Pasternak e Orsi (2021, p. 15), as “[...] crenças definem desejos e moldam ações”, e, como bem destaca um dos títulos de Weaver (2012): “As Ideias têm Consequências”, a curto e longo prazo, no micro e no macroambiente sociopolítico e econômico. A esse respeito, Pasternak e Orsi (2021) vão direto ao ponto – às repercussões no cotidiano:

Tão grave quanto o estímulo a ações irresponsáveis

⁸² Por isto as citações e as referências para as leituras complementares.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

ou prejudiciais⁹⁰ é o efeito que os negacionismos têm sobre o ambiente político e cultural da sociedade. Sem um entendimento comum mínimo sobre quais são os fatos do mundo e qual o método correto para identificá-los, todo o processo de ação coletiva e, no limite, de organização social desmorona (Pasternak; Orsi, 2021, p. 16).

Passado o tempo, acumulados os saberes e as experiências, somos todos acometidos do chamado viés de confirmação. Uma das fontes mais perniciosas do negacionismo científico, o viés de confirmação deve ser permanentemente combatido para assegurar a preservação e o desenvolvimento sadio da mentalidade do pesquisador e, por extensão, da integralidade dos produtos do seu ofício – a geração de saberes. Wason, citado por Haidt (2020, p. 85), esclarece que “[...] viés de confirmação [é] a tendência de procurar e interpretar novas evidências de maneira a confirmar o que você já pensa”, o que é corroborado por Perkins, também citado em Haidt (2020, p. 86-7): “[...] as pessoas investem seu QI para reforçar seu próprio argumento, em vez de explorar toda a questão de maneira mais completa e imparcial”. Orsi (2022) não só detalha, mas conecta as ideias aqui apresentadas, indo às suas últimas consequências:

Há tempos que a psicologia reconhece e cataloga nossos vieses cognitivos – filtros que distorcem a forma como absorvemos e tratamos as evidências que o mundo nos traz, o que nos permite construir, em nossas cabeças, uma versão da realidade mais confortável do que ela de fato é. O mais potente desses vieses é o de confirmação, que funciona de duas maneiras: primeiro, fazendo-nos considerar mais importantes e confiáveis as evidências que confirmam nossas crenças e preconceitos [...]; o

⁹⁰ O exemplo utilizado pelos autores é o caso dos remédios (ineficazes) e o das vacinas – os primeiros porque aplicados aos familiares; o segundo porque negado, sobretudo aos menores.

segundo se manifesta na tendência de, ao testar uma ideia, buscar apenas evidências que possam confirmá-la (Orsi, 2022, p. 24-5);

E a cegueira seletiva encontra-se por todos os lados [...]. O negacionismo vai um passo além: ele não só varre a evidência negativa para debaixo do tapete, mas insiste em fingir que ela não existe, mesmo quando o tapete rasga e explode o escondido em sua cara. Ignorar evidência negativa é uma tentação presente em todos nós, e isso representa um enorme problema – tanto que o método científico já foi descrito como “o conjunto de técnicas para tentar escapar do viés de confirmação”. O negacionismo, ao contrário, reforça, reafirma e consolida essa faceta pouco lisonjeira da natureza humana. Nesse aspecto, é, como proposta e atitude, o oposto exato da Ciência com letra maiúscula (Orsi, 2022, p. 26).

É vasta a literatura sobre as consequências perversas advindas de momentos em que as interpretações enviesadas, independentemente das motivações, assumem a centralidade das narrativas em lugar dos dados e fatos apurados com método e rigor científicos. Além das já citadas, *vide* Mackay (2020), Shapiro (2020), Bregman (2021) e Pasternak e Orsi (2023).

Na atualidade – notadamente no Brasil, mas sem se restringir ao país sul-americano –, a orientação (ideologia) política tem sido um dos principais moduladores das atitudes e comportamentos (em todas as esferas, desde a familiar à profissional e pública, e em todos os espaços, o que, por certo, inclui a Maçonaria). Apontado como responsável pela determinação do viés de confirmação, independentemente de o posicionamento situar-se à esquerda ou à direita do espectro político, esse modulador acarreta não só a rejeição de tudo o que não pertence à sua “bolha ideológica” como também atribui ao outro (“o bárbaro”) a responsabilidade pela formulação e difusão das teorias conspiratórias (Pasternak; Orsi, 2021).

Orsi (2022) observa ainda que:

A necessidade de reforço externo pode levar grupos negacionistas [e é importante notar que sempre é o “outro” que é considerado como negacionista] a adotar um perfil “evangelizador”, isto é, missionário, no sentido de buscar ativamente atrair mais e mais membros para a comunidade. No mundo *online*, isso se traduz num ativismo frenético por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens (Orsi, 2022, p. 19);

Sair da bolha traz risco de perder amizades, amor, trabalho e apoio [...] Mais do que isso: é correr o risco de se ver alienado da comunidade em que vive e circula, de perder acesso aos bens e serviços – tanto no sentido econômico quanto emocional e psicológico – que aquele grupo oferece a quem dele faz parte (Orsi, 2022, p. 20-1).

Ora, nenhum maçom ignora que a mesma polarização e a radicalização que caracterizam o ambiente político nacional também dividem, hoje⁹¹, os Quadros da Ordem. Essa divisão, menos evidente nas Lojas, onde as presenças ainda exercem a contenção e impõem o decoro, pode ser vista abertamente nas redes sociais. Nestas, não é raro deparar-se com a externalização de posicionamentos apriorísticos e radicais, cada qual proveniente e destinado, simultaneamente, à sua “própria bolha”, em resposta tão contundente quanto alheia aos méritos do caso concreto porque direcionada aos “da outra bolha”.

Em linhas gerais, os efeitos deletérios causados pelo binômio “negacionismo científico-viés de confirmação” já foram, acima, antecipados por Orsi (2022). Todavia, cabe sublinhar alguns mais

⁹¹ Realidade que, diga-se, não é nova, pois já constatada no período e nos eventos estudados por Colussi (1998).

atinentes ao contexto das LEP:

✓ comprometem (consciente ou inconscientemente) o recomendável (quando não indispensável) distanciamento entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, bem como a objetividade necessária à análise crítica e à interpretação dos dados e fatos apurados. Antecipa-se: para muitos, tanto o referido distanciamento como a objetividade são falaciosos. Todavia, o pesquisador que se propõe neutro conta com instrumentos e mecanismos de controle que, se não eliminam, ao menos mitigam os eventuais vieses inerentes à natureza humana, circunscrevendo-os aos limites dos erros estatísticos. Assim, enquanto “o romântico” e o negacionista ignoram os instrumentos de correção, “o pesquisador”⁹² preocupa-se e ocupa-se em reduzir as margens de erros de interpretação por meio de técnicas e instrumentos;

✓ constroem e inibem a apresentação de projetos de E&P, que, *a priori* – antecipa-se com algum grau de certeza –, podem resultar em animosidades internas. Ao extremo, a tendência pode convergir para o pensamento único, o que é totalmente contrário à mentalidade e ao ambiente de pesquisa;

✓ podem, ainda, induzir comportamentos (sistematicamente a favor ou contra) cuja principal característica é ser fielmente identificados, alinhados e responsivos a determinados posicionamentos (políticos, ideológicos, religiosos etc.), reconhecidos aprioristicamente e não à luz dos dados e fatos efetivos trazidos à lide para consideração.

Contudo, reunir Irmãos com mentalidade de pesquisador e criar um ambiente de pesquisa que conduza a Loja ao sucesso parece ser,

⁹² Por evidente que “o romântico” também é considerado como um pesquisador, porém não comprometido com o que, neste texto, foi destacado como características e elementos que configuram a mentalidade do pesquisador.

antes, obra da gestão do que fruto do acaso. Afinal, conforme foi visto até aqui, todas as considerações demonstram que, tanto no nível dos indivíduos *per se* quanto no do seu entorno mais próximo, sobretudo a Loja, as variáveis que modelam o fenômeno se encontram sob a governança – e não exclusiva e diretamente sob a das Luzes, mas também a dos demais integrantes do Quadro da LEP. Todavia, conforme anunciado, há ainda um segundo nível, o macro, no qual estão estatuídos, formal ou informalmente, os usos, os costumes e os valores prevalentes no universo maçônico. O que então esperar desse segundo nível no que tange aos impactos na mentalidade do pesquisador, no ambiente de pesquisa e, por extensão, no sucesso da Loja? E o que será, a seguir, brevemente considerado e à guisa de finalização.

O NÍVEL MACRO – as repercussões dos usos, dos costumes e dos valores prevalentes no universo maçônico brasileiro sobre a mentalidade do pesquisador no ambiente de uma LEP

Embora sempre alguém possa arguir que “na minha Loja (Potência) não é assim”⁹³, penso – baseado em vários estudos⁹⁴ e reiteradas manifestações colhidas nas redes sociais – que não se afasta da verdade quem afirma que o maçom brasileiro padrão:

✓ raramente lê, principalmente livros e artigos, independentemente se impressos ou digitais – o que, frise-se, corresponde aos hábitos da maior parte da população brasileira, cuja realidade, os estudos mais recentes têm apontado, está piorando;

⁹³ Afirmativa que, de sorte, estatisticamente não pode ser corroborada ou contestada em razão da absoluta falta de levantamentos e informações sistematizadas. É nesse espaço de vacuidade e de desinformação que os eventos pontuais são alavancados pelos incautos ao *status* de “verdades” generalizadas.

⁹⁴ Que, por opção, ora não são citados, mas que podem facilmente ser encontrados nos *blogs*, *sites* e periódicos maçônicos.

- ✓ raramente lhe é exigida a leitura e estudos minimamente aprofundados no ambiente das Lojas Simbólicas – vários argumentos sustentam esse hábito: respeito ao princípio da livre e espontânea vontade; o reconhecimento de que cada um tem o seu tempo (de aprendizagem, de maturidade etc.); nenhuma pessoa é igual a outra, nada pode ser exigido, tampouco são admitidas comparações;
- ✓ na (grande) maioria das vezes, limita-se a apresentar os trabalhos obrigatórios para a progressão de grau, quando então (e não raro) reproduz com outras (as suas) palavras os termos das Instruções. Isso significa que as apresentações (textuais ou orais) não possuem qualquer lastro bibliográfico, o que sugeriria, por exemplo, o contato com novas perspectivas;
- ✓ como as Luzes Vigilantes, em regra, não foram devidamente capacitadas para orientar (sugerindo bibliografia complementar), corrigir (conceitos, argumentos, estruturação, reflexões etc.) e enriquecer (com novas perspectivas) os trabalhos, pelos motivos já apontados acima, eles (os Vigilantes) pouco agregam ao que já consta dos Rituais;
- ✓ como estratégia motivacional (sem que se saiba se deliberada pelas Luzes da Loja ou por mera tradição), os trabalhos, não raro, recebem grandes elogios;
- ✓ assim, o Iniciado chega ao Grau de Mestre convicto de que adquiriu a plenitude dos saberes maçônicos. Depois de graduados (exaltados etc.), são raros os que apresentam Peças (Pranchas) de Arquitetura nos termos estabelecidos por Barba (2025), o que as torna, em regra e para fins de comparação, um contraexemplo das expectativas quanto aos trabalhos no âmbito das LEP. Por fim, mesmo que não tenha almejado até então, o Mestre atende com orgulho o convite para integrar o Quadro de uma LEP da sua jurisdição.

Ora, em regra e em síntese, é nesse universo de pouca leitura, pesquisa, escrita, convívio e tolerância com a crítica que as LEP garimpam para formar os seus Quadros. Sem a pretensão de ser pleonástico, como pode ser visto, tudo ou quase tudo o que foi exposto difere do que até então, ao longo desta Série e em particular neste texto, tem sido identificado como a mentalidade do pesquisador e o ambiente de pesquisa que, mais do que necessários, são indispensáveis ao sucesso das LEP. Hoje, principalmente nos maiores centros urbanos, muitos Iniciados já estão frequentando ou frequentaram os Altos Graus, o que os qualifica, pela própria dinâmica dos trabalhos desenvolvidos, como público-alvo a ser convidado e avaliado. Há também, entre os Mestres, muitos que, por dever de ofício, foram forjados pela leitura metódica, reflexiva e documentada, bem como pela escrita. É o caso, por exemplo, dos advogados e demais profissionais das ciências jurídicas, mas também dos acadêmicos, em especial os titulados com pós-graduação – grupos que também podem ser alvos de busca ativa para compor os Quadros das LEP.

Portanto, havendo concordância com esse diagnóstico, é mister que os empreendedores, desde a fundação das LEP, quando ainda a estiverem planejando, selecionando e reunindo os futuros Quadros, reflitam e estejam devidamente preparados para superar essas dificuldades já identificadas e amplamente conhecidas. O zelo durante o planejamento tende a evitar riscos e futuros problemas. Superada a primeira fase da implementação, as demais, assim como a manutenção do sistema (a Loja já constituída e em plena operação), tornar-se-ão facilitadas.

Contudo, reproduzir nas LEP as práticas habituais (e isso se refere especificamente à seleção e gestão dos Quadros) das Lojas Simbólicas significa considerá-las espécies indistintas, o que não só seria contrário ao senso, mas também conduziria a resultados iguais, quando o esperado, s.m.j., é que sejam distintos – por exemplo, em vez de Peças (Pranchas) de Arquitetura, a geração e a difusão de conhecimentos

criativos e inovadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMÉRI, Tatiana M. **Posicionamentos da Instituição Maçônica no Processo Político Ditatorial Brasileiro (1964)**: da visão liberal ao conservadorismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.

BARBA, Wagner T. **Como Escrever uma Prancha de Arquitetura Maçônica**. Série Estudos Maçônicos. Arquivo em .pdf recolhido nas redes sociais. ARLS Vinte e Cinco de Agosto, 376 – GLESP, Oriente de Carapicuíba, SP. 18 jun. 2025.

BEAUREPAIRE, Pierre-Yves. Pesquisando a Maçonaria no século XXI: oportunidades e desafios. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/pesquisando-a-maconaria-no-seculo-xxi-oportunidades-e-desafios/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BREGMAN, Rutger. **Humanidade** – uma história otimista do homem. São Paulo, SP: Planeta, 2021. ISBN 978-65-5535-276-4.

CASTELLANI, José. **A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro**. São Paulo, SP: Traço, 1989. ISBN 978-8571190108.

COLUSSI, Eliane L. **Plantando Ramas de Acácia**: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 1998.

GAMBIRASIO D`ASSEUX, Pascal. ***El Rito Escocés Rectificado – un caminho de vida cristiana***. Asturias, Espanha: Editorial Masonica, 2021. ISBN 978-84-18379-88-8.

GAMBIRASIO D'ASSEUX, Pascal. *Caminos del Cristianismo – el místico y el iniciado*. Espanha: Editorial Delfos, 2022. ISBN 978-8418373466.

HAIDT, Jonathan. **A Mente Moralista** – por que as pessoas boas são segregadas por política e religião. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. ISBN 978-85-508-1390-5.

HOELLER, Stephan A. **Gnosticismo** – uma nova interpretação da tradição oculta para os tempos modernos. Rio de Janeiro: Nova Era, 2005. ISBN 85-01-06685-0.

ISMAIL, Kennyo. **Maçonaria Brasileira**: a história ocultada. Brasília: No Esquadro, 2021, v. I. ISBN 978-65-993785-0-8.

ISMAIL, Kennyo. **Maçonaria Brasileira**: a história ocultada. Brasília: No Esquadro, 2021a, v. II. ISBN 978-65-993785-1-5.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 2.^a edição revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. ISBN 85-7110-095-0.

MACKAY, Charles. **A História das Ilusões e Loucuras das Massas**. São Paulo: Faro Editorial, 2020. ISBN 978-65-86041-09-5.

MEYER, Marvin. **Mistérios Gnósticos**: as novas descobertas, o impacto da Biblioteca de Nag Hammadi. São Paulo: Pensamento, 2007. ISBN 978-85-315-1508-8.

ORSI, Carlos. **Negacionismo** – desafios da ciência. São Paulo: Cultura, 2022. ISBN 978-65-5748-030-4.

PAGELS, Elaine. **Os Evangelhos Gnósticos**. São Paulo: Cultrix, s.d.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Que Bobagem!**

Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Contexto, 2023. ISBN 978-65-5541-279-6.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Contra a Realidade** – a

negação da ciência, suas causas e consequências. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2021. ISBN 978-65-5592-015-4.

PINHEIRO, Ivan A. Buscadores da Verdade... Sois Mesmo? **Revista**

Ad Lucem, vol.1 n. 2, p.14-28, 2021. Disponível em:

<https://www.adlucem.com.br/article/doi/10.4322/2763-6070.2021006>.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V.; MENDES, Jorge A. A

Maçonaria no Divã: as perspectivas e as contribuições dos não maçons.

Revista Ciência & Maçonaria, v. 10, n. 1, p. 51-65, 2023. Disponível em:

<https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/view/226/113>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; PELLEGRINI, Alejandro; VAREJÃO,

Alexander. Produzindo trabalhos & textos no Rito Escocês Retificado

(RER). **Freemason**. 13 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/produzindo-trabalhos-rito-escoces-rectificado-rer/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; ROCHA, Rogério H. C. Considerações Sobre a

Iniciação Maçônica de Voltaire. **Face*Tubes** – literatura, arte, música.

10 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.facetubes.com.br/noticia/3600/ivan-a-pinhoero-a-rogerio-rocha-qsobre-a-iniciacao-maconica-de-voltaireq>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SHAPIRO, Bem. **Lavagem Cerebral** – como as universidades

doutrinam a juventude. São Paulo, SP: Trinitas, 2020. ISBN 978-65-

990583-18.

SILVA, Michel (Org.). **Maçonaria no Brasil** – história, política e sociabilidade. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. ISBN 978-85-8148-876-9.

WEAVER, Richard M. **As Ideias têm Consequências**. Coleção: Abertura Cultural. São Paulo: É Realizações, 2012. ISBN 978-8580332643.

CRIAÇÃO E FINANCIAMENTO DAS LOJAS DE ESTUDOS E PESQUISAS (LEP – VIII)

Embora os números desta Série sobre as Lojas (Maçônicas) de Estudos e Pesquisas (LEP) conttenham em si mesmo princípio, meio e fim, eles estão conectados uns aos outros por um veio que, assegurando-lhes uma relação, amplia a compreensão dos antecedentes e dos consequentes, constituindo e organizando o conjunto, a unidade maior e o foco – a LEP. Por essa razão, sugere-se a leitura dos números anteriores, já publicados na íntegra pelo *blog* Bibliot3ca Fernando Pessoa⁹⁵ e que, gradualmente, têm sido disponibilizados no *Freemason*⁹⁶, pois não caberia, a cada número, repetir assuntos já desenvolvidos.

No texto inaugural desta Série (Pinheiro, 2025), foi apresentado um breve histórico do surgimento das LEP no Brasil. Na ocasião, chamou a atenção o fato de elas terem aparecido na paisagem maçônica nacional por iniciativa única e exclusivamente pessoal, idealizadas por um ou poucos líderes que então reuniram seguidores, não sem, por vezes, enfrentar as resistências oferecidas por grupos internos às Potências que as jurisdicionavam – o chamado “fogo amigo”. Derivou daí a surpresa quanto ao fato de as Potências, até aquela oportunidade, não terem percebido a relevância do papel dessas espécies do gênero Loja no ecossistema maçônico. Se, desde então, esclareceu-se o papel que estas podem desempenhar, e há indícios de que sim, também não restam dúvidas de que há muito para ser explorado ainda, conforme se pretende demonstrar a seguir.

Nas publicações que sucederam a Pinheiro (2025), vários temas foram desenvolvidos e trazidos à reflexão: desde o sentido atribuído ao

⁹⁵ *Website*: <https://bibliot3ca.com/>.

⁹⁶ *Website*: <https://www.freemason.pt/>.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Estudo e à Pesquisa⁹⁷ no contexto das LEP – como estes construtos se revelam, se organizam e dialogam com o corpo de uma produção escrita⁹⁸ – até o perfil (idealizado) de um candidato a (ou já integrante) de uma LEP. Em meio a tantas reflexões, uma preocupação permanente: acentuar que, se há semelhanças, há também muitas e grandes diferenças entre o que se aplica às Lojas Simbólicas (LS) e as expectativas quando as LEP são colocadas em foco.

O tema que se segue abrange reflexões complementares⁹⁹ àquelas e sobre a fundação e a constituição formal de uma LEP. Compreende ainda uma oportunidade para ressaltar (mais) uma prática que, se não é comum, também não é estranha às LS, mas que é impensável (e na maioria das vezes irrealizável) no contexto das LEP: muitas LS surgem de dissidências no seio da Loja precursora (também referida como Loja-mãe). Resulta daí, salvo melhor juízo, que o comemorado aumento, por parte das Potências, do número de Lojas jurisdicionadas, apontado anualmente pelas estatísticas, mantém o problema-raiz intocado. Em estado latente, ele tem o potencial de, a qualquer momento, converter-se em ato e gerar uma nova crise, de modo que, pelo menos nos primeiros momentos, é provável que, em vez de uma, tenham-se 2 (duas) Lojas com problemas (operacionais, financeiros etc.). Certamente, o que um dia se verificou no âmbito coletivo (Loja) teve início no passado, no plano individual, provavelmente ocorrendo reiteradas vezes e com diferentes Irmãos: em vez de realizarem uma averiguação a fundo das questões e dos problemas que comprometeram (e quiçá ainda comprometem) o “clima organizacional” e do seu subsequente equacionamento, os Mestres mais experientes, em regra, optaram por sugerir a troca de Loja aos insatisfeitos. Evitaram, assim, processos internos que, independentemente dos aspectos saneadores e salutareos que poderiam trazer à Loja, são deixados à margem, pois, de outro modo, poderiam comprometer o “clima”. “Escolha de Sofia”?

⁹⁷ Por mais óbvio que aparentemente seja, o objetivo foi ressaltar as diferenças que essas expressões guardam na perspectiva das Lojas Simbólicas *vis-à-vis* às LEP.

⁹⁸ Também como formadores do pensamento, sobretudo o crítico-analítico.

⁹⁹ Porque em parte já realizadas nos números anteriores da Série.

Difícil afirmar, mas, de qualquer modo, esses encaminhamentos parecem estranhos aos ensinamentos maçônicos e surpreendem quando, pela primeira vez, com eles se trava contato. É assim que os problemas se retroalimentam, as divisões internas são criadas, fortalecendo alguns grupos em detrimento de outros, e, independentemente do mérito, os desvios são naturalizados. Considerados, então, estilos pessoais (compreensíveis e merecedores de respeito), estes podem mesmo vir a ser elevados à condição de cultura da casa, quando, aos olhos da senioridade e já então alçados à condição de usos e costumes, tornam-se inquestionáveis – quem quiser que se adapte e os incomodados que se retirem ou, conforme o dito popular, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Independentemente dos acertos de uma ou outra alternativa, o que ora se acentua é que essas práticas, se existentes nas LS, não podem dar origem, tampouco coexistirem em uma LEP.

Feitas essas considerações e alertas preliminares, o pressuposto ao que se segue é que a criação de uma LEP deve ser antecedida por um planejamento amplo, seja este “de baixo para cima” – motivado e conduzido voluntariamente por lideranças com propósitos bem definidos – ou “de cima para baixo” – catalisado pela Administração da Potência no âmbito de seu planejamento estratégico, o que autoriza a compreensão de que estas identificam nas LEP um efetivo instrumento para a realização dos seus objetivos de médio e longo prazo. Qualquer que seja o modo, é impensável que, em algum momento, a primeira via não se encontre nem dialogue com a segunda sobre questões que transcendem os aspectos meramente formais da concessão da Carta Patente. Além disso, se a segunda via tiver claro que o funcionamento da uma LEP não se equipara ao de uma LS, ao constituir a equipe para o seu projeto, saberá como conduzir a busca ativa para identificar pelo menos os primeiros integrantes e reuni-los – tema já explorado nos números anteriores da Série.

Para o leitor ainda não familiarizado com os aspectos formais e administrativos das Lojas Maçônicas no ambiente legal e institucional do

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Brasil¹⁰⁰, é recomendável que, antes de prosseguir, leia Pinheiro (2023c), sintetizado nos 3 (três) parágrafos a seguir:

1. No texto, o autor inicialmente apresenta e discorre sobre as Associações privadas, a Pessoa Jurídica (PJ) sob a qual toda Loja Simbólica ou de Estudos e Pesquisas deve(ria) estar abrigada¹⁰¹. Assim, idealmente, em vez de corresponder a um “copia-cola” de um modelo geral sobre o qual se opera a mera substituição de nomes, endereços etc., o Estatuto e o Regimento Interno da Associação, como produtos de um planejamento, constituem a um só tempo: 1) a sua Certidão de Nascimento, razão pela qual é um documento oficial e para todos os efeitos; 2) a declaração da sua razão de ser consubstanciada na Missão institucional acordada livremente entre e por todos os Associados; e 3) efetivas ferramentas gerenciais (pela estrutura orgânica estabelecida, pelos mecanismos de governança, pelos incentivos e penalidades etc.) colocadas à disposição da Administração para a concretização da Missão e para o atingimento dos objetivos estabelecidos a cada ciclo de gestão.
2. Na sequência, o autor explora as potencialidades e o alcance da PJ Associação, quando então conjectura que a gênese de uma futura LEP pode ser uma das unidades administrativas da Associação, analogamente ao que, nas demais Organizações, seria considerado um “Departamento”. Trata-se, conforme já apresentado em Pinheiro (2025), de uma fase preliminar (com experimentos, testes, avaliações, buscas por alternativas de modelagem etc.), ainda no formato de Grupos ou Centro de Estudos e Pesquisas

¹⁰⁰ Por conseguinte, os leitores de outros países devem buscar as correspondências à luz dos marcos regulatórios locais e promover a releitura e as adaptações necessárias.

¹⁰¹ Tudo em perfeita continuidade histórica, afinal, o que eram os *collegia fabrorum* senão Associações de todo tipo (profissionais, assistenciais, religiosas etc.)? *Vide*, entre tantos, Scott (2023).

(GEP). O papel central ocupado pela filantropia no contexto da Maçonaria justifica que as atividades (projetos, atividades esporádicas etc.) estejam agrupadas no terceiro “Departamento” da Associação, o das Ações Sociais (DAS) – o primeiro sendo a própria LS; o segundo, o GEP –, para reunir os Irmãos que desejam maior envolvimento e comprometimento com aquelas atividades – tema explorado, com exemplos e várias sugestões para o desenvolvimento, por Pinheiro e Dutra (2023). O autor (Pinheiro, 2023c) conclui com a apresentação de como um arranjo de parceria¹⁰² não só pode(ria) resolver vários problemas operacionais (por exemplo, o quórum para a abertura das LS) e financeiros (rateio de custos, equacionamento do ponto de equilíbrio econômico-financeiro), mas também e sobretudo alavancar as atividades de docência em todos os Graus das LS parceiras.

3. O autor discute ainda a não-percepção do fato de que, embora aparentemente seja apenas uma, a LS, na verdade, abrange “pelo menos 2 (duas) organizações”: a primeira, a própria LS dedicada exclusivamente às atividades doutrinárias, ritualísticas e litúrgicas atinentes ao Rito; a segunda, a PJ – a Associação –, que abriga a primeira. Essa incompreensão não só dá margem ao surgimento de problemas como impede a exploração dos potenciais que engrandeceriam, sobretudo, tanto os Iniciados diretamente envolvidos com a LS quanto a própria Ordem.

Nesses termos, o Estatuto e o Regimento Interno são valiosos instrumentos de gestão. Por exemplo, esclarecem quais poderiam ser as prioridades (inclusive para testes e desenvolvimentos internos) dos

¹⁰² O caso hipotético apresentado reuniu 2 (duas) LS, mas poderia envolver outras tantas, desde que não comprometessem a finalidade e a funcionalidade otimizada da parceria constituída.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

integrantes (Irmãos voluntários) do “Departamento” GEP: 1) as necessidades da docência interna apuradas após realização de levantamento¹⁰³ junto ao Quadro (da Loja ou agregado aos das LS parceiras); também, 2) por meio de estudos e pesquisas, subsidiar a decisão da Administração e do Quadro quanto à alocação de seus recursos e esforços no campo da filantropia (DAS) – em algum segmento social (jovens, idosos, enfermos etc.), em alguma entidade no perímetro do seu entorno (vivenciando a comunidade), na participação em eventos (Natal, Dia das Crianças etc.), entre outras possibilidades. Parecem evidentes as sinergias quando as considerações se estendem para além dos horizontes das LS e contemplam, também, o da Associação, que a encapsula, e o das demais unidades que a integram (GEP e DAS).

À guisa de ilustração da alavancagem proporcionada pelo GEP às LS, as conclusões do trabalho de Silva e Monteiro (2018), ao mesmo tempo em que expõem a realidade¹⁰⁴, apontam os possíveis direcionamentos aos estudos e pesquisas que podem ser realizados durante a etapa embrionária das LEP, ainda enquanto GEP:

Os maçons não conhecem a Lei Orgânica da Assistência Social nem a Política Nacional de Assistência Social. Não há entre eles a noção de ações, cuidados, serviços e projetos com vistas a proteger e recuperar as situações de abandono de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando, assim, a autonomia dos usuários. Para as Lojas Maçônicas objeto de análise, o conhecimento da PNAS/2004 é de pouca relevância, importando mais a prática filantrópica, como expressão da caridade, do favor, da ajuda. Um

¹⁰³ Para conhecer o perfil, a formação, a experiência, as disponibilidades, as necessidades, as dificuldades, entre outros aspectos de cada um dos integrantes. Reunidas, levadas e debatidas junto ao Quadro, essas informações orientariam as diretrizes para a atuação da Administração – as Luzes da Loja.

¹⁰⁴ Que contradita o discurso *interna corporis* tornado público.

dos entrevistados ressalta, inclusive, que, quando assumiu a presidência da entidade que a Loja mantém, não tinha conhecimento algum da área da assistência social, mas contou com o apoio da equipe técnica para administrar a instituição [...].

Os anos que se seguem à promulgação da Carta de 1988 não foram suficientes para eliminar, em boa parte da população, a concepção de assistência como “favor”, tão ao gosto daqueles que fizeram a história recente do país. A pesquisa permite considerar que, para a Maçonaria e os maçons mantenedores de entidade de assistência social, a concepção de assistência social está atrelada à prática da ajuda, da benemerência, do favor. A filantropia, como princípio fundamental da Maçonaria, é motivada pela religiosidade maçônica. A crença em Deus como requisito para o ingresso na instituição, aliada aos princípios de fraternidade pregados pela Ordem, ocupam papel de destaque na prática filantrópica¹⁰⁵ (Silva; Monteiro, 2018, p. 16).

As atividades de campo relatadas por Pinheiro e Dutra (2023) vão ao encontro das conclusões de Silva e Monteiro (2018) e não só chamam a atenção para o desconhecimento, mas também para o distanciamento entre o discurso e a prática no nível da rede capilar, onde as iniciativas, devido à baixa institucionalização – leia-se: projetos delineados, financiados e executados sob a responsabilidade das LS –, ainda são predominantemente ocasionais e individuais.

Conforme já mencionado, mas não se perde por reiterar, justo o contrário é o que se pretende: o planejamento da futura LEP e, por conseguinte, a modelagem do seu Estatuto são as etapas fundamentais do processo. As demais etapas – a implementação e o desenvolvimento

¹⁰⁵ Sobre o tema, o leitor interessado em uma belíssima peça poderá ler *1Cor 13*, uma das Cartas reconhecidas como efetivamente escritas por Paulo, o autodenominado apóstolo, e conhecida como Hino à Caridade.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

– não só serão consequências das primeiras como estarão presas às suas determinações até que se procedam as devidas alterações estatutárias nos termos da legislação, que, em regra, mostram-se restritivas e acarretam ônus extraordinários. É nessa fase preliminar, por exemplo, que os futuros associados poderão cogitar e deliberar se a Associação pretende ou não ser reconhecida pelos entes públicos como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Essa qualificação a habilitará, via convênios e o estabelecimento de parcerias (patrocínios) com outras PJ, para o acesso a novas fontes de recursos. Isso não só possibilitará a ampliação do seu campo de atuação social como também a própria efetividade das suas iniciativas (Pinheiro, 2023c). Tão vasta quanto a legislação sobre o tema, são as discussões que ele provoca, como pode ser visto em Rafael (1997) e Alves (2000)¹⁰⁶.

Embora as legislações sejam muito semelhantes, é importante ter claro que cada nível de governo (municipal, estadual ou federal) possui autonomia para estabelecer os termos dos requisitos indispensáveis para a concessão do registro (qualificação) de OSCIP. Assim, é fundamental que essa matéria seja tratada, ainda na fase de planejamento, à luz da legislação local e da visão de médio e longo prazo. A conclusão de Melo e Cavalcante (2017) ilustra o que se diz:

[...] não obstante a decisão do STF, não reconhecendo a possibilidade da imunidade tributária sob a maçonaria, ampla discussão doutrinária e jurisprudencial nos leva a crer que esta, possivelmente, em razão da grande influência que goza, tem conseguido abster-se de pagamentos fiscais, a exemplo do IPTU, em razão da possibilidade de isenção tributária, seja por ser reconhecida como instituição filantrópica, ou por ser considerada de utilidade pública, já que esta espécie de exoneração tributária é uma opção do ente federativo ao analisar o caso concreto (Melo; Cavalcante, 2017, p. 264).

¹⁰⁶ Atenção: como toda a legislação está sujeita a alteração a qualquer momento, torna-se indispensável que os interessados sempre busquem a versão mais atualizada, prática que hoje é largamente facilitada com o acesso à *internet*.

Assim, mais do que discorrer (em tese) sobre a relevância da filantropia, as LS podem criar as condições para que os seus Quadros a pratiquem institucionalmente, o que, evidentemente, não prejudica nem impede as iniciativas individuais. Destarte, a teoria (desenvolvida na LS) e a prática (executada a partir do DAS) poderão andar juntas, em perfeita sintonia e mútua sinergia. Isso poderá ser sobremodo facilitado se as lideranças: 1) tiverem claro que a LS e a Associação são entidades distintas, porém complementares; e 2) souberem explorar os alcances proporcionados pela PJ Associação, isto é, pela ação articulada e complementar das suas unidades internas – a LS, o GEP e o DAS.

Por que, então, isso não se verifica no cotidiano das Lojas? Provavelmente¹⁰⁷, por uma combinação de fatores: o primeiro, a resistência dos que defendem a Tradição¹⁰⁸; o segundo, o conforto e a segurança de sempre (e só) fazer mais do mesmo, o que evita riscos e indisposição com os pares¹⁰⁹; por fim, mas sem a pretensão de exaurir a matéria, pela falta de divulgação, debate e esclarecimento junto ao Quadro sobre os principais marcos legais fundantes e operacionais – a legislação da Potência, o Estatuto e o Regimento Interno (*cui bono?*). Reunidos, esses fatores levam o Quadro a manter o foco apenas nos aspectos próprios da LS, ficando à margem das questões administrativas,

¹⁰⁷ Neste caso, a exemplo de outros já mencionados nesta Série, devido à ausência de estudos e pesquisas sobre a Maçonaria realizados com a devida certificação externa (para eliminar a visão tendenciosa e autocomplacente, conforme já demonstrado), não há outro modo de se referir senão à condição de possibilidade, mas sempre à espera de uma oportunidade para realizar uma investigação definitivamente esclarecedora.

¹⁰⁸ Argumento ingênuo e que expõe o desconhecimento histórico sobre a Maçonaria, repleta de mudanças institucionais, inovações em resposta às alterações sociais e políticas do ambiente, quando não meramente para atender aos interesses e caprichos de ocasião.

¹⁰⁹ Salvo melhor juízo, por vezes me parece que os maçons, não sem cautela, deveriam ler F. Nietzsche, (1844 – 1900) – o filósofo do martelo. Qualquer um dos seus livros os levaria a visitar efetivamente o seu interior, a descobrir a sua verdadeira natureza e, no cotidiano, às consequências que daí advém. Como diz o ditado popular: não há como fazer omelete sem quebrar os ovos.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

financeiras e patrimoniais, que, centralizadas na Administração¹¹⁰, só emergem quando já configuradas como problemas.

Não se discute que a Missão precípua da Ordem se dá via o que se opera no âmbito interno da LS. Antes, o alerta é para a existência de outros aspectos igualmente relevantes, entre os quais o exercício da cidadania (debate sobre as normas, os critérios, a alocação, participação na fiscalização, no controle etc.), que encontra no envolvimento com a gestão da Associação o melhor espaço para o seu desenvolvimento. O distanciamento e a omissão favorecem que os mal-intencionados cometam desvios de finalidade (da Associação) – tema já aventado em Pinheiro (2023a) e ao qual oportunamente se retornará –, sobretudo porque as Associações Maçônicas estão praticamente fora da fiscalização e controle do Estado¹¹¹. Isso, combinado à omissão acima aventada, pode estimular a ação de aventureiros visando à evasão fiscal, à lavagem de dinheiro e outras práticas mais prosaicas, porém ilegais, como é o caso do custeio pessoal às expensas do caixa da Associação.

Não foi sem intenção que, sendo parte de uma Série sobre Lojas de Estudos e Pesquisas, este texto, até o momento, pouco discorreu a seu respeito. Isso foi feito, em primeiro lugar, para sublinhar o entendimento (sempre aberto à discussão) já firmado: a criação de uma LEP não deve ser uma iniciativa voluntarista (independentemente se proveniente do “chão de fábrica”, no nível das LS, ou da “alta administração”, no âmbito das Potências). Antes, deve ser o resultado de um acurado estudo de necessidades, oportunidades, condições efetivas de funcionamento e preferencialmente antecedida por uma experimentação ainda enquanto Grupo ou Centro de Estudos e

¹¹⁰ Em regra, conforme assinalado em Pinheiro (2023), o Presidente da Associação, assim os demais dirigentes, confundem-se com as Luzes (Venerável e Vigilantes) e a Tesouraria da Loja.

¹¹¹ Consideradas PJ de pequena movimentação financeira e econômica, e frente às permanentes limitações do Estado para o pleno exercício do Poder de Polícia, as Associações, desde que atendam às exigências básicas, ficam à margem dos controles da Receita e do Ministério Público, que, então, só atuam mediante provocação e denúncia.

Pesquisas (GEP). Em segundo lugar, para chamar a atenção para o fato de que a mesma figura jurídica que institucionaliza a LS também representa a LEP – uma Associação de direito privado – e, acima de tudo, que ambas (a LS e a LEP) podem(riam) e devem(riam) andar juntas desde a gênese. Entretanto, como tudo, isso depende das lideranças e da gestão. Decorrido um tempo (certamente anos) da primeira Associação (ASS-I), por maturidade, mas ainda submetida à avaliação de estudos, nasceria então, do GEP, como efetivo *spin-off*, a segunda Associação (ASS-II), independente da primeira – a nova LEP da jurisdição.

Por certo, nem todas as ASS-I gerariam LEP (ASS-II) – e isso por inúmeros motivos. Contudo, tendo estas adquirido uma identidade própria, caber-lhes-ia então, como parte do seu processo de (re)estruturação, estabelecer parcerias para cooperações de toda natureza (estudos, pesquisas, cursos, eventos culturais etc.) com outras LEP, inicialmente no âmbito da jurisdição, mas já com vistas à formação de alianças no país e no exterior. Nesse momento, abre-se à nova LEP (ASS-II) um horizonte que será tão vasto quanto forem a imaginação, a criatividade, a *expertise* e a ousadia empreendedora das lideranças.

Hoje, “tal como opera o sistema”, a questão do financiamento é um dos principais obstáculos não tanto à criação, mas ao funcionamento e à expansão das LEP, a depender dos seus propósitos e do *modus operandi* – sim, pois há LEP, “LEp”, “Lep” e “lep” (em outro número, voltarei a esta diferenciação). A modelagem sugerida, isto é, considerar a LS e o GEP (e eventualmente outros, como o já citado DAS) como “Departamentos” da Associação desde o início, bem como a estratégia de constituir alianças, contribuem em grande medida para, também desde o primeiro momento, refletir e equacionar a questão do financiamento de eventuais *spin-offs*. Todavia, tendo o GEP se transformado em uma LEP independente, esta pode, além de (ou exatamente por) ser um polo gerador e irradiador de conhecimento, passar a atuar mediante projetos autossustentáveis, isto é, que já desde a concepção (“contratação”) tenham a previsão da fonte de recursos. Assim como os demais Departamentos da ASS-I (a LS e o DAS) foram

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

os primeiros “clientes” do GEP, as demais Lojas Simbólicas da jurisdição e a própria Potência poderão vir a ser os primeiros “clientes” da nova LEP (ASS-II), bem como esta pode firmar parcerias e contratar outras LEP.

A palavra “cliente” talvez desagrade alguns e, de fato, não parece ser a mais apropriada ao caso. Com ela, contudo, pretende-se deixar absolutamente claro que, no mundo real (para além das amabilidades próprias à Fraternidade), *there is no free lunch*¹¹², e nada impede que a LEP seja remunerada pela prestação dos serviços de balcão (ofertas espontâneas produzidas pelo Quadro) ou sob demanda, como a oferta de cursos (palestras etc.) para atender a necessidades específicas (de uma Loja, de um *pool* de Lojas de uma mesma região, de determinado Rito, para determinado evento – celebração etc.). A remuneração não necessariamente precisa ser em espécie, podendo ser mediante o custeio de despesas com viagens, deslocamentos e estadias (no caso de palestras e cursos presenciais), doação ou cessão desonerada de bens, contraprestação de serviços etc. Há, na Ordem, muitas habilidades e competências que, penso, estão à espera do devido aproveitamento e necessitam de ser envolvidas em projetos (nas LEP, GEP, DAS), para os quais poderão colaborar com a aplicação das suas *expertises*, sejam empíricas, profissionais, acadêmicas, culturais ou outras. Vê-se, mais uma vez, o quão amplo é o espaço à pesquisa maçônica, que não precisa ficar adstrita e restrita aos aspectos históricos e/ou simbólicos.

O fato incontestável é que manter uma plataforma (*blog*, *site* etc.), adquirir *softwares* (para pesquisa e aplicações estatísticas) e *hardwares*, manter atualizada uma biblioteca básica, assinar os melhores periódicos, editar, imprimir, traduzir etc. – tudo, absolutamente tudo, inclusive a dedicação de tempo – exigem recursos. Até mesmo as atividades voluntárias, “gratuitas”, possuem um custo, ainda que oculto: o voluntário deixou de realizar alguma atividade que poderia lhe ter proporcionado remuneração, deixou de aproveitar o tempo para o lazer, o repouso, ficar com a família etc. – todas estas são expressões de custos,

¹¹² Tradução nossa: “Não existe almoço grátis”.

ainda que ocultos aos olhos desatentos.

A figura do “cliente”, introduzida acima, também traz à pauta um conceito deveras importante no que ora se pode denominar “o novo ambiente” e, por conseguinte, “a nova forma de operar o sistema”: a noção de público-alvo. Há quem se interesse e reconheça o valor e, portanto, esteja disposto a pagar pelo produto/serviço oferecido pela LEP? Ou ela é (foi, será) o fruto do voluntarismo diletante de apenas alguns convictos da sua própria importância? Se há interessados, o que se pode dizer sobre eles – qual é o perfil dominante, onde estão (Lojas, regiões, Ritos etc.), quais as suas necessidades e expectativas em relação à LEP etc.? Há outras LEP atuantes na mesma jurisdição ou área de alcance da LEP cogitada? Em que aspectos a nova LEP se distingue das demais para despertar o interesse do público-alvo – ou será ela apenas mais uma na paisagem maçônica? A clareza sobre essas e outras questões está (deve estar) na base da constituição e organização da LEP: quais linhas de estudos e pesquisas serão priorizadas (foco de atuação, especialização)? Qual o perfil preferencial que será objeto de busca ativa para compor ou complementar o Quadro? Quais produtos/serviços serão ofertados no balcão? Qual forma de comunicação será privilegiada junto ao público-alvo? Reafirma-se, assim, a relevância do planejamento e o universo aberto à pesquisa.

Sem que seja necessário avançar em especificações e maior detalhamento (o que será visto nos próximos números), creio já ter ficado suficientemente claro que subjaz à proposta ora em tela a ideia de que a gestão das LEP (ASS-II) deve caminhar rumo à “profissionalização” das suas atividades, e que esta poderia ter sido efetivamente iniciada já há tempos, ainda quando parte (GEP) integrante da ASS-I. Essa Visão de Mercado não significa, em absoluto, a admissão e a defesa de que tudo o que se aplica a este é também aplicável (sem maiores considerações) à Maçonaria. Também não se está a sugerir que a Associação Maçônica atue tal como PJ Corporativa. Nestas, os excedentes financeiros (lucros) são, direta ou indiretamente, apropriados pelos acionistas; naquela, os eventuais ganhos (saldos dos projetos)

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

devem, obrigatoriamente, ser reinvestidos na atividade finalística, sendo inadmissíveis apropriações pessoais (por integrantes do Quadro) – o que significa maior aporte de recursos para as demais atividades: a LS e o DAS. Ademais, o profissionalismo na gestão das Associações em absolutamente nada compromete o universo de interesse e atuação das Lojas Simbólicas – a doutrina, a liturgia, a ritualística e o *core* da Maçonaria, o simbolismo. Paralelamente, quando a Inteligência Artificial está na pauta do dia, chega a ser inadmissível a convivência com o amadorismo, ainda que fraterno. Assim, para evitar os extremos, que se busque, no primeiro momento, o caminho do meio e seja delineada uma trajetória com etapas e metas.

Já à guisa dos encaminhamentos finais, por que não trazer para a Maçonaria uma prática já amplamente difundida mesmo entre os maçons do Brasil: o *crowdfunding* – financiamento coletivo –, a popular “vaquinha” entre os nacionais? Salvo melhor juízo, o modelo Associativo não obstaculiza a LEP contar com a colaboração (patrocínio) de terceiros já na sua gênese, inclusive de não-Iniciados, como os diletantes, mas também estudiosos e pesquisadores em geral. Claro que, nesse caso, deve haver um compromisso de entrega (motivação e recompensa) aos primeiros colaboradores, como o acesso antecipado, perpétuo ou não, ao material produzido pela LEP, bem como eventuais “horas de consultoria”. As noções de “cliente”, “público-alvo”, “concorrente”, “inovação”, explícitas ou implicitamente já sugeridas, subsidiariam e orientariam o direcionamento da campanha de *crowdfunding*. Obtido o financiamento para a instalação e a fundação da LEP, a sua manutenção também poderia seguir os mesmos moldes (igualmente intermediados pelas plataformas¹¹³), isto é, o financiamento via mercado, seja por meio de “assinaturas”¹¹⁴ (o que aumenta a regularidade e a previsibilidade do fluxo de caixa e reduz os riscos

¹¹³ Entre tantas, *vide*, por exemplo, a Catarse. Fonte: CARTASE. In: **Cartase**. Disponível em: <https://www.catarse.me/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

¹¹⁴ Pagamentos fixos e regulares (mensais, trimestrais, anualidades etc.), que podem ser cancelados a qualquer momento, o que induz o beneficiário a permanentemente buscar a atualização e a melhoria contínua do produto/serviço ofertado.

operacionais) ou de contribuições espontâneas de ocasião, durante a oferta de palestras e outros serviços – práticas já largamente disseminadas entre os *bloggers*. Essa atuação ancorada no mercado contribuiria, ainda, para separar o joio do trigo: identificar as LEP que, pela sua contribuição à Fraternidade e ao público-alvo, são consideradas merecedoras de patrocínio espontâneo para assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das atividades.

A questão do financiamento para abrir, manter e expandir uma LEP certamente não é de somenos importância, mas depende, antes de tudo, da amplitude e do escopo de atuação estabelecido pelos Associados. Todavia, em regra, ela comporta múltiplas nuances e apresenta várias opções, cada qual com vantagens e também desvantagens que devem ser criteriosamente sopesadas pelos Associados: 100% autofinanciada pelas mensalidades dos Associados; 100% autofinanciada, contando também com outras receitas próprias; 100% patrocinada pela Potência; financiamento compartilhado entre a Associação e a Potência; receitas de convênios (Projetos OSCIP); patrocínios privados; assinaturas; demais parcerias; entre outras modalidades. Talvez, o mais provável e recomendável seja um *mix* entre as diversas fontes. Em meio a tudo isso, importa considerar que o modelo de financiamento, ao mesmo tempo que deve assegurar a continuidade das atividades, não pode comprometer a independência intelectual do Quadro da LEP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco de A. **Fundações, Organizações Sociais e Agências Executivas** – OSCIP e outras modalidades de prestação de serviços públicos. São Paulo: LTr, 2000. ISBN 85-7322-890-3.

MELO, Letícia M. L. G. de; CAVALCANTE, Nathália M. W. Benefícios Fiscais e a Maçonaria: uma análise jurisprudencial. *In*: II

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

ENCONTRO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS – ENPEJUD: DECISÃO JUDICIAL: PROCESSO DECISÓRIO E PRECEDENTES. 2017, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, ENPEJUD – Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, 2017, p. 253-65. Disponível em: <https://enpejud.tjal.jus.br/index.php/exmpteste01/article/view/318>. Acesso em: 5 jul. 2025. ISBN: 978-85-93134-01-2.

PINHEIRO, Ivan A. Os Donos da Loja & Jogos de Poder.

Freemason. 5 maio 2023a. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/os-donos-da-loja-jogos-de-poder/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V. Iniciativas ocultas & benefícios públicos: uma conversa sobre Maçonaria e beneficência.

Freemason. 30 maio 2023b. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/beneficios-conversa-maconaria-beneficencia/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. A Associação que abriga a Loja Maçônica: um espaço à criatividade, alcances e desdobramentos gerenciais.

Freemason. 17 ago. 2023c. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/a-associacao-que-abriga-a-loja-maconica/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - I. **Freemason**. 8 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i/>. Acesso em 3 jul. 2025. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/05/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i.pdf>.

RAFAEL, Edson J. **Fundações e Direito** – 3.º Setor. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1997. ISBN 85-06-02660-1.

SCOTT, Leader. **Os Construtores da Catedral** – a história de uma grande guilda maçônica. Tradução: J. Filardo. São Paulo: Publicação independente, 2023. ISBN 978-65-00-73885-8.

SILVA, Claudia N.; MONTEIRO, Fernando. Maçonaria e maçons: entre a fala assistencialista e a prática da assistência social como política pública. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS, v. 10, n. 19, 2018.

EM BUSCA DA EXCELÊNCIA EM ESTUDOS & PESQUISAS (LEP – IX)

É chegado o momento de resgatar, reunir e ampliar as considerações sobre alguns tópicos dispersos apresentados nos números anteriores desta Série sobre as Lojas (Maçônicas) de Estudos e Pesquisas (LEP)¹¹⁵. Por exemplo, tecidas as considerações sobre a mentalidade e o perfil dos integrantes do Quadro da Loja (Pinheiro, 2025a), as seguintes questões se levantam: como reuni-los e colocá-los a trabalhar – e para fazer exatamente o quê? Por favor, não se entenda “colocá-los” como algo prescritivo, autoritário ou seus correlatos. Antes, deve ser entendido como o emprego de estratégias, técnicas e instrumentos motivacionais com vistas a harmonizar os objetivos individuais, da Loja e, por que não(?), da Potência. Afinal, como já foi afirmado em várias ocasiões, a LEP não deve(ria) ser considerada uma entidade isolada, mas, antes, como parte de um ecossistema, ainda que as suas raízes (na maioria das vezes) estejam firmadas na livre iniciativa de uns poucos empreendedores – o que, sem trocadilho, significa que surgiu “de baixo para cima”.

Em que pese as propaladas autonomia e liberdade existentes no contexto das Lojas Simbólicas, elas são, de fato, restritas – ora pelas questões doutrinárias e ritualísticas, ora contidas pelo aparato normativo das Potências, desde que, é claro, tudo seja rigorosamente observado. Nesse contexto, os desvios, se continuados, podem ocasionar disfuncionalidades, gerar excentricidades e até mesmo irregularidades¹¹⁶.

¹¹⁵ Que podem ser consultados em <https://bibliot3ca.com/> e <https://www.freemason.pt/>.

¹¹⁶ Ambas, a autonomia e a liberdade foram conferidas para que as Lojas tenham flexibilidade de ajuste visando ao melhor desempenho das suas atividades. Entretanto, a depender da Administração, em particular, e do Quadro, em geral, podem ser utilizadas para outras finalidades, inclusive o “nada fazer”, ou dar origem

Já no universo das LEP, a autonomia e a liberdade encontram, sem prejuízo, um espaço mais alargado para o exercício da flexibilidade criativa. Assim, em vez de uma prescrição rígida, pronta e acabada enquanto recomendação para a organização interna ao longo de uma trajetória – o que, à primeira vista, seria o mais adequado –, o que se segue é um contínuo de possibilidades abertas à reflexão, à complementação e ao devido ajuste nos casos concretos, apresentado sob a forma de um guia de orientação sugestiva.

Conforme já mencionado (Pinheiro, 2023; 2025b), antes de constituírem uma LEP, os precursores podem se organizar e trabalhar em caráter experimental¹¹⁷ no formato de um Grupo ou Centro de Estudos (G-CE). Este, por sua vez, pode ou não ser originário do Quadro da Loja Simbólica-mãe, complementado ou não com integrantes de outras Lojas Simbólicas (LS)¹¹⁸. Essas unidades podem então ser as células seminais, a gênese, o primeiro estágio rumo à constituição da futura LEP, já então com Carta Constitutiva e sujeita a todos os regramentos e formalidades emanados da Potência e dos órgãos reguladores – as autoridades civis. Por tudo o que já foi dito, são desaconselhadas as iniciativas voluntaristas, quase passionais, porque lastreadas tão somente nos laços de fraternidade, mas que passam ao largo dos estudos de viabilidade que contemplam os vários aspectos pertinentes ao empreendimento.

Trabalha-se, pois, com a perspectiva de um gradiente, que se inicia com uma modelagem mais simples (G-CE) e evolui até o reconhecimento como uma LEP. Em razão das diferenças já constatadas entre as LEP, seja por experiência direta do autor, seja pelas manifestações espontâneas ou provocadas já colhidas entre os Irmãos,

aos modos exóticos de trabalhar, o que, cedo ou tarde, leva à existência de diferenças incompreensíveis entre as liturgias das Lojas, ainda que no âmbito do mesmo Rito e Potência.

¹¹⁷ Para que os integrantes se conheçam melhor, avaliem as suas possibilidades (*expertises*, disponibilidades etc.) e amadureçam um plano de trabalho.

¹¹⁸ Que podem, inclusive, sem prejuízo às outras, firmar parcerias (Tratados de Amizade) com a LS-mãe.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Pinheiro (2025b, 2025c) estabeleceu uma categorização das LEP: há as “lep”, as “Lep”, as “LEp” e, por último, as “LEP”. Como, em última análise, o debate que se segue se dá em torno de Lojas-conceitos, tipos genéricos (ideias com alguma abstração), e não de casos concretos, o que então fora denominado como “lep”, na sequência, foi substituído por G-CE.

Como todo modelo, trata-se de uma representação esquemática de uma realidade – portanto, deliberadamente simplificada – com o intuito de, simultaneamente, (1) enquadrar as diversidades, agrupando-as em alguns poucos tipos, (2) sem perder a visão compreensiva (da totalidade) do fenômeno. Assim, pelo contraste das diferenças, é estimulado o pensamento crítico-analítico frente a casos concretos. Também é típico dos modelos dessa natureza acentuar as características-tipo (genéricas) situadas nos extremos, não obstante a maior frequência de casos se verifique a meio caminho. No caso em tela, os extremos são representados pelos G-CE e pelas LEP. Ademais, não se aplica aos tipos, quando comparados, qualquer juízo de valor. As diferenças encontradas devem ser consideradas etapas ou estágios de desenvolvimento e amadurecimento, com especificidades e complexidades crescentes, bem como, acredita-se, repercussão e reconhecimento junto ao público-alvo em razão das entregas proporcionadas.

Uma das questões centrais no estudo das Organizações¹¹⁹, que só não é a primeira porque requer estudos preliminares, diz respeito a descobrir quem surge primeiro: a estratégia ou a estrutura organizacional?¹²⁰ Ora, partindo do marco zero e sem quaisquer restrições¹²¹, não há dúvida de que a resposta é a primeira, afinal, é o

¹¹⁹ Na perspectiva adotada (Pinheiro, 2025a), tanto a Associação quanto a LS e a LEP são Organizações.

¹²⁰ A sua equivalente, no cotidiano, é: “quem surgiu primeiro: o ovo ou a galinha?”.

¹²¹ A hipótese da inexistência de restrições é uma idealização, pois, em regra, os recursos à disposição tendem a ser limitados. Todavia, o bom senso sugere que, antes de dar início a qualquer empreendimento, sejam vistas e revistas todas as condições, evitando-se aventuras e riscos que, não raro, repercutem sobre terceiros.

planejamento estratégico que viabiliza a concretização da Missão institucional. Nesse caso, a estrutura (espaço, equipe, tecnologia, tempo, patrimônio, recursos financeiros etc.) é então ordenada com vistas à implementação do planejamento e ao atingimento dos seus objetivos e metas. Todavia, passado algum tempo, não necessariamente muito, a administração perde graus de liberdade, e as atualizações estratégicas subsequentes, em alguma medida, serão delimitadas, quando não condicionadas, pelas estruturas já existentes. Contudo, é um equívoco atribuir à (última) estrutura vigente a condição de camisa de força, pois ela, à luz da revisão estratégica deliberada, também pode ser revista e reestruturada. Ademais, não raro uma alteração imprevista, por vezes compulsória e irreversível na estrutura (como a perda de um recurso-chave: uma liderança, uma fonte de financiamento, mudança legislativa, imprevistos de toda natureza – enchentes, incêndios etc.), obriga à revisão de ambas, da estratégia e da estrutura. Essa é uma lei universal, à qual são submetidos os indivíduos e as Organizações de toda a natureza, portanto, ignorá-la não é de bom alvedrio.

Por óbvio que seja, não custa relembrar esse aspecto, sobretudo no âmbito de uma Organização reconhecidamente conservadora como é o caso da Maçonaria, tão ciosa das suas Tradições mesmo quando já se perderam nos tempos as causas, as motivações e a razão de ser de alguns dos seus usos e costumes. Nesse ambiente, é uma realidade muito frequente não só a negação, mas também a luta contra qualquer proposição de mudança (inovação), independentemente dos argumentos a favor, mas que não têm como resistir à alegação de que “aqui sempre foi feito assim”. Todavia, como afirmava Heráclito¹²², tudo flui, tudo está em permanente devir. Assim, a circunstância de a Tradição possuir valor intrínseco não elide que ela, permanentemente, seja sopesada frente às possibilidades de inovação e renovação (Pinheiro; Dutra; Filardo, 2025), se não por outros motivos (sobreviver!), pelo que proclamou outro sábio da Antiguidade, Aristóteles¹²³ – *virtus in medium est*. Assim, o modelo esquemático, a seguir explicitado, é também uma

¹²² 500 – 450 a.C.

¹²³ 384 – 322 a.C.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

lembrança de que sempre há espaço para, em resposta às mudanças ambientais, melhorar (ser mais eficaz, efetivo e eficiente à luz da Missão institucional), quiçá crescer. Em síntese:

1. G-CE: a informalidade caracteriza esse estágio, quando não há qualquer traço de institucionalidade. Os Irmãos, todos Mestres, muitos já Mestres Instalados, reúnem-se, literalmente, por puro diletantismo, comportam-se como efetivos filósofos: sabem que não chegarão à sabedoria, mas estão dispostos a despende algum tempo e recursos para se afastarem da ignorância. As agendas são livres e flexíveis quanto:
 - 1.1. ao conteúdo – a escolha do tema (problema) a ser debatido é decidida pela maioria, podendo ser um tema de ocasião e sem qualquer preocupação com a eventual utilidade ou interesse de terceiros (uma LS, a Potência etc.);
 - 1.2. ao cronograma - as datas são acordadas conforme a disponibilidade e a conveniência da maioria;
 - 1.3. ao local - não há endereço fixo, portanto, o ponto de encontro pode ser escolhido por rodízio entre os participantes *ad hoc*;
 - 1.4. às contribuições: cada um leva ao grupo conhecimentos condizentes ao seu *background*, seja ele acadêmico, profissional ou constituído pelas vivências em geral;
 - 1.5. à metodologia: as atividades se desenvolvem sem preocupações com registros ou emprego de métodos específicos;

- 1.6. às finanças: os custos são individuais e, quando for o caso, rateados entre os participantes – tudo gira em torno dos CPF¹²⁴;
- 1.7. finalmente, aos resultados finais: não há compromisso, mas nada impede o compartilhamento e a divulgação junto à comunidade maçônica acerca dos eventuais saberes adquiridos ou refinados nos encontros;
2. Lep: o segundo estágio corresponde à fundação e ao recebimento da Carta Constitutiva com autorização para atuar como Loja de Estudos e Pesquisas:
 - 2.1. se a etapa anterior (G-CE) foi bem-sucedida, ser uma “Lep” surge antes e acima de tudo como uma condição necessária, identificada pelo Quadro, para o atingimento dos (novos, mais exigentes e elevados) objetivos e metas, bem como para a assunção de responsabilidades e compromissos. Por via de regra, o ponto de partida é a institucionalização das atividades no contexto do ecossistema maçônico (a começar junto à Potência), o que tem início com o seu reconhecimento como Pessoa Jurídica. Nesse momento, o CNPJ¹²⁵ adquire, então, primazia sobre os CPF dos integrantes – caso contrário, qual o sentido de constituir uma Lep?
 - 2.2. é quando têm início, por exemplo, outras formalidades: dia, horário e local fixos (tornados públicos) para as reuniões, que, então, devem ser antecedidas de convocações e ter as suas atividades registradas (atas). A Lep deve ainda atender às demais exigências, tanto as internas à Potência (Constituição, Regimento e demais marcos regulatórios, eleições para a escolha da Administração, dar publicidade

¹²⁴ Cadastro de Pessoa Física.

¹²⁵ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

aos seus atos, prestar contas etc.) quanto as externas, emanadas pelo poder público, ao qual se submete em razão da sua condição como Pessoa Jurídica de direito privado - Associação;

2.3. estratégia *vs.* estrutura:

2.3.1.1. se a Lep vivenciou o estágio como G-CE, o que se espera é que o Quadro tenha fixado objetivos e metas, bem como delineado estratégias alinhadas com as habilidades e as competências dos seus fundadores (a estrutura básica) – o que não a impede de, doravante promover buscas ativas com vistas a complementar o Quadro, preenchendo as lacunas correspondentes às necessidades identificadas;

2.3.1.2. caso contrário, tudo pode acontecer, inclusive a sua estagnação no estágio anterior à passagem de G-CE à Lep, pois, conforme já esclarecera Sêneca:

O arqueiro deve saber o que ele está tentando atingir; então deve apontar e controlar a arma por sua habilidade. Nossos planos malogram porque não têm objetivo. Quando um homem não sabe a qual porto ele está indo, nenhum vento é o vento certo¹²⁶.

2.4. a formalização, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades seguirão o curso e o ritmo na razão direta do esforço e do comprometimento do Quadro. Dado que o CNPJ passa a se sobrepor aos CPF, a Administração deve

¹²⁶ Trata-se da epístola (carta) LXXI – *Sobre o Bem Supremo*, de Sêneca (4 a.C. – 65), dirigida a Lucílio. Fonte: SÊNECA. Carta 71: Sobre o Bem Supremo. In: **O Estoico**. 18 jan. 2020. Disponível em: <https://www.estoico.com.br/1304/sobre-o-bem-supremo/>. Acesso em: 16 jul. 25. Outras Cartas podem ser vistas em Sêneca (2009).

se ocupar em incentivar o envolvimento do maior número de integrantes nas atividades e nos empreendimentos da agora Lep, sem prejuízo às livres iniciativas;

- 2.5. enquanto um G-CE, as reuniões não apresentavam sinais de que eram um encontro de maçons. Já na condição de Lep, cria-se a necessidade, para alguns, de introduzir elementos ritualísticos em todas as reuniões, notadamente na abertura no fechamento dos trabalhos, independentemente do lugar (seja em um Templo ou não). Todavia, isso não é um consenso, tampouco há normativa específica (pelo menos que se conheça), o que, em última análise, deixa a escolha a critério da Administração, cujas práticas, se continuadas, dão então origem aos usos e costumes da Loja;
3. LEp: já constituída enquanto Loja, a próxima etapa, natural, é a maior dedicação aos estudos – por oportuno, recomenda-se a leitura dos primeiros textos desta Série, que abordaram largamente a questão (significado) do Estudo (combinado à Pesquisa) no contexto ora em foco;
 - 3.1. nessa etapa, para o maior aproveitamento dos estudos, é possível recorrer a um expediente muito simples sugerido por Giannetti (2002): a escolha do tema a ser debatido em cada encontro deve se fazer acompanhar de um responsável pela elaboração do texto (de tamanho limitado), que, previamente distribuído, orientará as reflexões do Quadro. Parecem evidentes os objetivos do proponente: (i) eliminar a possibilidade de que, no “dia D”, a matéria a ser debatida seja de duvidosa relevância, o que, na ausência da iniciativa (leia-se: planejamento), teria a chance de ocorrência aumentada; (ii) proporcionar tempo para que cada um possa se preparar para qualificar o futuro debate; (iii) conferir direcionamento à reunião, evitando a habitual dispersão temática; e, (iv) ao assegurar que pelo menos integrante um

tenha domínio sobre o assunto, fica encaminhada, também, a coordenação da atividade. A limitação do tamanho do texto é uma estratégia para levar o redator à seleção, em meio à diversidade encontrada na bibliografia, dos assuntos julgados mais relevantes para serem levados a debate no grupo. Além disso, também proporciona o inventário de questões subsidiárias, que, por terem sido excluídas da seleção inicial, poderão ser oralmente expostas ao grupo, o que evita o silêncio típico de quando ninguém tem algo a acrescentar. É importante observar que, se o objetivo é a sabedoria, nada deve escapar ao gerenciamento nem ser deixado ao acaso – a passagem do G-CE à condição de Lep e, depois, à LEp requer e pressupõe esse amadurecimento do Quadro;

- 3.2. nessa linha, sucede ao debate a elaboração de um texto que explora os principais tópicos e análises realizadas, e consolida as reflexões, assim como as questões que permaneceram abertas para futuros debates. É de se notar que os 2 (dois) textos, o de abertura e o de fechamento, são exercícios preparatórios para o terceiro, também a ser refinado pelo Quadro, mas já com o propósito de ser compartilhado, seja nas LS dos signatários, por meio das respectivas redes sociais, *blogs* abertos (públicos), ou mesmo submetido à publicação em veículos com Conselho de Avaliadores;
- 3.3. assim, a LEp, coletivamente, não só reúne, aos poucos, um rol de referências bibliográficas (por oportuno, tanto os autores quanto as respectivas obras também devem ser objeto de debates), como constitui um acervo com as suas produções autorais. Não menos importante é o fato de ela desenvolver e aprimorar a atividade colaborativa (da pesquisa bibliográfica ao debate qualificado), exercitar a comunicação escrita, apresentar-se à comunidade relevante

e, mediante a crítica externa, poder aprimorar os seus procedimentos e enriquecer as suas iniciativas. Esse empreendimento pode ser sobremodo facilitado e alavancado por meio da leitura (e debate), entre tantos, de Adler e Doren (2010), Payot (2018), Riboulet (2019) e Sertillanges (2019) – textos que certamente proporcionarão grande empuxo e qualificação às atividades da próxima etapa;

4. LEP: a ascensão na curva de experiência representada pelas etapas anteriores robustece e prepara a Loja para o que é (deve ser) a função precípua de uma LEP no ecossistema: a geração (por meio da pesquisa) e a difusão de conhecimentos inovadores, isto é, que acresçam e complementem a literatura já existente. Esta, vista como necessária, indispensável até, muitas vezes já é insuficiente à luz dos novos propósitos. Por essa razão, em complemento à etapa anterior, ela é agora considerada como o ponto de partida das reflexões que orientarão os empreendimentos (pesquisas) que visam a responder às questões ainda em aberto, controversas, à espera de um olhar sob uma perspectiva diferenciada. Por oportuno, se a ideia de inovação é ampla o suficiente para contemplar ajustes às especificidades (locais, conjunturais etc.), essa amplitude não pode servir para abranger (e justificar como inovadora) “qualquer coisa”, sobretudo quando fica evidente (para os leitores mais instruídos) que aquele adjetivo decorre da falta de conhecimento da realidade já descrita na literatura. Como já está pacificado que, às LEP, não cabe produzir “mais do mesmo”, ressalte-se a importância de a etapa anterior (LEp) estar suficientemente amadurecida antes de passar à condição de LEP;
- 4.1. nessa etapa da sua trajetória, com elevado grau de maturidade, os processos internos já estão em grande medida institucionalizados:

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

- 4.1.1. elaborada com grande antecedência, salvo motivo de força maior, a agenda é rígida: todos sabem que no dia X, o tema Y será debatido, e o condutor da reunião será A. Nada impede¹²⁷ que, ocasionalmente, pessoas de notório saber (em relação ao tema), Iniciadas ou não, sejam convidadas a participar dos debates. A agenda, é sabido, não se esgota com as atividades de Estudo e Pesquisa (E&P), e as demais atividades, administrativas e burocráticas, tanto quanto possível, podem (e, idealmente, devem) ser equacionadas via utilização de tecnologias de comunicação a distância e assíncronas, para que o tempo de reunião presencial seja, predominantemente, alocado à função precípua da Loja;
- 4.1.2. não obstante o Quadro, já numeroso, encontrar-se departamentalizado por áreas de competências (conhecimento especializado), o intercâmbio entre elas é intenso, e seus integrantes (de acordo com as suas disponibilidades e condições de entrega) são também estimulados a participar de mais de uma área ou subgrupo. Assim, ao contrário (mas sem prejuízo) dos agrupamentos espontâneos e por afinidade de temperamento e personalidade (típicos da primeira fase: G-CE), as aproximações no contexto de uma LEP são motivadas por afinidades temáticas e intelectuais. Buscam-se, então, sinergias capazes de satisfazer os anseios que resultarão na produção de novos conhecimentos (inovadores) e quicá produtos/serviços (palestras, publicações etc.);
- 4.1.3. considerando que atualmente são raros os polímatas (como eram os maçons que integravam a *Royal Society*

¹²⁷ A não ser a “questão ritualística” acima referida.

e outras instituições), a departamentalização temática é também uma estratégia para superar as limitações individuais. Contudo, nem mesmo os grupos específicos conseguem ser proficientes em todos os assuntos que lhes concernem, razão pela qual a Loja deve focar a sua atuação em algumas poucas áreas temáticas nas quais pode vir a ser a referência, como, por exemplo: Perspectiva Histórica, Rito(s), Simbologia, Maçonaria & Sociedade, Gestão etc. Ademais, cada um desses temas guarda-chuvas comporta desdobramentos: a Perspectiva Histórica pode ser desdobrada em História Comparada (países, Ritos, períodos etc.); a Maçonaria Brasileira, em regional, por jurisdição, Potências etc.; a Maçonaria & Sociedade, em Beneficência & Filantropia, entre outras. Em síntese: a primeira departamentalização tende a ser conforme à estrutura já existente, produto da evolução espontânea da Loja, mas nada impede, à luz de novas diretrizes, a busca ativa por abrir novas áreas e desenvolver competências até então inexistentes. Por exemplo, se a Potência oferece 4 (quatro) Ritos, é de se esperar que pelo menos uma LEP conte com pelo menos um membro proficiente em cada um dos Ritos¹²⁸, e o mesmo raciocínio se aplica à História da maçonaria local. Note-se, também por isso, a conveniência da ação articulada entre as LEP, que poderá ser conduzida de moto-próprio ou induzida pela Potência;

- 4.1.4. os projetos de pesquisa – individuais ou elaborados via parcerias internas ou entre as áreas (e/ou com a cooperação externa) – são pautados e levados ao

¹²⁸ Aqui, por certo, deve se aplicar a especialização por concentração espaço-regional de Lojas & Ritos: se em determinada região todas as Lojas praticam o Rito A, é sobre este que a LEP regional deve reunir proficiência.

conhecimento do Quadro, cujos membros, após debate, poderão ou não aderir à participação;

4.1.4.1. a sugestão de que a Loja tenha um foco de atuação favorece que ela (CNPJ) se constitua em uma referência (local, regional ou nacional) nas matérias às quais se dedica, mas nada impede que os seus integrantes (CPF) de escol também se envolvam e desenvolvam E&P sobre outros domínios;

- 4.2. experiente, seja por meio das iniciativas individuais ou para compartilhar os produtos/serviços dos trabalhos em equipe, a Loja participa ativamente dos editais seletivos, aos quais submete os resultados das suas pesquisas e ensaios. Ademais, mantém contato assíduo com outras Lojas e pesquisadores, nacionais e internacionais, com os quais eventualmente firma parcerias, inclusive com não-Iniciados, independentemente do gênero. Mantém-se, também, atualizada com as publicações dos E&P veiculados nos principais periódicos nacionais e internacionais;
- 4.3. em razão da projeção alcançada, a Loja é a referência predominante em seu ambiente de influência institucional. Além de geradora de conhecimentos, catalisa novas iniciativas mediante a transferência de tecnologia (o saber-fazer no seu domínio), toma a frente da realização de eventos (seminários, concursos, cursos etc. – presenciais ou a distância) e, frequentemente, é demandada a colaborar para as Lojas Simbólicas, mas também para os empreendimentos das suas congêneres;
- 4.4. por fim, o crescimento e o êxito alcançados, contrariando a boa norma, chegam mesmo a comprometer a estabilidade do planejamento: tantas são as demandas que, para atendê-

las a contento, a Administração se vê compelida a solicitar a colaboração de todos e eventualmente dividir a equipe. Assim, enquanto alguns realizam estudos internos, outros estão em pesquisa de campo, e um terceiro grupo encontra-se em trânsito para apresentar um seminário. Planejar as novas estratégias e estruturas é o próximo passo natural.

Finalmente, conforme esclarecido, as etapas (1 a 4) apresentadas e descritas acima, quando reunidas, constituem um modelo esquemático que combina elementos reais com expectativas (razoáveis e coerentes) para bem caracterizá-las e discriminá-las. Ao não apresentar as LEP como um fenômeno único, pronto e acabado desde a sua fundação (como se inexistissem perspectivas de crescimento, melhoria e diferenciação por especialização), mas, antes, como uma sucessão de etapas, o objetivo foi chamar a atenção para o fato de que, parafraseando Buda, “toda grande caminhada começa com um simples passo”¹²⁹. Ademais, deve-se lembrar que nada surge por geração espontânea, é preciso intencionalidade e, no caso das LEP, cooperação, como de sorte ocorre com a maioria dos empreendimentos. Se assim não for, dificilmente uma LEP poderá ser considerada uma herdeira e seguidora da Loja-mãe, a *Quatuor Coronati*. Não dá para deixar de observar que este olhar em perspectiva vai plenamente ao encontro do que caracteriza as Escolas Iniciáticas: o estudo e as descobertas são graduais, mas há que ter objetivos e metas, um ideal a ser perseguido.

Para não estender em demasia este texto, no próximo e último número desta Série serão apresentados os entraves, mas também as

¹²⁹ Buda (563 – 483 a.C.). Fonte: **O Pensador**. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/OTMxMTQw/>. Acesso em: 16 jul. 2025. Há uma variação, atribuída a Lao-Tsé (? – 531 a.C.): “Uma longa viagem começa com um único passo” (Fonte: **O Pensador**. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTYxNQ/>). Qualquer que seja a versão, ambas apontam que os grandes empreendimentos só são percebidos como tais (grandes) ao final, pois o processo se desenvolve passo a passo, dia após dia, pelo que demandam visão de longo prazo, tempo, paciência, tenacidade, entre outros atributos, considerados virtudes na Ordem.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

oportunidades de E&P na Maçonaria, em particular no cenário brasileiro. Nele, serão tecidas considerações tanto sobre os aspectos culturais, mais abrangentes, quanto sobre as questões políticas internas, determinantes para que a cooperação, neste domínio, seja pouco mais do que uma bandeira discursiva conveniente que não cria mecanismos e projetos efetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Mortimer J.; DOREN, Charles van. **Como Ler Livros** – o guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: É Realizações, 2010. ISBN 978-85-88062-89-4.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. ISBN 978-85-359-0297-6.

PAYOT, Jules. **A Educação da Vontade**. São Paulo: Kírión (CEDET), 2018. ISBN 978-85-94090-16-4.

PINHEIRO, Ivan A. A Associação que abriga a Loja Maçônica: um espaço à criatividade, alcances e desdobramentos gerenciais.

Freemason. 17 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.freemason.pt/a-associacao-que-abriga-a-loja-maconica/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - VII. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 21 jun. 2025a. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/sobre-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-vii/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - VIII. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 9 jul. 2025b. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-viii/>.

pesquisas-viii/. Acesso em: 9 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - I. **Freemason**. 8 abr. 2025c. Disponível em: <https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i/>. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/05/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V.; FILARDO, José. O Repto da Modernização e a Arte Real. *In*: AMVBL – Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (Org.). **Os Desafios da Maçonaria na Contemporaneidade** – tecnologia, olhares e impactos na sociedade. Brasília, DF: Publicação independente, 2025. p. 55-81.

RIBOULET, Louis. **Conselhos sobre o Trabalho Intelectual**. Campinas, SP: Kíron (CEDET), 2019. ISBN 978-85-94090-15-7.

SÊNECA, Lúcio A. **Aprendendo a Viver** – cartas a Lucílio. Porto Alegre: L&PM, 2009. ISBN 978-85-254-1718-3.

SERTILLANGES, Antonin-Dalmace. **A Vida Intelectual** – seu espírito, suas condições, seus métodos. Campinas, SP: Kíron (CEDET), 2019. ISBN 978-85-94090-19-5.

ENTRAVES, POSSIBILIDADES E ALCANCES DA PESQUISA MAÇÔNICA NO BRASIL (LEP – X)

Ao longo da Série “Sobre as Lojas (Maçônicas) de Estudos e Pesquisas (LEP)”, publicada pelos *blogs* Bibliot3ca Fernando Pessoa¹³⁰ e *Freemason*¹³¹, eu procurei explorar um tema sobre o qual praticamente inexistem trabalhos no Brasil – realidade que não passa despercebida, afinal, estudo e pesquisa (E&P) são expressões presentes na maioria dos textos maçônicos, surgindo mesmo como enfáticas recomendações independentemente de as matérias aludirem ou não às LEP. Desde o primeiro texto, foi deixado claro que o intento não era exaurir o tema, mas, antes, trazer à lume, para estimular as reflexões e o debate, alguns pontos que, a juízo do autor, foram considerados relevantes. Assim, não só praticamente todos os assuntos já comentados ainda comportam reflexões complementares e desdobramentos, como existem outros tantos à espera de serem explorados. Admitindo-se que os caminhos já foram (em parte) delineados, a pavimentação caberá, doravante, àqueles que se dispuserem a continuar o empreendimento. Há ainda, como a seguir se dará a conhecer, muito a ser feito.

A ausência de trabalhos sobre as LEP é, em si mesma, um sinal da existência de algum problema, qual seja: a falta de clareza acerca do que elas são. Quais são os propósitos que as justificam enquanto espécie do gênero Loja? Ou, quiçá, o entendimento de que elas, se não se equiparam às Lojas Simbólicas (LS), não são suficientemente diferenciadas destas (LS) a ponto de serem merecedoras, elas mesmas (as LEP), de E&P específicas. Por que não são conhecidas pelo seu próprio público? Partindo-se dessas conjecturas, vários aspectos foram apreciados ao longo da Série e, se há semelhanças, há também singularidades que

¹³⁰ Website: <https://bibliot3ca.com/>.

¹³¹ Website: <https://www.freemason.pt/>.

distinguem as LEP das LS – o que, salvo melhor juízo, é suficiente para considerar, sim, as primeiras como objetos específicos merecedores de acompanhamento, estudos e pesquisas. Hoje, quantas LEP existem no Brasil? Onde elas estão (regiões, Potências etc.)? Quantos Irmãos elas congregam? Como têm operado? Que tipo de interação mantêm com as LS e as demais instituições do ecossistema? Qual a natureza das suas entregas (ensaios críticos, reproduções históricas, resenhas, pesquisas inovadoras ou outras) ao público-alvo e quais as evidências acerca da sua relevância etc.? As respostas a essas e a tantas outras questões ainda são desconhecidas.

Por oportuno, aproveito para “dar uma dica”: não sabe sobre o que pesquisar e escrever? Uma olhada panorâmica por sobre a literatura deixa à vista os temas ainda não abordados ou, se já abordados, talvez de modo insuficiente – avaliação que por si só descortina as perspectivas abertas à exploração. Está aí, pois, a oportunidade para se afastar dos aspectos meramente históricos e/ou do chamado “mais do mesmo”!

Ao longo da Série, por mais de um momento foi mencionada a dificuldade de fazer pesquisa maçônica no Brasil. Isso muitas vezes conduz a uma situação que beira ao paradoxo: os pesquisadores que se aventuram em sair da trilha histórica por vezes se arriscam a trabalhar e a fazer afirmações (generalizadas¹³²) baseadas em dados que, em sua origem, são insuficientes para sustentar os seus argumentos, pois são baseados em estudos de caso ou em estudos amostrais com poucos eventos e sem que tenham observado, minimamente, critérios de representatividade e outros – *vide*, por exemplo, Pinheiro, Dutra e Mendes (2023). Todavia, mesmo assim e não sem cautela¹³³, os pesquisadores assim procedem porque os poucos dados disponíveis vão ao encontro das suas percepções e das suas experiências, reforçando-as e formando convicções, ainda que não devidamente sistematizadas em estudos com representatividade estatística. Entretanto, se os estudos e

¹³² A exemplo dos maçons no Brasil.

¹³³ “Há indícios”, “é possível que”, “aguarda-se confirmação”, entre outras, são as expressões então utilizadas.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

as pesquisas (como afirmado em vários textos) são as bases para a tomada de decisão, é possível que estas venham a estar equivocadas.

Existe a possibilidade e meios exequíveis de alterar essa realidade? Acredita-se que sim, e os meios serão vistos na sequência. Antes, para tecer considerações sobre o futuro desse campo, são necessários alguns esforços: o primeiro visa a reunir os motivos que levaram a essa situação – às dificuldades; o segundo pretende refletir, a partir dos motivos levantados, sobre as possibilidades de mudanças – é o que se propõe na sequência. Tanto no que se refere aos primeiros (os motivos) quanto ao segundo (as reflexões), não há como fugir das conjecturas. Circunstancialmente, também serão levantadas hipóteses à espera de comprovação ou contestação lastreadas em futuros projetos de E&P, seja por meio de reflexões teóricas (a partir, por exemplo, do já constatado em outros países) ou de atividades de campo no Brasil – se não na sua totalidade, por uma ou outra Potência.

Na sequência, passo em revista, sem pretensão de exaustividade, alguns motivos que identifico como entraves para o desenvolvimento do E&P no âmbito da Maçonaria brasileira, sem estabelecer, com isso, uma ordem de relevância. Ato contínuo, alinho algumas iniciativas junto a cada motivo – as quais, imagino, podem contribuir para alterar o quadro delineado e aumentar o alcance e a relevância das LEP. Esses motivos devem ser vistos como complementares aos já apresentados e discutidos nos números anteriores desta Série, como, por exemplo, a necessidade de trazer para as LEP os usos e costumes já disseminados nas LS de origem dos Quadros, notadamente a indicação e a seleção estritamente baseadas na amizade. Na mesma linha, as LEP não podem ser consideradas muletas das LS, isto é, não devem preencher as lacunas (históricas, doutrinárias, simbólicas etc.) deixadas em aberto por estas últimas.

No entanto, se não é possível, por um lado, hierarquizar e priorizar os mais diversos motivos que ora apresento, por outro, parece ser claro e certo que as iniciativas exigem alinhamento, convergência de

intenções e algum grau de coordenação em sua implementação no curso de um horizonte de tempo. Algumas medidas – notadamente aquelas que implicam mudanças culturais – podem, à primeira vista, parecer de difícil implementação, em parte porque requerem o envolvimento simultâneo de vários coletivos. Todavia, tão logo sejam postas em movimento (induzidas¹³⁴) por alguma liderança, essas medidas podem, por si mesmas, catalisar uma reação em cadeia, um efetivo círculo virtuoso, pela evidência dos seus resultados. Outras medidas, entretanto, apresentam graus de liberdade mais amplos, pois têm menos dependência de agentes externos, e podem ser implementadas a critério¹³⁵ das Lojas e das Potências, e/ou de acordo com as parcerias firmadas com as Academias Maçônicas, Universidades, Organizações Paramaçônicas e/ou outras cujo alinhamento seja mais imediato.

Isolados, deixados ao léu (isto é, submetidos, eventualmente, a interesses pessoais estranhos à Ordem) e, sobretudo, pela força do conjunto, cada um dos motivos abaixo (e outros já mencionados) podem exercer (a depender da gestão e das lideranças) efeitos devastadores e, inclusive, ir de encontro aos objetivos mais fundamentais da Maçonaria. Isso significa que, *interna corporis*, há forças que, a longo prazo, atuam no sentido de comprometer, se não a sua existência, o significado e a missão que o imaginário ainda hoje alimenta. Na sequência, são apresentados os motivos para tal: 1) a cultura do segredo; 2) a Tradição; 3) a pluralidade rival; 4) o individualismo; 5) o papel dos editores; 6) a estrutura organizacional da maçonaria brasileira; e, por fim, 7) os veículos de divulgação.

1. a cultura do segredo possui vários elos históricos. Embora nem todos concordem ou considerem relevante, muitos insistem em retroagir à Antiguidade para situar a origem da Ordem, vista então como legatária das Ordens Iniciáticas, cujas atividades eram envoltas em mistério e cujos saberes esotéricos (privados, restritos aos Iniciados) deveriam ser mantidos apartados daqueles

¹³⁴ Via regulamentação, criação de incentivos etc.

¹³⁵ Quando, como, onde, em caráter experimental etc.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

exotéricos (tornados públicos). Isso porque especulavam sobre os primeiros princípios (*archê*): a origem da vida, a natureza da alma, sobre a morte, o tempo, a eternidade, a metempsicose, a ressurreição, os ciclos do eterno retorno (vida-morte-vida-morte...) e temas correlatos no domínio da metafísica. Entre os exemplos mais citados, encontram-se a Escola Pitagórica (Conte, 2010), os Ritos e os Mistérios de Elêusis¹³⁶ (Wright, 2004), bem como o Orfismo (Casoretti; 2010, 2014; Reale, 2012). Com efeito, os leitores que se aventurarem em meio à bibliografia citada encontrarão várias semelhanças entre os cultos realizados nas Escolas de Mistérios e os Ritos de Passagem (as sucessivas Iniciações) ainda hoje praticados na Maçonaria. Entretanto, como esclarecido por Muniz (2016, p. 22): “[...] há um mundo de distância entre elas [as antigas religiões, as escolas de mistérios] e a Franco-Maçonaria”.

Há também os que, retroagindo ainda mais no tempo, buscam as origens nos Mistérios do Antigo Egito, da Babilônia e da Pérsia, por onde, há registros, teriam passado Pitágoras¹³⁷, Platão¹³⁸ e outros que assinaram as primeiras páginas da História. Controvérsias à parte (e há muitas), esse é um entre os vários motivos por que nem sempre é fácil distinguir a realidade dos mitos e das lendas – tendo estas as preferências (sendo admitidas como verdadeiras) do imaginário popular (leia-se: maçônico). O fato é que a cultura do segredo e a do conhecimento esotérico são muito presentes na Ordem, o que resulta, pelos mais diversos procedimentos (resistência velada, ostensiva, postergações, tergiversações¹³⁹ etc.), em constrangimentos aos que se aventuram em

¹³⁶ Cidade grega localizada na Ática.

¹³⁷ Não só passado, em trânsito, mas vivido e convivido com os sábios locais, com os sacerdotes e, consta, tendo sido Iniciado nos Mistérios (570 – 495 a.C.). Prisioneiro, foi levado para a Babilônia, onde também conviveu com os sacerdotes locais e teve acesso a novos mistérios.

¹³⁸ 428/7 – 348/7 a.C.

¹³⁹ Por exemplo, alegar que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei Federal nº 13.709/2018 e/ou outros instrumentos normativos relacionados à ética impedem a realização de E&P a partir dos cadastros maçônicos.

sair da caverna (Platão, 2000) ou alçar voos nas alturas inimagináveis (Bach, 2017) – e não se exclui que, por vezes, isso se dê inadvertidamente.

- 1.1. o próximo elo pode ser representado pelos movimentos gnósticos. Muito atuantes na fase inicial da Ordem, nos primeiros séculos do cristianismo, esses movimentos deixaram traços indeléveis de um misticismo que, ainda muito presente em alguns Ritos, também contribui para a cultura do sigilo e da interioridade;
- 1.2. os sinais, toques e palavras que, durante o Medievo, eram formas de comunicação e identificação entre os integrantes das guildas de ofício¹⁴⁰, ao lado da profunda religiosidade (católica) lastreada no conhecimento revelado, mantiveram unida a corrente do sigilo que liga a Antiguidade à Modernidade;
- 1.3. nesta, sobretudo desde o Iluminismo, quando a Maçonaria Especulativa sucede a Operativa, a cultura do segredo adquiriu novas razões de ser, como é o caso das questões de segurança em face dos riscos relativos às disputas (ora dinásticas, ora religiosas) pelo poder político – frequentes e disseminadas por entre os Estados autônomos em processo de formação. Assim, ao longo da História, não faltaram motivos para acentuar, na Ordem, a cultura do segredo;
- 1.4. esse brevíssimo histórico acerca do segredo estimula a especular se, no futuro, sem que hoje se saiba o quê e nem

¹⁴⁰ Por oportuno, é importante lembrar que tais práticas não eram exclusivas aos pedreiros (Muniz, 2016; Gould, 2023), mas comuns às guildas dos demais ofícios, e o objetivo principal era assegurar o monopólio do (e no) mercado de trabalho, bem como constituir e manter uma ética interna. Todavia, para o público externo, desde aqueles tempos e até os dias atuais, o discurso da regulamentação “sindical” teve (e tem) o foco dirigido para a manutenção da qualidade (e atualmente inovação) dos serviços prestados.

o porquê, não surgirá algo que levará muitos a desejarem a manutenção da cultura do segredo. Sabe-se lá! Desse modo, seja por falta de conhecimento ou adequação aos tempos, seja por interesse de alguns (o que também é provável), o segredo já é parte e compõe a Tradição na qual se inscreve a Ordem.

2. Não se sabe se por desconhecimento ou não, a Tradição – por vezes referida como conservadorismo – é entendida (equivocadamente) como algo imutável – o que talvez também explique a reduzida importância e apoio às iniciativas (E&P) que possam resultar em propostas de mudanças de qualquer natureza, sobretudo aquelas consideradas mais radicais, a exemplo da chamada “questão de gênero”. Na prática, a Tradição, quando trazida à contemporaneidade, assemelha-se ao Navio (por vezes referido como paradoxo) de Teseu;

- 2.1. ainda no âmbito da Tradição, conforme consta em Pinheiro (2023a), “[...] um dos usos e costumes mais disseminados (não sem razão) na Maçonaria [...] é o elogio. No momento adequado, reveste-se de naturalidade, sinceridade e sinaliza o reconhecimento (os psicólogos o denominam de reforço positivo) que motiva, portanto, deve ser continuado e estimulado. De outro lado, se amplamente generalizado para todos e para qualquer realização, o elogio tende a depreciar-se, não mais aponta para algo singular e meritório; consequência: tem o significado reduzido e o efeito (desejado) eliminado. Ademais, se, de um lado, o efeito do elogio é capaz de alavancar as futuras realizações, de outro, não pode ser perdido de vista que é a crítica justa, ponderada e oportuna que aponta os caminhos para a correção e a melhoria; dessarte, tanto o *feedback* positivo quanto o negativo contribuem para o atingimento dos objetivos”. Em outros termos, alerta-se para a existência de um risco: o elogio pode induzir à inércia (o autorreconhecimento de já

saber); a crítica, ao contrário, tende a provocar iniciativas que levam à saída da zona de conforto, o que, no caso, significa mais E&P, inicialmente bibliográficas. Em regra, a melhor postura parece ser a socrática: “tudo o que sei é que nada sei” – o reconhecimento da ignorância e a dúvida permanente são as plataformas para alçar os voos mais altos;

- 2.2. também no mesmo texto, em que analisa falácias habituais no seio da Ordem, o autor chama a atenção para outro lugar-comum na Maçonaria: “[...] a interpretação simbólica é livre, cada um interpreta como quer e de acordo com o seu nível” (Pinheiro, 2023a). Por ser parcialmente verdadeira, a afirmação pode levar (e tem levado) à aceitação de “qualquer coisa”, sem que se perceba o compromisso com o estudo mais acurado, histórica e doutrinariamente contextualizado – condição diante da qual a interpretação, quiçá, adquira sentido. Se não for efetivamente evitada e impedida, essa falácia pode contaminar a Loja e desestimular até mesmo o mais zeloso dos futuros Iniciados;
- 2.3. por fim, embora a crítica interna esteja cada vez mais presente e publicizada, ela ainda confronta a Lenda do Ofício, a crença em um mundo de personagens idealizadas, distantes da realidade do cotidiano.
3. a pluralidade rival. A Maçonaria, é sabido, não é monolítica. Hoje, ela se apresenta sob a forma de incontáveis Ritos, alguns tão diferentes entre si, como o Moderno e o Escocês Retificado (Pinheiro e Piva, 2025), que custa crer que estejam ao abrigo da mesma instituição. Para o leitor que desconhece ambos, a título de exemplo, tome-se 2 (dois) celebrados autores, B. Espinoza¹⁴¹ e

¹⁴¹ 1632 – 1677. Sobre ele, lê-se que foi “um dos primeiros pensadores do Iluminismo e da crítica bíblica moderna, incluindo das modernas concepções de si mesmo e do universo, ele veio a ser considerado um dos grandes racionalistas da

J. Böhme¹⁴²: enquanto o primeiro transita com desenvoltura e tem a sua contribuição reconhecida entre os adeptos do Rito Moderno (Costa, 2020), o segundo chega a ser inadmissível (um herege); de outra parte, jamais se esperaria ver Espinoza debatido, tampouco aceito pelos praticantes do Rito Escocês Retificado (RER), e isso pelos mesmos motivos, mas em perspectiva oposta: também considerado um herege. Outro sinal da distância (visão de mundo, doutrina etc.) entre os 2 (dois) Ritos: *Ecce Homo* é título comum a 2 (duas) obras que focam o mesmo argumento sob perspectivas radicalmente distintas: a primeira, escrita por F. Nietzsche¹⁴³ (2006), encontraria¹⁴⁴ espaço para discussão em meio aos Modernos, mas jamais entre os Retificados – seria considerada perda de tempo; já a segunda, escrita por Louis-Claude de Saint-Martin¹⁴⁵ (2024), analogamente ao exemplo anterior, teria a sua condição espelhada. Esclareça-se que não se critica, aqui, a pluralidade, mas, deixada por si mesma, a tendência é que os seus efeitos segregacionistas se sobreponham à expectativa da unidade da e na Ordem. Com efeito, a própria literatura maçônica já o aponta: não só há quem considere o “seu” Rito o melhor, como, entre os Ritos, há dirigentes que consideram os seus pares como representantes da elite da Maçonaria. Essa é, pois, a realidade da Maçonaria no século XXI, tão diversa que é, em si mesma, um vasto objeto de pesquisa à espera de exploração (E&P) para maior conhecimento da sua própria natureza contemporânea. Para isso, deve-se, primeiro, realizar estudos de Ritos comparados (doutrina,

filosofia do século XVII”. Fonte: BARUCH ESPINOZA. In: **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Baruch_Espinoza. Acesso em: 22 jul. 2025.

¹⁴² 1575 – 1624. Sobre ele, lê-se que “[...] passou por experiências místicas em toda a sua juventude, culminando em uma epifania no ano de 1600, a qual ter-lhe-ia revelado a estrutura espiritual do mundo, assim como as relações entre o Bem e o Mal”. Fonte: JAKOB BÖHME. In: **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jakob_B%C3%B6hme. Acesso em: 22 jul. 2025.

¹⁴³ 1844 – 1900.

¹⁴⁴ A propósito, *vide*, por exemplo, Rodríguez (2020).

¹⁴⁵ 1743 – 1803. Um dos próceres na Maçonaria Retificada.

ritualística, liturgia etc., a partir da bibliografia) para, na sequência, especular e avaliar o comportamento (relações sociais) dos maçons que trilharam os diferentes caminhos – com efeito, é possível afirmar que a partir do ingresso na Ordem se tornaram pessoas e cidadãos melhores? No que tange a esse aspecto, é possível identificar diferenças, estatisticamente significativas, entre os Ritos? O impacto das respostas a essas questões teria efeito inimaginável – o que justifica, talvez, a manutenção da cultura do segredo, da verdade que não se quer conhecer. Também há espaço para os estudos exegéticos com vistas a esclarecer as diferenças entre Ritos: quais os elementos predominantes no tempo-espaço em que viveram os autores fundantes e que os teriam levado a firmar as convicções e a se pronunciarem tal como fizeram? Quais foram as suas intenções? Algumas ainda estariam veladas?

- 3.1. Embora a Ordem se apresente como progressista¹⁴⁶, o que sugere o acolhimento de inovações e a adequação aos novos tempos, nem todos os Ritos, conforme já foi dado a perceber, seguem o mesmo alinhamento. Enquanto alguns são mais receptivos às reflexões (filosóficas, existenciais etc.) – leia-se: E&P – à luz das sucessivas descobertas científicas e tecnológicas, assim como às mudanças nos usos e costumes da sociedade e às inovações em geral, outros, mais dogmáticos, apresentam maiores resistências, como é o caso do RER (teísta cristão). Todavia, contrariamente ao que se afigura à primeira vista, nem sempre a resistência tem origem na doutrina do Rito propriamente: localiza-se, antes e sobretudo, nos integrantes (eventualmente os dirigentes, a exemplo das Luzes) que encontram nas Lojas, sem contestação, um espaço para as manifestações de fé e o

¹⁴⁶ Nos últimos anos, a expressão foi capturada pela esquerda do espectro político. No entanto, ainda é possível referi-la a partir da sua acepção original. Para maiores esclarecimentos, *vide* Pinheiro (2022).

proselitismo¹⁴⁷. Por oportuno, ressalte-se que não se objeta nada contra as opções e as iniciativas *per se*, mas, antes e sobretudo, em razão de sua inadequação ao ambiente¹⁴⁸: ao transitarem com desenvoltura, essas manifestações configuram uma realidade que vai de encontro ao espírito por excelência especulativo (em suas várias acepções) que identifica, caracteriza e singulariza a Maçonaria contemporânea, ainda que vinculada às Tradições. No RER, bem mais do que no Rito Moderno e no Rito Escocês Antigo e Aceito, salvo raras exceções, ainda não foi encontrado um espaço em que as reflexões (E&P) fossem exploradas e desenvolvidas para além da mera e reiterada afirmação dos aspectos históricos (do surgimento à constituição da doutrina, da ritualística à contribuição dos autores seminais, miscelâneas etc.) ou simplesmente da fé. O que ora se pretende, e o RER talvez seja um dos melhores exemplos para fazê-lo, é chamar a atenção para o fato de que, contrário ao senso, mesmo em meio ao dogmatismo, em um ambiente aparentemente adverso (pela histórica oposição entre fé e razão)¹⁴⁹, há um amplo espaço a ser explorado pelos E&P, como bem revelam os trabalhos de Stark (2021) e de Pearcey (2023), mas também os de Dacanal (2004), Haidt (2020) e tantos outros que trazem numerosas ideias para a reflexão teórico-prática – o que poderia, ademais, levar à superação da contradição interna apontada acima. Algumas citações de Stark (2021) e Pearcey (2023) não só ilustram o que se disse como delineiam o horizonte à frente: enquanto o primeiro atenta para o fato de quão falsa é a dicotomia radical entre fé e razão, a

¹⁴⁷ Circunstância que, reconheça-se, não é exclusiva ao Rito Escocês Retificado.

¹⁴⁸ Porque mais apropriadas quando em um templo religioso em vez de um templo maçônico.

¹⁴⁹ Há controvérsias e, em meio aos extremos, um espaço para as reflexões, como revelou, entre outros, o Papa João Paulo II (1998). Isso, entretanto, é tema para outro texto.

segunda observa que os cristãos, em regra, não sabem transpor e aplicar a sua fé em todos os aspectos do cotidiano e limitam-se a repetir os mesmos argumentos de fé e sempre para o mesmo público, isto é, para quem, em princípio, não seria sequer necessário.

Igualmente desconcertante é o fato de que, embora os literatos que proclamaram o Iluminismo tenham sido irreligiosos, as figuras centrais nas conquistas científicas dessa época foram profundamente religiosas, e entre elas havia tantos católicos quantos protestantes [...]. Na verdade, a ascensão da ciência foi inseparável da teologia cristã, porque esta deu direcionamento e confiança àquela (Stark, 2021, p. 100);

Os teólogos cristãos sempre tiveram mais fé na razão do que têm a maioria dos filósofos seculares de hoje (Stark, 2021, p. 102);

A base da crença singular dos europeus no progresso não foi um triunfo do secularismo, mas da religião (Stark, 2021, p. 103);

Quanto à teologia, ela tem pouco em comum com a maior parte das formas de pensamento religioso, uma vez que é uma disciplina sofisticada e altamente racional, que tem suas raízes no judaísmo e na filosofia grega, e que ademais foi plenamente desenvolvida unicamente no cristianismo. A busca do conhecimento foi inerente à teologia, à medida que os esforços de compreender Deus mais plenamente foram estendidos para incluir a criação de Deus, inaugurando, destarte, uma disciplina acadêmica conhecida como filosofia natural, definida como o estudo da natureza e dos fenômenos naturais (Stark, 2021, p. 153);

O primeiro passo para formar uma cosmovisão cristã é superar esta divisão severa entre “coração” e “cérebro”. Temos de rejeitar a divisão da vida em uma esfera sagrada, limitado a coisas como adoração e moralidade pessoal, em oposição a uma esfera secular que inclui ciência, política, economia e o restante do cenário público. Esta dicotomia em nossa mente é a maior barreira para liberar o poder do evangelho por toda a cultura de hoje (Pearcey, 2023, p. 22);

Ou seja, quando entramos no fluxo de discurso em nosso campo de atuação ou profissão, participamos mentalmente como não-cristãos e nos servimos de conceitos e categorias vigentes, pouco importando quais sejam nossas crenças particulares (Pearcey, 2023, p. 36);

Pensar cristãmente significa compreender que o cristianismo tem a verdade sobre o todo da realidade, uma perspectiva para interpretar todos os assuntos da vida (Pearcey, 2023, p. 37).

- 3.2. é amplo, pois, mesmo nos Ritos mais dogmáticos, o espaço e as alternativas ao E&P com vistas a dar materialidade e sentido mais prático às doutrinas maçônicas, afinal, o que se pretende, no primeiro momento¹⁵⁰, é influenciar (via reflexão, autoaperfeiçoamento e desenvolvimento da razão crítica) as atitudes e os comportamentos individuais para, na sequência, pelo exemplo e realizações, o entorno (familiares e outros) – como bem observado por Pearcey (2023) a partir da atuação no campo profissional. Considerações para além do plano sensível, já no domínio da transcendência, são mais apropriadas no campo e espaço próprios às religiões. No contexto da Maçonaria Especulativa, não há como escapar: tudo é simbolismo, o que demanda atualização

¹⁵⁰ Internamente às Lojas Simbólicas: leituras, debates, instruções, trabalhos etc.

continua por meio de exercícios cognitivos incorporados ao dia a dia. A propósito, nas próprias Escrituras, mais especificamente em Mt 13:10-17, está estabelecido que, se não tudo, quase tudo é parábola, linguagem simbólica e metafórica, cujo entendimento, para além da leitura literal, requer interpretação e atualização em vez de reinterpretações dogmáticas. O mais notável, como também é sublinhado por Pearcey (2023), é que os 2 (dois) mundos podem (e deveriam) conviver em harmonia. Assim, se ainda hoje inexistente produção intelectual para além da visão historicista apartada da realidade e desprovida da indispensável perspectiva da evolução longitudinal, isso se deve à falta de vontade ou de entendimento dos Quadros. Seja qual for o motivo, essa é mais uma oportunidade de as LEP explorarem o E&P, concedendo voz para todos os interlocutores. Independentemente da situação e movido por outras experiências, sou levado a concluir e sugerir, enfaticamente, que os maçons (em regra) deveriam ampliar o seu escopo de leitura e buscar identificar e estabelecer as relações da Ordem com a realidade cotidiana dos seus Quadros a partir do estudo de outros autores e textos não maçônicos. Do contrário, ela e eles tendem a se fechar em si mesmos. Essas diferenças e o insulamento entre os Ritos, que, de naturais, parecem ter evoluído para um novo estágio – o da “disputa pelo mercado” – respondem em parte por outra característica que obstaculiza o desenvolvimento do E&P na Maçonaria: o individualismo.

4. Conforme já afirmei inúmeras vezes nesta Série, o empreendimento do E&P é demasiado complexo e oneroso, pelo que deve ser planejado e implementado com visão de longo prazo. Tais condições o situam fora do alcance (bem-sucedido) individual, razão pela qual deve (idealmente) ser desenvolvido por uma equipe, no caso, a LEP. Não obstante, um breve passar de olhos pelas publicações nacionais (livros, *blogs*, coletâneas,

periódicos sociais ou acadêmicos e outros) permite verificar, sem margem para dúvidas, que a maioria absoluta dos textos é monoautorial, mesmo quando, sabidamente, os autores são integrantes de uma LEP. Essas evidências estimulam novas problematizações:

- 4.1. primeiramente, as ideias expostas são pessoais, não resultantes de reflexões e debates em que todos são conjuntamente responsáveis. Salvo melhor juízo, o senso mais disseminado sugere que “duas ou mais cabeças pensam melhor do que uma”;
- 4.2. em segundo lugar, sendo essas ideias produto de iniciativas e trabalhos individuais, a LEP torna-se uma instituição invisível, mais uma entre tantas desconhecidas no universo maçônico. Ao contrário das Universidades (sim, pois o tema é E&P), sempre destacadas quando os seus integrantes conseguem um feito singular e notório, as LEP cedem espaço às projeções individuais. A questão que se coloca é: o inverso, à semelhança das Universidades, não seria o mais adequado à Ordem? A notoriedade de uma LEP, é de se esperar, atrairia talentos para catalisar um verdadeiro círculo virtuoso;
- 4.3. a cultura individualista não se limita ao nível dos autores (integrantes ou não) de uma LEP: ela se estende e discrimina, como sugerido acima, os integrantes/Rito em razão da Potência. Se são raros os textos com múltipla autoria, mais raros ainda são os que reúnem autores de Ritos e Potências distintas.
- 4.4. Por fim, o individualismo e o insulamento entre os Ritos e as Potências nada agregam ao desenvolvimento do E&P a partir das LEP. A quem, egos ou interesses coletivos, a manutenção dessa realidade interessa?

5. o papel e a relevância dos editores. É sabido que um dos principais instrumentos para a qualificação das reflexões e das contribuições dos autores, além do empreendimento cooperado, como já ressaltado, é a avaliação crítica promovida por especialistas estranhos ao grupo. A avaliação duplo-cega (*double-blind review*), também referida como padrão-ouro, é um modelo em que nem o avaliador tem conhecimento do autor do texto sob sua avaliação, tampouco o avaliado sabe quem o avaliou. Esse procedimento é ainda raro no Brasil, praticamente inexistente;
- 5.1. a *double-blind review* contribui sobremodo para a qualificação da avaliação e, por extensão, do trabalho em tela porque evita um duplo constrangimento: o do avaliador por criticar (publicamente ou não) um eventual conhecido, e o deste por ser exposto (*idem*). O motivo é a liberdade que confere, principalmente, ao avaliador, que, desprovido de quaisquer sentimentos, positivos ou negativos (amizade, interesses diversos, inimizade, revanchismo etc.), pode então focar a análise crítica sobre o conteúdo-objeto da avaliação. Idealmente, a avaliação *double-blind* é conduzida, simultaneamente, por 2 (dois) pareceristas e, havendo divergências, um terceiro é chamado a arbitrar;
- 5.1.1. o inverso também ocorre: as avaliações que fogem ao padrão-ouro enfrentam dificuldades para escapar à crítica acerca da lisura do processo¹⁵¹ que, em última análise, confere a credibilidade ao que é levado ao público (artigos, ensaios, relatórios de pesquisa etc.). Se fosse o caso, a credibilidade (positiva ou negativa) se estenderia do autor à LEP, à Potência e, por que não(?), à Maçonaria brasileira;

¹⁵¹ Afinal, como garantir que tudo não passa, como se diz na expressão popular, “de um jogo de cartas marcadas – eu avalio, aprovo e elogio o seu trabalho, e você avalia, elogia e aprova o meu”, em outros termos: “um jogo de compadres”?

- 5.2. com vistas a aperfeiçoar a qualificação do sistema, é preciso, paralelamente à adoção da modalidade *double-blind review*, rever as atribuições dos avaliadores que, hoje, basicamente, aprovam ou reprovam os trabalhos. A tarefa do revisor deve incluir a análise crítica do texto e o questionamento de seus pontos fracos: argumentos não fundamentados devidamente, objetivos não atingidos, falhas e inconsistências metodológicas e qualidade bibliográfica (fontes, autores e obras), bem como aspectos estruturais e normativos do texto – o que inclui a observação das normas atinentes à língua culta e a rejeição do coloquialismo. Em suma: o avaliador-revisor deve atuar visando à qualificação do texto e, se e quando necessário, reavaliar e ouvir as motivações do autor.
- 5.3. Atualmente, no Brasil, já há várias entidades (CMSB¹⁵², GOB¹⁵³, Academias de Letras, Artes & Ofícios, editores independentes, periódicos etc.) promotoras de eventos que reúnem trabalhos resultantes de E&P sobre o grande tema. Todavia, superada essa primeira etapa, que pode ser considerada exitosa, é chegado o momento de investir na sua qualificação, alcançar novos patamares e motivar os espíritos mais inquietos e exigentes;
- 5.3.1. se as LEP atuassem no formato de redes em cooperação, os integrantes de uma poderiam atuar como avaliadores-revisores das demais; e, se vislumbraassem o ecossistema, poderiam encontrar nas Academias parceiros para atividades diversas;
6. a estrutura organizacional da maçonaria brasileira é dividida em 3 (três) “Potências” – o GOB, a CMSB e a COMAB (Confederação

¹⁵² Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil.

¹⁵³ Grande Oriente do Brasil (nacional) e suas seccionais regionais.

Maçônica do Brasil) – cujo relacionamento poderia, parafraseando a Constituição Federal, ser tido como os poderes da Maçonaria, independentes e harmônicos entre si. Entretanto, não é o que se verifica em todas as circunstâncias, aspectos e regiões deste país continental – a cooperação, levada ao seu limite, esbarraria em conflito de interesses. Esse é um entrave que, de pronto – e mesmo *a priori* –, desmotiva, pois limita qualquer estudo que pretenda referir-se à Maçonaria brasileira em sua totalidade. As palavras do Prof. K. Ismail (2018, p. 2), coordenador da maior pesquisa recente acerca da Maçonaria brasileira, ainda ecoam:

A amostra válida obtida, num total de 7.817 respondentes, equivale a, aproximadamente, 4% do universo dos maçons regulares brasileiros, mostrando-se inédita e significativa [...]. A baixa participação de maçons do GOB em comparação com seu *market-share*, de quase 30%, pode ser reflexo da discordância de seu Soberano Grão-Mestre com a divulgação e realização da pesquisa.

7. Por fim, há um efeito que guarda ambiguidades e, por isso, a sua resolução demanda, sem prejuízo dos aspectos positivos, eliminar o que hoje penso ser (mais) um importante entrave à qualificação dos E&P no universo maçônico: a difusão dos veículos de divulgação, impressos ou digitais. Hoje, com algum recurso e empenho (sendo este prescindível devido à Inteligência Artificial), qualquer um pode ter um *blog* para chamar de seu. Assim, de repente, todos podem ser autores e editores. Essa constatação se aplica, também, ao mercado livreiro: o selo independente e a produção customizada a baixo custo ampliaram, sobremodo, o número de autores nacionais. Nessa seara em expansão, florescem tanto o joio quanto o trigo sem que seja fácil distingui-los, sobretudo para os neófitos na Ordem, mas também para os estudiosos não-Iniciados e os interessados em geral.

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

Um dos aspectos positivos¹⁵⁴ é a grande difusão do conhecimento concernente à Maçonaria, assim como o estímulo aos iniciantes que anseiam por ver e ter em mãos os seus primeiros trabalhos publicados. Porém, conforme já antecipado, perde-se qualidade nesse processo, o que certamente é um aspecto negativo. Essa realidade, que *per se* já deveria suscitar preocupações¹⁵⁵, quando combinada às observações trazidas nos itens “5” e “6” acima, não só já produz efeitos deletérios¹⁵⁶ como, a longo prazo, constitui uma efetiva bomba-relógio contra os interesses maiores da Ordem;

- 7.1. uma possível solução é a criação do Selo de Certificação de Qualidade (SCQ) – a marca de um sistema de governança comprometido com a qualificação do que é publicado no Brasil no âmbito dos E&P no campo da Maçonaria. A inspiração pode ser buscada no ambiente universitário, onde as publicações que voluntariamente aderem ao sistema se comprometem a seguir os critérios (impessoais) estabelecidos pela Entidade Certificadora, como, por exemplo: instituir um Conselho Editorial e/ou de Revisores Independentes; promover e zelar para que a atuação ativa de ambos também esteja submetida a critérios impessoais; dar publicidade e transparência aos atos pertinentes e relevantes; observar periodicidade regular; entre outros. Buscar inspiração não implica copiar; trata-se, antes, de promover os ajustes necessários sempre que for oportuno. Criar um *ranking* para classificar as publicações em 5 (cinco) níveis de exigências crescentes e mais rigorosas, por exemplo, parece ser uma iniciativa salutar. A expectativa é que o SCQ mais elevado, naturalmente, viria a ser “o objeto

¹⁵⁴ Há, contudo, quem o considere negativo.

¹⁵⁵ Lamentavelmente, é grande e crescente o número de publicações com erros de toda a natureza: conteúdo (conceitos, datação, tradução etc.), normas técnicas, ortografia, gramática, diagramação etc.

¹⁵⁶ Por exemplo, *grosso modo*, em qualquer debate, todo mundo tem razão porque já leu em algum lugar alguma coisa que corrobora o seu ponto de vista. Em síntese: sobre vários aspectos, reinam dúvidas e confusões que não deveriam existir.

de desejo” de todos os editores e, por extensão, dos autores; afinal, o mérito e o seu reconhecimento (a realização da obra-prima) estão na raiz da Maçonaria, conforme revelam inúmeros textos. Trata-se de uma solução de mercado, sem imposições, mas que, pelos seus méritos e resultados – a separação do joio e do trigo –, aos poucos irradiados pelo país, poderia, por exemplo, acelerar a passagem do que Pinheiro (2025b) designou como: de lep a Lep, desta a LEP e, finalmente, a LEP. Os impactos (positivos) esperados são tantos que se tornam, hoje, difíceis de enumerar. No entanto, se devidamente gerenciados e explorados, da Certificadora às Potências, poderiam desencadear uma reação em cadeia rumo à qualificação dos trabalhos nas LEP e nas Lojas Simbólicas.

- 7.2. Tendo em vista o estágio de incipiência no qual, em regra, encontram-se as LEP no Brasil, bem como a condição referida no item “6” acima, quem poderia assumir essa iniciativa e constituir-se como Entidade Certificadora? À primeira vista, salvo melhor juízo, se não as Academias Maçônicas com atuação nacional, uma entidade ainda a ser criada. Em favor das primeiras, notadamente as virtuais, como é o caso da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (AMVBL) e da Academia Internacional de Maçons Imortais (AIMI), está o notável dinamismo que as tem caracterizado, com a promoção de entregas inovadoras que há muito não eram vistas no cenário da Maçonaria brasileira.

Conforme antecipado, o rol de entraves não é exaustivo e sempre é possível acrescentar mais algum ao sabor das circunstâncias. As soluções, igualmente, são numerosas, mas dependem da criatividade, da ousadia, da tenacidade e resiliência. As dificuldades são de ordem técnica, política e, sobretudo, comportamentais. Difícil crer que em uma Ordem tão numerosa, diversa, repleta de competências e que se propõe fraterna, não existam Irmãos que se tornem parceiros seja para o

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

empreendimento de fundar uma LEP, seja para alavancar as já existentes a partir do que, para alguns, pode ser considerado uma “nova concepção” – mas que, na realidade, tão somente objetiva o padrão-ouro já descrito em incontáveis textos, assim como testado. Se alguns entraves possuem raízes profundas, outros podem ser extirpados e dar origem a uma nova semeadura cujas mudas, se devidamente regadas e direcionadas pela luz dos objetivos pretendidos, podem dar origem a uma obra-prima – à semelhança de *bonsai* em um oásis. Como em qualquer caso, entretanto, o primeiro passo corresponde à vontade, ao querer fazer.

O objetivo geral ao iniciar esta Série, por paradoxal que seja, foi apresentar as LEP à comunidade maçônica brasileira, o que procurei fazer percorrendo sobre diversas categorias de análise, a começar pela mais básica: o que é uma Loja que se propõe a dedicar-se ao Estudo e à Pesquisa? Ao final, produziram-se quase 100 páginas que, à primeira vista, podem sugerir uma perspectiva estritamente pessoal e muito singular de tratar o assunto. Em parte, isto é verdadeiro, pois, conforme já esclarecido, há pouca literatura sobre a realidade brasileira acerca do tema. Consequentemente, a matéria foi complementada com o entendimento formado a partir do que encontrei na literatura, citada à redundância, bem como com a experiência de campo. Nesse sentido, a própria Série é um Relatório de Pesquisa modelado também para enfrentar um estranhamento que há tempos me acompanha: o foco, observado na literatura, nos aspectos históricos, mas também nos simbólicos¹⁵⁷ – foco esse que, se não fosse excessivo, deixaria margem para que outros tantos temas igualmente relevantes fossem explorados, como é o caso da gestão (Lojas em geral, Potências, parcerias etc.) e tudo o que diz respeito ao ecossistema de referência das LEP – membros e instituições (Academias, Paramaçônicas e outras). Assim, como objetivo oculto, ora revelado em LEP V, LEP VI e LEP IX (Pinheiro, 2025a, 2025b, 2025c), foi apresentado um campo de E&P a ser desbravado: a modelagem maçônica para o melhor entendimento do fenômeno em estudo. Dessarte, nos 2 (dois) primeiros casos, a aplicação se deu

¹⁵⁷ Que na maioria das vezes, conforme dito, é mais do mesmo.

utilizando-se de 2 (duas) das mais importantes categorias exploradas em análise – as citações e as referências bibliográficas; no último, o objeto da modelagem foi a trajetória das LEP, o que deu origem ao esboço de um sistema classificatório com tipos & características¹⁵⁸. Portanto, também com base nesse último aspecto, o Relatório traz em si mesmo o que julgo ser as suas principais recomendações: atuar a partir das lacunas identificadas na literatura¹⁵⁹, ser criativo, inovador e ousar, isto é, expor-se às críticas fundamentadas, pois estas, mais do que os elogios fáceis e universalizados (padronizados), é que promovem o aperfeiçoamento do corpo, da mente e do espírito.

Por fim, eu agradeço a todos aqueles que contribuíram para este projeto, mesmo que inadvertidamente (seja pelo que fizeram e/ou fazem, mas também pelo que não fizeram e/ou não fazem). Sou grato, sobretudo, ao Irmão Professor-Doutor e Mestre Maçom Lucas Vieira Dutra, parceiro de primeira hora e que incontáveis vezes impediu que erros fossem tornados públicos. Agradeço ainda o apoio dos editores dos *blogs* Bibliot3ca Fernando Pessoa e *Freemason*, sem os quais a Série não teria chegado a tantos leitores para provocar reflexões. O projeto Série LEP termina aqui, mas não o espaço ainda a ser explorado, razão pela qual, oportunamente, é provável que eu retorne ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Richard. **Fernão Capelo Gaivota**. Rio de Janeiro: Record, 2017. ISBN 978-85-01-10612-4.

CASORETTI, Anna M. **A Origem da Alma** – Do Orfismo a Platão. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP, 2010.

¹⁵⁸ Uma prospecção, na mesma linha, já havia sido feita por Pinheiro (2023a) e Pinheiro e Piva (2025).

¹⁵⁹ Para isso, é claro, é preciso ler – ler *muito*!

CASORETTI, Anna M. **O Surgimento da Ascética da Alma na Antiguidade Grega** – Orfismo e Pitagorismo. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo-SP, 2014.

CONTE, Carlos B. **Pitágoras** – ciência e magia na Antiga Grécia. São Paulo: Madras, 2010. ISBN 978-85-370-0319-0.

COSTA, Anderson B. A Busca pela Verdade de Baruch Spinoza e o Rito Moderno. In: PATUTO, Gustavo V. (Org.). **Os Grandes Pensadores da Humanidade e o Rito Moderno**. Curitiba: Publicação independente, 2020, t. I. p. 107-120. ISBN 978-16-736-7645-7.

DACANAL, José H. **Eu Encontrei Jesus** – viagem às origens do Ocidente. Porto Alegre: EST/Leitura XXI, 2004. ISBN 85-8688-042-6.

GOULD, Robert F. **História Concisa da Maçonaria**. Tradução: J. Filardo. São Paulo: Publicação independente, 2023. ISBN 978-65-00-69482-6.

HAIDT, Jonathan. **A Mente Moralista** – por que as pessoas boas são segregadas por política e religião. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. ISBN 978-85-508-1390-5.

ISMAIL, Kennyo. **Relatório de Pesquisa** – “CMI – Maçonaria no Século XXI”. 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/376559778/MAC-ONARIA-CMI-RELATO-RIO-PESQ>. Acesso em 22 jul. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Fides et Ratio** – carta encíclica. Vaticano, Roma: Santa Sé, 1998. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul->

ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html. Acesso em 22 jul. 2025.

MUNIZ, André O. A. **Curso Elementar de Maçonologia**. São Paulo: Richard Veiga, 2016. ISBN 978-85-916001-6-8.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Ecce Homo* – como se chega a ser o que se é. Coleção: Grandes Obras do Pensamento Universal, 57. São Paulo: Escala, 2006. ISBN 978-85-755-6800-2.

PEARCEY, Nancy. **Verdade Absoluta** – libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural. Rio de Janeiro: CPAD, 2023. ISBN 978-85-263-1640-9.

PINHEIRO, Ivan A. Maçonaria: conservadora ou progressista? *Revista Magister Magistrorum*, ano II, ed. 5, p. 24-34, 2022.

PINHEIRO, Ivan A. Dez Discursos: fundamentos para o atraso de uma Loja Maçônica. **Freemason**. 15 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.freemason.pt/dez-discursos-fundamentos-atraso-loja-maconica/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Modelo Geral de Análise & Interpretação Simbólica – MGA&IS. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 16 jul. 2023b. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/15764-2/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - V. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 2025a. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudo-e-pesquisas-v/>. Também disponível em *Freemason*: <https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-v/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ivan A. Pinheiro

- VI. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 2025b. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-vi/>. Também disponível em Freemason: <https://www.freemason.pt/sobre-lojas-maconicas-estudos-pesquisas-vi/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - IX. **Bibliot3ca Fernando Pessoa**. 2025c. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/2025/07/19/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-parte-9/>. Acesso em: 24 jul. 2025b.

PINHEIRO, Ivan A., PIVA, Marco. RER - Cadernos de Estudos (XI): uma abordagem quanti-qualitativa à questão do cristianismo no Regime (Rito) Escocês Rectificado x Rito Moderno. **Freemason**. 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.freemason.pt/cadernos-de-estudos-xi-o-rito-escoces-rectificado/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PINHEIRO, Ivan A.; DUTRA, Lucas V.; MENDES, Jorge A. A Maçonaria no Divã: as perspectivas e as contribuições dos não maçons. **Revista Ciência & Maçonaria**, v. 10, n. 1, p. 51-65, 2023. Disponível em: <https://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/view/226/113>. Também disponível em Bibliot3ca Fernando Pessoa: <https://bibliot3ca.com/2024/01/14/a-maconaria-no-diva/>.

PLATÃO. **A República**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000. ISBN 85-351-10046-6.

REALE, Giovanni. **Pré-Socráticos e Orfismo**. História da Filosofia Grega e Romana, v. 1. São Paulo: Edições Loyola, 2012. ISBN 978-85-15-03638-7.

RODRÍGUEZ, Eduardo E. Nietzsche e a Maçonaria: o antípoda da moralidade. In: PATUTO, Gustavo V. (Org.). **Os Grandes Pensadores da Humanidade e o Rito Moderno**. Curitiba:

Publicação independente, 2020, t. II. p. 172-180. ISBN 9781676263227.

SAINT-MARTIN, Louis-Claude de. ***Ecce Homo***. São Paulo: Quadrivium, 2024. ISBN 978-65-983487-0-0.

STARK, Rodney. **Falso Testemunho** – desmascarando séculos de história anticatólica. Campinas, SP: Ecclesiae, 2021. ISBN 978-65-87135-30-4.

WRIGHT, Dudley. **Os Ritos e Mistérios de Elêusis**. São Paulo: Madras, 2004. ISBN 85-7374-757-9.

Mestre e Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com experiência em edição e revisão textual em periódicos editados pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desde 2019, atua no periódico *Cadernos de Linguística* (CadLin), da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), contribuindo para todas as etapas do processo editorial. Contato: raul.carvalho@gmail.com; (82) 99812-2274.

Este livro representa uma valiosa contribuição do confrade Ivan A. Pinheiro, Mestre Maçom, Pesquisador Independente do Oriente de Porto Alegre, RS e ilustre membro deste sodalício.

Com profundidade e clareza, o autor convida o leitor a mergulhar no universo pouco explorado das Lojas Maçônicas de Estudos e Pesquisas, espaços dedicados à investigação rigorosa, ao aprimoramento intelectual e à difusão da cultura maçônica.

Com as considerações do Irmão Lucas V. Dutra, Mestre Maçom do Oriente de São João da Boa Vista, SP, esta obra presenteia a Ordem com uma perspectiva singular e enriquecedora sobre o verdadeiro papel dessas Lojas.

É uma leitura essencial para maçons que desejam aprofundar seu conhecimento sobre a Maçonaria e para estudiosos que buscam uma fonte segura e inspiradora de pesquisa.

MICHAEL WINETZKI

Presidente

DIRETORIA

Izautonio da Silva Machado Jr Vice-presidente

Adilson Zotovici Diretor Secretário

Oduwaldo Álvaro Diretor Tesoureiro

Aldino Brasil de Souza Diretor Acadêmico Cultural

Vanderlei Coelho dos Santos D. Informática e Tecnologia

Roberto Zardo Diretor de comunicação

Jonas de Medeiros Conselho Editorial

Paulo Benevenute Tupan Conselho Consultivo

Ailton Elisiário de Souza Conselho Consultivo

Eleutério Nicolau da Conceição Conselho Consultivo

Denizart Silveira de Oliveira Filho Conselho Fiscal

Fuad Haddad Conselho Fiscal

Valdir Anderson Silvério Conselho Fiscal

Cledson Cardoso Conselho Fiscal Suplente

Kleber Toledo Siqueira Conselho Fiscal Suplente

